

THALES HADDAD NOVAES DE [ANDRADE] 24

MEIO AMBIENTE E IMPRENSA: ESTUDO DE CASO SOBRE A ECO-92 E O
FÓRUM GLOBAL

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento de
Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação da
Profa. Dra. Leila da Costa
[Ferreira].

CCX

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 26/04/94.

UNICADE	RC
Nº CHAMADA:	TUDICAMP
	An 24 m.
V.	
T. MED.	21.857
PRAT.	286/94
C	☐ 0 ☒
PREÇO	CR\$ 15.000,00
DATA	10/06/94
DT. CTO	

CY-00057954-6

à memória de Antonio Novaes de Andrade.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar nesse espaço minha gratidão junto às pessoas e instituições que de diferentes formas colaboraram para a realização do trabalho.

A CAPES e FAPESP deram o suporte material sem o qual inviabilizaria minha dedicação à pesquisa e lhes sou muito grato. Agradeço também ao Programa de Mestrado de Sociologia do IFCH, UNICAMP, que me proveu de condições altamente favoráveis para a realização da dissertação.

Merecem igualmente meu apreço os funcionários da Secretaria da Pós-Graduação e da biblioteca do IFCH que com seus serviços tornaram certos problemas muito simples.

A Leila da Costa Ferreira, orientadora e querida amiga, fica um agradecimento muito especial em vista do apoio que sempre prestou a essa pesquisa. O aprofundamento da discussão e a força de sua argumentação foram possíveis em virtude principalmente da leitura atenta e das exigências acadêmicas criteriosas que a orientação impôs à pesquisa.

O Prof. Daniel Hogan tem ultimamente dedicado grande atenção aos trabalhos na área da sociologia ambiental na UNICAMP, e a minha pesquisa não foi exceção. Sou grato tanto a seu incentivo inicial, sugestões e participação constante nessa dissertação como no esforço dispensado pela produção acadêmica da área.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM), UNICAMP, é um espaço de pesquisa e discussão na área

ambiental. A quem devo muito em termos de desenvolvimento intelectual e aprofundamento frente ao tema da minha dissertação, e gostaria de registrar aqui meus sinceros agradecimentos. Agradeço a todos os pesquisadores e funcionários, fazendo menção especial às colegas Lúcia da Costa Ferreira e Sonia Barbosa por todas as sugestões e incentivos.

Os jornalistas que dispensaram parte de seu tempo fornecendo informações preciosas para esse trabalho merecem toda minha consideração e faço questão de expressar profunda gratidão.

Os colegas e amigos Gessé Marques, Simone Siviero, Antonio Alvaro e Paulo André Setti forneceram uma série de diferentes auxílios importantes no decorrer da trajetória e lhes sou extremamente grato.

O Prof. Resende foi importante em diversos aspectos para o meu desenvolvimento e expressei a ela também minha gratidão.

Para minha esposa Denise Vilela agradeço sua companhia alegre e segura, e todo incentivo que provém de nossa convivência.

Meus queridos parentes Suad, Ney e Jarbas são pessoas que transcendem o apoio a meu desempenho profissional e se colocam enquanto referencial obrigatório para quaisquer projeto que venha a me dedicar. Não precisaria nem dizer, mas os agradeço por tudo.

INDICE

APRESENTAÇÃO-----	01
1 QUESTAO AMBIENTAL E MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UMA INTRODUÇÃO TEÓRICA-----	21
2 GRANDE IMPRENSA PAULISTA E A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO E O FORUM GLOBAL-----	72
3 CONTEÚDOS DA IMPRENSA-----	134
CONCLUSÃO-----	173
BIBLIOGRAFIA-----	183
ANEXO-----	189

"Ele [um desconhecido ferreteiro do Centro-Oeste brasileiro] não sabia nada disso. Nem que o mundo inteiro tem sido uma cápsula de césio, abrindo-se a cada dia, na busca do mesmo que ele buscava... Não sabia que, como todos os homens, ele era prisioneiro dos próprios caprichos, que criam uma lógica independente, na qual as coisas ganham vida e poder... Não sabia disso, porque, como todos os homens, ele tinha, aliado à curiosidade, um senso de otimismo e poder que beira a inconseqüência".
(Cristóvam Buarque)

APRESENTAÇÃO

A questão ambiental tem colocado no curso das últimas décadas um desafio considerável para as Ciências Sociais. A forma como a sociedade moderna passou a se conscientizar dos constantes distúrbios processados no interior da relação entre as atividades humanas e a natureza leva a acreditar que é tarefa primordial a construção de um aparato científico capaz de abarcar as variadas instâncias onde ela está presente. Esse aparato científico, apesar de recente, está em busca acelerada de um eixo epistemológico e metodológico e, até os dias correntes, já pôde acumular conhecimentos e vislumbrar metas.

A implementação de estudos acerca da crise ambiental nos dias atuais tem sido uma tarefa a que os cientistas sociais não tem se furtado. Pelo contrário, em diversos países, e o Brasil é um exemplo, sociólogos, antropólogos,

demógrafos, filósofos, cientistas políticos, advogados, educadores e outros ramos das ciências humanas têm procurado cruzar seus conhecimentos na compreensão de como as sociedades humanas tem se relacionado com a biosfera.

No entanto, segundo Vieira (1992), no caso especificamente brasileiro a produção científica sobre a questão ambiental no interior das ciências sociais não estaria ainda conseguindo lograr realmente um espaço de destaque em comparação a outras áreas de pesquisa mais sedimentadas e com tradição junto às instituições de ensino.

"Em nosso país a situação agrava-se por força da incipiência que caracteriza tanto o trabalho de ensino e pesquisa na área (de meio ambiente) quanto a organização de redes de informação e intercâmbio com centros de excelência sediados no exterior. Esse fato torna o projeto de constituição das *ciências sociais do meio ambiente* entre nós algo ainda embrionário e dotado de pouca visibilidade institucional." (VIEIRA, 1992, p.104)

A questão ambiental e a reflexão sobre as possibilidades de construção de uma sociedade dotada de um projeto de desenvolvimento sustentável têm despontado em período recente como uma discussão crucial, arregimentando número crescente de pesquisadores e instituições científicas (VIOLA, 1987).

Apesar de muitos daqueles que detectam no modelo de desenvolvimento industrial uma possibilidade constante de degradação das condições ecossistêmicas fundamentais para a

2

sobrevivência das espécies. inclusive a humana, concordarem com a necessidade de alterações profundas nas relações sociais com o meio natural, as divergências teóricas são contudo várias. Os autores, que se debruçam sobre a crise ambiental, se dividem em diversos enfoques e perspectivas acerca dos caminhos possíveis para sua superação. A literatura divide os autores em dois grandes grupos: os ecologistas radicais e os moderados: que por sua vez também se subdividem (FERREIRA, 1992: 5).

Os ecologistas radicais não compartilham da crença de que o padrão capitalista de produção e consumo possa introjetar valores ecológicos. Eles não reconhecem, nas possibilidades técnicas de melhoria da qualidade de conservação ambiental, um projeto efetivo que possa redundar em alterações no quadro social de apropriação dos recursos naturais e nem as garantias de equilíbrio ecológico (BOSQUET, 1976; ILLICH, 1976; DUPUY, 1980; ORHOLS, 1979).

Bosquet(1976), importante intelectual francês de esquerda que se dedicou a refletir sobre questões referentes a sociologia do trabalho e possivelmente um dos pioneiros a tratar da questão ecológica, produz um diagnóstico pessimista da sociedade moderna levando em consideração tanto a exploração imposta pelas relações de produção as classes assalariadas como também uma incapacidade do capitalismo em se reproduzir, dada sua insensibilidade com os limites ecossistêmicos.

A parte da discussão acerca da qualidade de vida da população e do mal gerenciamento dos recursos naturais, a capacidade produtiva capitalista também se encontra afetada pela lógica predatória do sistema. Isto porque os custos de reprodução da produção se elevam, devido a fatores físicos como escassez de matérias-primas e necessidade de investimento massivo em recuperação de elementos naturais degradados.

"Em suma, um capitalismo sem crescimento, em que se investe apenas para reparar ou substituir o que está gasto, é um capitalismo que já não funciona. É o que os ecólogos pedem é, na realidade, pior do que o não-crescimento: com produtos materiais tão duradouros quanto possível, o aparelho industrial rodaria, conforme os setores, de quatro a dez vezes mais devagar do que hoje. A velocidade de rotação do capital e, portanto, os lucros, seriam pois proporcionalmente reduzidos." (BOSQUET, M. in MANSHOLT, S.(org.) 1973).

Representativos nos anos 70 e início dos 80, atualmente este conjunto de autores não tem o mesmo impacto no debate ambiental. A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em 1972 em Estocolmo, tornava propícia a crítica intransigente dos radicais. O evento, um marco dentro do debate transnacional sobre questões ambientais, foi pautado por posturas tecnocráticas e alarmistas acerca da inevitabilidade da escassez de recursos naturais frente ao crescimento demográfico (GUIMARÃES, 1991). O posicionamento dos radicais colocava-se como o contraponto a

essa dimensão da problemática, que segundo eles encoraja o questionamento de fundo, ou seja, a alteração nos padrões de produção, no consumo e nos mecanismos decisórios em vigência.

Nos dias correntes, marcados pelo acontecimento da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também denominada por Eco-92, a reflexão sofreu uma certa mudança. Nos vinte anos que separam as duas Conferências das Nações Unidas ocorreu no nível internacional, se não uma ecologização profunda da sociedade, ao menos um aumento significativo da preocupação com a questão tanto nos governos como na sociedade civil. Diversas agências estatais para controle ambiental foram criadas e número considerável de entidades ambientalistas e partidos políticos de plataforma ecológica surgiram no tecido social de diversos países.

No ano de 1985, a Organização das Nações Unidas instituiu um grupo de trabalho encarregado de avaliar e diagnosticar as condições ecológicas globais, coordenado pela norueguesa Gro Brundtland. Após quatro anos de trabalho a equipe apresentou o relatório "Nosso Futuro Comum" (1987), que logrou considerável impacto junto ao pensamento ambientalista. O texto propõe a utilização do conceito de desenvolvimento sustentável como balizador da discussão envolvendo questão ambiental e desenvolvimento, de forma a substituir o tecnicismo presente em Estocolmo por um projeto que combine o respeito dos limites ecossistêmicos com a

constituição de uma sociedade fundada em ideais democráticos, participativos e atenta às necessidades de gerações futuras.

Neste contexto outra tendência, a dos ecologistas moderados, passa a deter supremacia na cena intelectual. Apesar de reconhecerem a crise ambiental e as limitações que determinadas sociedades, especialmente as do Terceiro Mundo, encontram para solucionar suas contradições sócioambientais, os ecologistas moderados não se dirigem para projetos alternativos de organização social, mas pretendem ecologizar as esferas sociais, governamentais ou não, reformulando os padrões que cercam a avaliação do grau de desenvolvimento social.

O WORLDWATCH INSTITUTE (1990), centro de pesquisas que se firma como um dos expoentes dessa corrente, por intermédio do conceito de desenvolvimento sustentável, critica a utilização dos critérios vigentes de mensuração de nível de desenvolvimento, especialmente o PNB (Produto Nacional Bruto), em virtude desse indicador não incluir os custos ecológicos provenientes das atividades produtivas; ele coloca ainda que a noção de crescimento econômico deve ceder espaço para uma nova percepção das questões ecológicas pelo poder público.

"A medida que progredir a transição para uma economia ambientalmente mais benigna, a sustentabilidade gradualmente eclipsará o crescimento enquanto foco das ações político-econômicas. Ao longo das próximas duas décadas, as políticas governamentais encorajarão investimentos que promovam estabilidade e durabilidade em vez de encorajarem aqueles que simplesmente expandem a produção a curto prazo" (BROWN, 1990, p.236).

A diferença fundamental entre os dois conjuntos de autores reside mais nas possibilidades de transição para uma sociedade sustentável que nos princípios que devem permeá-la. Enquanto que os radicais estão certos da inviabilidade do mercado enquanto gerenciador dos intercâmbios com o meio, os ecologistas moderados passam ao largo da discussão e refletem em termos de condições de sustentabilidade. Uma parte desta tendência aponta que o mercado teria inclusive vencido o Estado nacional enquanto agente social, cabendo aquele a responsabilidade por intervir no dilema ambiental em condições favoráveis (VIGLA & LEIS, 1992).

No Brasil, a produção dos cientistas sociais ligados à questão ambiental abarca um número considerável de diferentes tópicos e métodos (VIEIRA, 1992). Frente a essa diversidade, o presente trabalho pretende contribuir com outro tema, analisando a importância de um segmento em especial diante da discussão ambiental, cuja relação a nível

de Brasil ainda foi pouco explorada, ou seja, a questão dos meios de comunicação de massa e, mais especificamente, da imprensa.

A partir de meados dos anos 50 e início da década seguinte o Brasil presenciou a instalação de atividades e instituições, em boa parte atrelados a iniciativas governamentais, que marcaram o surgimento da nossa indústria cultural ou mercado de bens simbólicos (MICELI, 1984a; ORTIZ, 1988). Podemos encontrar em um período anterior manifestações de atividades ligadas a comunicação, especialmente o jornalismo, (SODRÁ, 1965), mas somente após o governo de Juscelino Kubitschek (1956-60) e posterior implantação dos governos militares que a indústria da cultura se tornará uma realidade em toda sua extensão, promovendo a integração de parcelas do território antes autônomas. Alguns fatores sociais são importantes para o entendimento deste processo.

"O crescimento da classe média, a concentração da população em grandes centros urbanos vão permitir ainda a criação de um espaço cultural onde os bens simbólicos passam a ser consumidos por um público cada vez maior. 64 inaugura um período de enorme repressão política e ideológica, mas significa também a emergência de um mercado que incorpora em seu seio tanto as empresas privadas como as instituições governamentais. Durante o período 64-80 ocorre uma formidável expansão, a nível da produção, da distribuição e do consumo de bens culturais (ORTIZ, 1985 p.83).

O Estado brasileiro atuou de diversas formas como força auxiliar no incremento das atividades dos *mass media*, especialmente a favor do setor das telecomunicações (MICELI, 1984a; SODRE, in MICELI, 1984b; MELO, 1993). Em relação à imprensa, especificamente, o regime militar teria colaborado em três frentes: tornou-se seu maior anunciante; investiu pesado em programas de alfabetização (Mobral); e possibilitou a renovação do equipamento técnico dos jornais através do Grupo Executivo da Indústria de Papel e Artes Gráficas (GEIPAG), com isso facilitando a importação de maquinário avançado (GOLDENSTEIN, 1986).

Possivelmente em virtude da indústria cultural ter se consolidado no país dentro de sua configuração de capitalismo monopolista (Ver RUBIM, 1988), a imprensa comunitária não conseguiu se instituir e rendeu-se a um processo agudo de concentração dos veículos de informação (DIAS, 1979; CAPARELLI, 1982).

Além de significar um incremento em termos de produção e consumo de bens culturais, o período assistiu a uma transformação profunda na lógica da organização das empresas ligadas ao ramo da comunicação, dado que a indústria cultural demanda alterações no padrão de comportamento de suas atividades.

Goldenstein (1987) analisa esse processo de passagem enfrentado pela imprensa brasileira no período recente e sua inserção na indústria cultural, demonstrando que, a partir dos anos 50 e 60, aquelas empresas jornalísticas que não

modernizaram sua lógica produtiva tiveram problemas em se estabelecer em um mercado altamente racionalizado, como foi o caso do jornal A ÚLTIMA HORA. O jornal, porta-voz de uma mensagem de teor político claramente favorável aos propósitos getulistas, relutou em veicular mercadorias informativas enquanto empresa capitalista, tornando-se assim peça desencaixada no mercado.

"As ambições de Wainer de ter um jornal "que não dependesse dos azares da política" deram a *Última Hora* uma organização empresarial avançada para a época e cuidada em todos os detalhes, exceto em um: a mensagem de *Última Hora* foi o pressuposto em torno do qual se organizou a empresa e não um produto a ela subordinado. Era mercadoria por acréscimo e não por definição. Assim, de nada adiantou toda a "organização empresarial avançada" (GOLDENSTEIN, 1987, P.154).

Em sua pesquisa sobre a constituição do grupo Folhas, onde aprofunda o trabalho desenvolvido sobre o jornal ÚLTIMA HORA e NOTÍCIAS POPULARES, Goldenstein (1966) explora de forma interessante um exemplo de transformação de uma prática jornalística personalizada e ligada a um determinado projeto político para uma prática empresarial, despersonalizada e organizada burocraticamente. Em 1962, a partir da compra das empresas pelo Grupo Frias, ocorre mais do que a mudança de propriedade, mas sua inserção definitiva na lógica propagandística que despolitiza as mensagens jornalísticas e as institui integralmente como mercadorias, característica fundamental da indústria da cultura (Ver

ADORNHO, T., in COHN, S. (org.), 1971). Nessa conjuntura, o consumo do produto jornalístico, as notícias, deve ser proporcionado a um público massificado e indiferente aos posicionamentos políticos particulares dos proprietários das empresas de comunicação, uma vez que acarretaria comprometimento do veículo enquanto espaço publicitário.¹

Mais recentemente, no decorrer dos anos 80, foi possível perceber uma transformação importante na imprensa brasileira representada agora pela informatização dos grandes jornais, que teve como caso pioneiro o diário Folha de S.Paulo. Esse processo veio a acentuar a distância já antes existente entre as empresas de grande e médio para as de pequeno porte (VIANNA, 1992).

Não cabe, no âmbito deste trabalho, dar prosseguimento à discussão acerca da importância que os meios de comunicação em geral, e a imprensa em particular, detêm historicamente no Brasil. Essa tarefa já foi realizada, e com grande propriedade, por diversos pesquisadores.²

O intuito desta pesquisa é analisar a problemática da apropriação da questão ecológica por parte dos agentes comunicadores. Compreender o papel destes frente ao desafio ambiental e a forma como socialmente se inserem no debate é na atual conjuntura indispensável. Lowe e Rudig (1986) apontam os meios de comunicação e o sistema educacional como

fatores fundamentais para a conscientização ambiental. Devido à atuação dos meios de comunicação e do sistema educacional, vários tópicos relacionados à questão ambiental teriam recebido maior atenção na agenda política de vários países. Outros pesquisadores apostam nos meios de comunicação e no ensino como segmentos formadores de opinião pública favorável à reflexão ecológica global, ainda incipiente (VIA, 1993).

A escolha da imprensa como objeto deste estudo recai em sua complexidade própria enquanto ramo diferenciado da indústria cultural. A sua especificidade é resultante do fato de ela ser anterior à instalação da indústria da cultura como um conjunto empresarial característico do capitalismo avançado, o que a faz dispor de outras possibilidades comunicativas. Goldenstein (1987) salienta esse ponto nos seguintes termos:

"A Indústria Cultural criou seus próprios veículos, dos quais a televisão seja talvez o mais eloquente. Mas há outros que já existiam antes dela. É o caso dos jornais. Não são seus filhos, são seus enteados. Tiveram de se adaptar a um sistema distinto daquele em que nasceram o que exigiu profundas transformações em sua estrutura...Os jornais são assim os casos mais difíceis de se analisar a partir do quadro teórico esboçado nas páginas precedentes (da indústria cultural). Mas são também, por isso mesmo, os mais fascinantes como objeto de estudo, pois são protagonistas extremamente sensíveis de um processo de mudança social, cujos efeitos repercutem diretamente sobre a vida de cada um de nós." (GOLDENSTEIN, 1987, p.27).

Outro fator pesou na escolha da imprensa como objeto de análise. O fato desse ter sido o veículo que, no caso brasileiro, tomou a dianteira no trabalho informativo sobre a questão ambiental. Há alguns anos, determinados jornais brasileiros (com menção especial ao *Jornal da Tarde*) têm se dedicado em cobrir temas ecológicos, em algumas circunstâncias por intermédio do trabalho de jornalistas isolados e, em outras, com a criação de suplementos especiais (JOHN, 1989; SANTOS, 1991). Interessante notar que, tanto no caso inglês como no americano, o processo ocorreu de forma semelhante: a imprensa também iniciou um trabalho de cobertura de questões ambientais, à frente do rádio e da televisão (ANDERSON, 1991; SCHÖNFELD ET ALII., 1979).

Durante a vigência do regime militar a problemática ecológica teve um papel importante na vida pública brasileira, tornando-se um espaço legítimo e permitido de questionamentos da ordem autoritária vigente por parte da população. Este espaço foi em larga escala ocupado pela imprensa.

Randau Marques, renomado jornalista especializado em questões ambientais e populacionais, descreve as possibilidades de atuação naquele período apesar das dificuldades, entre estas especialmente a censura:

...a área do meio ambiente, principalmente porque essa área foi a única que, durante os anos de ditadura militar, pôde ser exercitada...as primeiras levadas civis saíram às ruas nos períodos mais negros da história recente do país, protestando contra a devastação da Amazônia, protestando contra o acordo Brasil-Alemanha...contra a destruição de florestas, árvores e tudo mais...Essa consciência foi sendo criada pela imprensa neste espaço deixado pela ditadura e os militares não ousaram reprimir aqueles que lutavam por um ar mais puro..."(MARQUES, 1989, p.56-7)

Retomando esse tema, Ferreira (1993) detecta na imprensa, local ou não, uma parcela significativa de responsabilidades no processo de visibilidade social que a degradação ambiental no pólo petroquímico de Cubatão, litoral de São Paulo, adquiriu a partir do início dos anos 80, politizando o debate, mostrando o posicionamento dos diferentes atores e apontando os efeitos sobre a parcela de população atingida.

Atualmente no Brasil é possível verificarmos a preocupação com essa questão através tanto da reflexão de pesquisadores como de profissionais do jornalismo.

A Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo chegou a oferecer cursos de Extensão Universitária sobre meio ambiente e imprensa para um público-alvo bem diversificado, envolvendo jornalistas, sociólogos, pessoas ligadas aos movimentos ambientalistas e outros. A ênfase do curso é dada na necessidade de democratização e transparência dos meios de comunicação e a

sua descentralização por meio de canais ligados à realidade local.

A questão ambiental traz, segundo organizadores do curso, uma especificidade oriunda de sua própria diversidade, que os modelos tradicionais de produção e transmissão de informação são incapazes de incorporar.

"A questão ambiental atingiu tais proporções que os meios de comunicação social aparentemente não se encontram em condições normais de atender ao excedente de novidade ambiental, maior que as novidades tradicionais que são capazes de absorver...A questão da relação comunicação/ambiente se esquematiza, então, em torno da emergência de problemas novos e da permanência de problemas antigos". (ROCHA, 1990, p.10).

A incapacidade da imprensa em trabalhar com a especificidade da questão de meio ambiente se relaciona com a própria lógica da produção noticiosa. O caráter fragmentário das informações, *pari passu* com sua imediatividade, constituem-se em características fundamentais da atividade da imprensa burguesa e empecilhos constantes para a apreensão global do problema (MARCONDES FILHO, 1986).

O intelectual alemão Enzensberger (1973) critica a heterogeneidade e a incapacidade do movimento ecológico nos primórdios dos anos 70 de pensar globalmente a crise ambiental. E, em termos semelhantes aos dois autores supracitados, mas sem pretender aprofundar em demais suas afirmações, aponta também os meios de comunicação como

incapazes de compreender a questão ambiental em todas suas manifestações:

"La misma difusión a través de los *mass media* provoca que la polémica pierda nivel en precisión y forma. Se aíslan totalmente cuestiones parciales como la que se refiere al problema de los residuos o al de la contaminación, se da como seguro lo que non son más que hipótesis, se explotan los casos espectaculares de intoxicación, se absolutizan resultados parciales, etc. El paso por el sistema cloacal de la publicidad industrializada implica un progresivo enlodamiento del problema que impide, ya desde un buen principio, una formulación "pura". (ENZENSBERGER, 1973, p.18)

Os jornalistas brasileiros, que cobrem a questão ambiental, também estão nos últimos anos refletindo sobre as deficiências e os obstáculos que pontuam tanto sua atuação profissional como a inserção da problemática do meio ambiente nas atividades da imprensa.

Fernando Gabeira, conhecido por sua atuação junto a causas ecológicas e por ser importante quadro político do partido verde, e igualmente profissional de jornalismo atento à questão, enumera alguns pontos de reflexão acerca das dificuldades do tratamento da questão ambiental pela imprensa em geral, e especificamente a brasileira.

Uma dos obstáculos principais é a falta de espaço dentro das redações para os jornalistas ligados às questões ambientais, em decorrência da pressão econômica dos grandes anunciantes. Segundo Gabeira, esses grandes anunciantes, como é o exemplo da Petrobrás, ao mesmo tempo que promover

graves problemas ambientais no litoral brasileiro, subseqüentes encontros de jornalistas para discutirem a questão, se utilizando assim dos debates para melhorarem sua imagem.

A falta de especialização dos jornalistas e o desinteresse das empresas jornalísticas nesse investimento configura para Gabeira um outro problema importante. O resultado dessa debilidade seria a produção em série de denúncias que, a partir de um determinado momento, perderiam efeito desencadeador de reflexão.

"Eu acho que o jornalismo ecológico no Brasil está chegando a um impasse parecido com o do movimento ecológico. Nós denunciemos demais. Nós estamos com quase todas as grandes denúncias do Brasil mapeadas, mas temos pouquíssimas soluções para os problemas que nós denunciemos. Por que? Porque o próximo passo, de apresentar soluções, implica em conhecimento, em pesquisa, em associação com cientistas, em viagens, num processo muito mais complexo que a simples denúncia. E nós sofremos muito disso. Sofremos da possibilidade de evoluir cientificamente." (GABEIRA, 1989 p.52)

John (1987), em contrapartida, chama atenção para o incremento da cobertura da questão ecológica nos meios de comunicação, especialmente a imprensa, nos últimos anos, através da criação de editoriais e suplementos. No entanto, salienta que a qualidade do profissional que trabalha com o tema ainda deixa muito a desejar. Ele não dispõe de conhecimentos específicos e está a mercê das informações oferecidas por suas fontes, que na maioria das vezes são sempre as mesmas.

Outro ponto que Gabeira discute, e que já foi apontado anteriormente a partir de uma visão científica, está vinculado à amplitude que dispõe a questão de meio ambiente e a incapacidade da imprensa em apreendê-la sem incidir no processo de fragmentação da realidade. A fragmentação, apesar de prejudicar especialmente a cobertura na área ambiental, ocorre na atividade jornalística em geral.

Os jornalistas brasileiros que estão se especializando no tratamento da questão de meio ambiente, cientes das limitações que tal atividade enfrenta na imprensa brasileira atual, e seguindo exemplos de outros países, começam a organizar, em seus respectivos estados, núcleos para discussão e aperfeiçoamento. São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná são alguns desses estados que possuem núcleos de jornalistas ambientais organizados e que vêm procurando travar diálogo com a comunidade científica (SIQUEIRA, 1992).

Outro segmento importante tem se dedicado à questão, as organizações não-governamentais (ONGs). Em seu interior, o debate sobre o problema da comunicação social tem sido recorrente e a atuação das ONGs da América latina, durante os anos 80, na apropriação dos meios de comunicação por segmentos da sociedade civil foi um fenômeno importante, apesar de [a apropriação] não se traduzir necessariamente em interesse pelas novas tecnologias emergentes no período (FESTA, 1993).

E o movimento ambientalista brasileiro, especificamente, por intermédio do relatório das ONGs em preparação à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, apresenta diversas propostas para o encaminhamento da discussão de meio ambiente e comunicação, frisando a necessidade de formação de quadros e pesquisa na área (Fórum das ONGs Brasileiras, 1992). Encontram-se reproduzidas a seguir as propostas do relatório frente a questão da comunicação social:

"Promover através da legislação e de iniciativas locais, a democratização dos meios de comunicação: incentivar através de órgãos governamentais ou não a disseminação de meios de comunicação locais e comunitários; desenvolver programas de formação e treinamento de profissionais da mídia na área do desenvolvimento sócio-ambiental, tanto no âmbito sindical, quanto nas universidades; estabelecer com organismos internacionais sistemas de cooperação e apoio a meios alternativos, criando um fundo comum destinado à comunidade, como parte dos tratados internacionais pós-Rio 92" (Fórum das ONGs Brasileiras, 1992, p.150-1).

Na verdade, as reflexões acerca da participação dos meios de comunicação no debate ambiental brasileiro estão em processo de maturação, demandando atualmente esforços em pesquisa e formação profissional (VIA, 1993). Há verdadeiramente um problema detectado por agentes ligados às atividades comunicadoras e pesquisadores da área e entidades da sociedade civil, que igualmente atestam o desafio de se buscar novas propostas para a questão. Está assim aberto o

caminho para que se possa adentrar na problemática buscando possibilidades de uma investigação de cunho sociológico.

Nesse contexto, esta dissertação tem como objetivo analisar a cobertura ambiental da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) e do Fórum Global das ONGs e Movimentos Sociais por parte de determinados órgãos da grande imprensa do Estado de São Paulo.

A Conferência das Nações Unidas (CNUMAD), também conhecida como Rio 92, foi agendada pela ONU em dezembro de 1989 através da Resolução 44/228. Nesta Resolução consta, entre outras questões, que os problemas de pobreza e meio ambiente estão imbricados e os países em desenvolvimento necessitam ter suas dívidas externas revistas a fim de poderem zelar por seu ambiente. No período de dois anos que antecedeu a Conferência foram realizadas quatro reuniões preparatórias pelos PrepComs (Comitês Preparatórios). Durante a Conferência foram negociadas pelos chefes de Estado presentes diversas Convenções e documentos, sendo o mais esperado a Agenda 21, uma declaração de metas que deveria estipular o encaminhamento prático das decisões tomadas.

No entanto, não foram somente as esferas governamentais que estiveram presentes nas discussões ocorridas no Rio de Janeiro. Simultaneamente à Conferência foi realizado o Fórum Global das ONGs e Movimentos Sociais, onde entidades da sociedade civil ligadas diretamente à questão ambiental

uniram-se a outros atores sociais (sindicalistas, movimentos feministas, minorias étnicas), propiciando um avanço qualitativo considerável em termos de capacidade de organização e reflexão, como ficou comprovado em alguns dos tratados elaborados no decorrer do evento (FERREIRA, 1992).

Joly (1992) demonstra, por sua vez, que a Conferência oficial da ONU, apesar de propiciar formalmente a participação de representantes de entidades da sociedade civil, criou barreiras para o acesso efetivo destes atores às tomadas de decisões mais importantes, resultando na prática em uma separação nitida entre as instâncias oficiais e alternativas.

A escolha desses dois eventos, CNUMAD e Fórum Global, como balizadores do presente trabalho ocorre em vista de problemas metodológicos que marcam diversas pesquisas que tratam do assunto. O principal problema enfrentado por esses, como será contemplado a seguir, refere-se à seleção dos elementos qualificáveis como ambientais. A necessidade de viabilizar o empreendimento empírico provoca procedimentos por demais arbitrários e limitadores. A escolha de determinadas questões como a nuclear, os dejetos tóxicos, as diversas formas de poluição, os riscos ambientais ou qualquer outro tema não pode ser aferido como representativo da totalidade que a problemática possui, sob risco de se restringir irreversivelmente a abrangência dos problemas que envolvem a comunicação ambiental.

A necessidade de respeitar a amplitude da questão ambiental não impede, de qualquer maneira, que se mantenha atento ao problema do encaminhamento da análise. Em virtude disso, será feito estudo que contenha tanto avaliações gerais da problemática ecológica como específicas, através da escolha de tópico, o da biodiversidade, para servir como ilustrativo da forma de produção, por parte dos meios de comunicação, das concepções de meio ambiente no contexto da sociedade moderna.

Em virtude disso, considerase que a análise de imprensa para o estudo da CNUMAD e do Fórum Global tem condições de viabilizar um entendimento amplo do comportamento da imprensa enquanto agente social posicionado frente ao debate transnacional ocorrido no Rio de Janeiro em 1992.

Os debates travados no Riocentro e no aterro do Flamengo dispunham de níveis de legitimidade diferenciados? As questões debatidas tiveram espaços equivalentes? Essas são perguntas que o presente trabalho procurará responder.

No primeiro capítulo faz-se uma revisão da literatura internacional existente sobre ambiente e meios de comunicação de massa em geral, dando especial ênfase às produções americana e inglesas, as mais representativas; ressaltando ainda a importância que determinados enfoques teóricos da pesquisa em comunicação tiveram sobre o desenvolvimento da área e mostrando a escassa contribuição que algumas delas propiciaram ao desenvolvimento da área.

O capítulo seguinte será dedicado à discussão da organização de determinados veículos da imprensa paulista para os eventos em questão, a Conferência das Nações Unidas e o Fórum Global das ONGs e Movimentos Sociais. Será dada ênfase no investimento de trabalho, enfoques, escolha de pautas, relacionamento com fontes e a possibilidade de apreensão do debate em escala planetária.

O último item corresponde a um esforço de analisar o conteúdo de determinadas mensagens, onde se pretende atestar o nível de percepção da problemática ambiental e as concepções de meio ambiente preponderantes; e o mapeamento das fontes utilizadas pela grande imprensa, com a finalidade de demonstrar o grau de participação dos diferentes setores sociais na definição dos eventos.

NOTAS

1 Para entender historicamente o processo de transformação da imprensa, de empreendimento político-ideológico para ramo da indústria cultural, ver HABERMAS, J. *Do Jornalismo Literário aos Meios de Comunicação de Massa*, in *Imprensa e Capitalismo*, MARCONDES FILHO, C.(org.), Kairós, São Paulo, 1984.

2 Ver a este respeito: CAPELATO, M.H. & PRADO, M.L. *O Bravo Matutino-Imprensa e Ideologia: O Jornal O Estado de S. Paulo*, Alfa-Omega, São Paulo, 1980; CAPELATO, M.H. *Os Auros do Liberalismo*, Brasiliense, São Paulo, 1989; GOLDENSTEIN, G.T. *Do Jornalismo Político à Indústria Cultural*, Summus, São Paulo, 1987; GOLDENSTEIN, G.T., *Folhas ao Vento*, tese de doutorado, Ffch, USP, São Paulo, 1986; MARCONDES FILHO, C. *O Capital da Notícia*, Atica, São Paulo, 1986; MARCONDES FILHO, C. (org.), *Imprensa e Capitalismo*, Kairós, São Paulo, 1984; MELO, J.M. *Comunicação, Direito e Informação*, Papirus, Campinas, 1986; SODRÉ, N.W. *A História da Imprensa no Brasil*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966; VIANNA, R.P. *Informatização da Imprensa Brasileira*, Loyola, São Paulo, 1992.

1 QUESTÃO AMBIENTAL E MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UMA INTRODUÇÃO TEÓRICA

1.1 Introdução

A pesquisa científica envolvendo a questão do meio ambiente e os meios de comunicação de massa encontra-se pouco formulada no Brasil até o momento. Um empreendimento científico importante realizado no Brasil sobre a questão é de autoria de Carlos Eduardo Lins da Silva (1976). Corresponde a um estudo de caso, conduzido na cidade de Santos (SP), onde o autor discute os efeitos de determinados meios de comunicação "sobre a conscientização em torno da problemática ecológica por parte da população.

Em contrapartida, na Europa e Estados Unidos há alguns anos esse tema tem merecido destaque por parte dos cientistas sociais, e desde o início da década de 70 vem se constituindo uma bibliografia especializada.

Kunst e Witlox (1993) demonstram que, apesar de em países do Terceiro Mundo existirem pesquisadores trabalhando com o tema, localiza-se na Europa, principalmente Inglaterra, e Estados Unidos a maior parte da literatura produzida. Não apenas em termos quantitativos, mas também o nível de amadurecimento da discussão esses países se destacam.

Em países do Terceiro Mundo o enfoque incide preferencialmente sobre as restrições que os comunicadores enfrentam ao reportarem questões de ordem ambiental na forma de censura.

"Although many journalists are willing to take up the task of creating environmental awareness, there are still some obstacles to overcome. One is censorship. In many Asian countries both electronic and print media fall under government control. In some countries state censorship is permitted by law" (KUNST & WITLOX, 1993 p.08).

A opção aqui tomada aponta para uma abordagem mais detalhada da bibliografia produzida nos países acima citados, sem com isso desmerecer os avanços detectados em outros centros.

Neste capítulo discorreremos sobre alguns tópicos desenvolvidos nessa literatura que consideramos importantes e que poderão auxiliar no enquadramento da questão dentro do contexto brasileiro.

Dividiremos a exposição em 3(três) sub-itens.

Na primeira parte discutiremos a importância das pesquisas de opinião ("polls") conduzidas nos Estados Unidos, que desempenharam em determinado momento (e continuam a desempenhar) papel fundamental na reflexão envolvendo a participação do meio ambiente na cobertura promovida pelos mass media. Como contraponto, apresentaremos também os argumentos críticos frente a essa tradição de pesquisa que no interior das ciências sociais norteamericanas dispõe de larga tradição.

Posteriormente, promoveremos um balanço dos trabalhos que se interessam pela questão das fontes de informação. Tais pesquisas representam contingente considerável entre aquelas que se deparam com o problema dos meios de comunicação e a divisão de espaço entre os diferentes atores imbricados nas discussões de meio ambiente. O conjunto dessas pesquisas detectam uma tendência à apresentação majoritária de interpretações oficiais em torno do debate, em detrimento das demandas elaboradas por instâncias que emergem da sociedade civil (entidades ambientalistas, comunidade científica).

Paralelamente, apresentaremos parte da bibliografia que focaliza as práticas dos profissionais da comunicação que optam pelo trabalho junto aos problemas envolvendo a questão ambiental e a inserção da problemática da noticiabilidade e dos valores/notícia nas rotinas produtivas dos órgãos jornalísticos. A utilização das fontes e o contato com as

entidades ambientalistas são temas que têm chamado a atenção de diversos estudiosos e despertado muita controvérsia.

A guisa de conclusão faz-se importante descrever a polêmica travada por alguns autores em torno do problema da função crítica exercida pelos *media* ao cobrirem temas vinculados à problemática ecológica. Em especial, discutiremos o posicionamento defendido por Lowe e Morrison (1984), segundo o qual a temática ambiental representa um caso alternativo na cobertura da mídia, na medida em que a mensagem sobre o meio ambiente representa *a priori* uma crítica ao modelo de sociedade capitalista industrial.

1.2 OPINIÃO PÚBLICA, MEIOS DE COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE

O estudo que estamos nos propondo tem como referencial importante e quase obrigatório de reflexão a questão das pesquisas de opinião pública.

Essa afirmação encontra justificativa no fato de que a partir da metade dos anos 60, o ambiente passou a figurar entre os temas avaliados pelos "polls" americanos e as pesquisas sobre comunicação e ambiente remetem-se constantemente a eles.

Hansen (1991) afirma existir séria semelhança entre as pesquisas envolvendo percepção da opinião pública sobre temas ambientais e aquelas que se dirigem ao interesse dos

meios de comunicação em cobrir tais temas. Em ambos os casos detecta-se a emergência do problema durante os anos 60, um declínio na década seguinte e início dos 80 e um novo incremento no período actual¹. O desenvolvimento das pesquisas conduziu a uma aproximação das duas questões no sentido de se encontrar correspondência entre a atuação dos meios de comunicação frente a questão ambiental e o posicionamento da opinião pública.

Inicialmente discutiremos as pesquisas que tratam dos polls, seus enfoques e dimensionamento da questão ambiental. Posteriormente, analisaremos a forma como determinados autores concebem a aproximação das pesquisas de opinião com as práticas dos *media*.

1.2.1 As pesquisas de opinião

Erskine (1972) aponta com indifereçável espanto o crescimento do nível de sensibilidade que a questão ambiental (leia-se poluição) logrou em curto intervalo de tempo por intermédio das pesquisas de opinião.

"A miracle of public opinion has been the unprecedented speed and urgency with which ecological issues have burst into American consciousness. Alarm about the environment sprang from nowhere to major proportions in a few short years. When the first polls appeared in 1965, only about one in ten considered the problem very serious. Today most people come to that realization." (ERSKINE, H. 1972, p.120).

Após analisar pesquisas de vários institutos entre os anos de 1965 e 1970², o autor considera que os problemas de poluição do ar e principalmente da água mobilizam o interesse de um número crescente de cidadãos. Embora não pareça existir um compromisso por parte destes em contribuir financeiramente para as intervenções governamentais na área.

A presença da questão ambiental enquanto um problema em evidência para a opinião pública americana constituir-se-ia segundo Downs (1972), em um dos estágios do ciclo através do qual as questões sociais emergem e são substituídas por outras na arena pública.

Esse autor enumera 5(cinco) estágios que englobariam a totalidade do ciclo:-i) existem condições para a emergência do problema, mas este é reconhecido apenas por alguns grupos;-ii) através de crises ou eventos fortes a questão ganha visibilidade e impulso da opinião pública para ser resolvido;-iii) o público toma conhecimento dos custos implicados na resolução do problema e arrefece sua disposição;-iv) queda gradual de interesse, devido a esgotamento com a questão e diminuição na cobertura por parte da mídia;-v) transforma-se em uma questão passada e substituída por outras no centro das atenções com pouca, se tiver, melhora das antigas condições.

A proposta dos ciclos de Downs constituiu-se em marco para diversos estudos que se interessaram pela emergência da questão ambiental enquanto discussão pública. No início dos anos 70 o ambiente estaria a caminho de completar o ciclo e

com isso se distanciará em breve do interesse público. O comportamento dos meios de comunicação é uma das peças fundamentais para que o ciclo se complete. São eles que funcionam como os promovedores do interesse público.

Dez anos após sua publicação, a "tese dos ciclos", desenvolvida por Downs, ainda despertava polêmica e incitava os estudiosos que, munidos dos dados das pesquisas de opinião, punham-na à prova. Anthony (1982) fez um levantamento de pesquisas de opinião no período de 1971-82 relativas à problemática ambiental e destacou como conclusão geral que a proteção ambiental ainda dispunha de amplo apoio. Porém, os resultados das pesquisas no início dos anos 80 demonstrariam que o diagnóstico de Downs não incorreria totalmente em erro, uma vez que

"...the polls indicate that while most Americans support environmental progress, they are not concerned about the issue with anything like the intensity that marks their sentiments about, say, the state of the economy." (ANTHONY, 1982 p.19).

Dunlap (1989) argumenta que Downs, mesmo sendo cuidadoso em prever a retirada da problemática ambiental do cenário público, cometeu sua maior falha por não ter levado em consideração o posicionamento de dois atores sociais em especial. Afirma Dunlap:

"The commitment and resources that these environmental interest groups were able to bear in the battle for public opinion and congressional and legal action against the Reagan administration's environmental policies were clearly not foreseen by Downs. The success of the "environmental lobby" in stimulating increased public concern for environmental problems in the eighties suggests that a key variable affecting the passage of social problems through the issue-attention cycle is the strenght of the interest groups that are committed to solving the problems".(DUNLAP, 1989 p.119-20)

O outro ator social que, de certa forma, impediu a questão ambiental de se retirar de cena foi o governo federal norte-americano, especialmente durante a gestão Reagan. Segundo o autor, caso as políticas ambientais do governo Reagan implicassem em soluções efetivas para os distúrbios ambientais, o ciclo de Downs poderia acontecer.

"...when the public came (with the urging of environmentalists) to perceive the Reagan administration as not taking care of environmental problems it began to express greater concern over the problems and stronger support for environmental protection"(DUNLAP, R.1989 p.120)

Gillroy e Shapiro (1986) empreendem trabalho semelhante ao de Erskine (1972) e Anthony (1982), inclusive com alguns institutos de pesquisa em comum entre 1971-86⁷. Essas pesquisas igualmente apontam para um acréscimo no nível de conscientização e um impulso limitado dos cidadãos em dividir com o poder público os custos da proteção ambiental. De qualquer forma, os autores reconhecem como um

dado novo o posicionamento do público frente ao embate entre proteção ambiental, crescimento econômico e aproveitamento energético.

"The people has been reluctant to support environmentally harmful policies which might improve the economy and energy resources, with possible exceptions such as increases in strip-mining and offshore oil exploration, although citizens may waver if faced with hard choices close to home. It is evident, however, that people do not-perhaps rationally-see as mutually exclusive a healthy environment and other important needs, or they do not want to have to choose between them." (GILLROY & SHAPIRO, 1986 p.270)

Os problemas que envolvem a utilização dos polls com o intuito de se debater o nível de reconhecimento da temática ambiental aparecem sob duas formas. Por um lado, estas instituem, de forma arbitrária, as questões classificadas como ambientais. Nos textos discutidos acima que analisam as pesquisas de opinião, os temas ambientais frequentemente referem-se à poluição e às questões relativas à preservação ambiental.

Por outro lado, é importante nos determos nas questões teórico-metodológicas que subsidiam tais pesquisas, ou seja, o problema mais recorrentemente encontrado nos questionários e na avaliação dos autores apontam para uma relação de tipo custo-benefício entre políticas públicas, legislação ambiental e participação.

1.2.2 Os meios de comunicação

Como Downs (1972) afirma em seu texto, mas sem desenvolver um trabalho de análise mais depurado, os *media* desempenhariam um papel chave nos altos e baixos alcançados pelas questões ambientais junto aos polls. É como se daria tal influência? Entrar-se-á na segunda parte desse item, relacionando as pesquisas de opinião com a mídia.

Em um dos primeiros trabalhos que relacionam o tema da opinião pública e o ambiente, Murch (1971) faz menção aos efeitos dos meios de comunicação. O fato de que a percepção pública acerca dos problemas envolvendo poluição ambiental seria mais nítida em referência a questões de âmbito nacional, em detrimento da realidade local, leva o autor a apontar a televisão e os jornais como os agentes responsáveis por essas situações. Segundo o autor, tal atitude dos meios de comunicação implica em menor mobilização por parte do público, e tem o efeito de minimizar o comprometimento daqueles engajados com a causa ambiental.

O interesse em conhecer as questões sociais (issues) mais importantes dos anos 60 e a relação estabelecida com os meios de comunicação levou Funkhouser (1973) a cruzar os dados de pesquisas de opinião da Gallup realizadas no período (1960-70) com análises de três revistas semanais (Time, Newsweek, US News). A escolha das revistas ocorreu dado a impossibilidade de se analisar em espaço de tempo tão

longo um número extenso de jornais e programas de televisão. O conteúdo das reportagens não foi levado em consideração, e nem o espaço disponível, apenas o número.

O levantamento dos dados mostra que a problemática da poluição e do meio ambiente teve aumento considerável em termos de artigos publicados nas 3(três) revistas consultadas entre 1964-70 (de 1 para 41), e ela ficou em 89 lugar em meio a 14 questões tidas como as principais da década.

Em termos de categorização, os artigos foram classificados de acordo com os aspectos temáticos. Assim sendo, para o ambiente eram selecionados os artigos referentes aos seguintes tópicos: ecologia (pesquisa e ensino), ambiente, entidades ambientalistas, política ambiental, poluição, controle, leis e legislação, poluição do ar, poluição da água.

Funkhouser (1973), ao invés de aceitar a tentadora relação que se estabelece entre número de artigos e reconhecimento da opinião pública, chama atenção para a temeridade do uso das técnicas vigentes empregadas pelos institutos de pesquisa, principalmente a pergunta utilizada pelo Gallup "Qual é o principal problema que enfrenta a América?", e o estabelecimento de um paralelo automático com o grau de veiculação pelos *media*.

"...the amount of media attention does not seem to relate as closely to public attitudes concerning the issues and related policies. The Gallup item, "What is the most important problem facing America?" may in effect be an indirect content analysis of the news media, showing us the surface of public opinion but not its depth." (FUNKHOUSER, 1973, p.74)

Tendo como pressuposto que a correlação entre a cobertura dos media e a amplitude do reconhecimento pela opinião pública ocorre de forma direta, e apontando para o fato das pesquisas privilegiarem temas amplos como "economia" e "questões raciais", Atwater et alli. (1987) estão interessados em testar a capacidade dos meios de comunicação de transmitir ao público informações específicas sobre determinadas questões pontuais.

"If the media are to serve a valuable function in a democratic society they must be able to transfer more than the salience of a few broad issue labels to the audience. The media must also be able to transfer detailed levels of information about an issue to the audience." (ATWATER ET ALLI. 1987 p.394.)

Os autores analisaram 130 histórias junto a três jornais americanos (State Journal, Free Press e News) relacionadas à problemática ambiental, dividindo-as em seis(6) sub-questões: resíduos, qualidade das águas, substâncias tóxicas, qualidade do solo, qualidade do ar e preservação ambiental. A metodologia consistia em analisar o número de

colunas que correspondia a cada história, o número da página onde ela se encontrava e o cabeçalho.

Paralelamente foi conduzida pesquisa por telefone que indagava se as pessoas tinham acesso a informações por meios intra-pessoais ou através dos jornais.

Como resultado, os autores apontam para uma média de 13 colunas para as histórias relacionadas a meio ambiente, o que seria altamente significativo, e 83% dos entrevistados citaram exclusivamente os meios de comunicação como fonte. A partir de tais números atesta-se uma correspondência considerável entre as duas categorias e a conclusão de que a mídia obteria sucesso em transmitir informações issue-level.

Outra pesquisa importante que procura expor a inter-relação entre a cobertura da mídia e a opinião pública foi realizada por Protesse et alii. (1985) por ocasião de um conjunto de trabalhos sobre os efeitos das reportagens investigativas. Antes e depois da exibição de um programa de televisão sobre disposição de resíduos tóxicos em uma universidade de Chicago foram realizadas entrevistas por telefone com pessoas do público em geral e policy-makers com o intuito de medir o impacto dos meios de comunicação.

Ao contrário do que seria esperado, os componentes do público expostos ao programa de televisão não alteraram seu posicionamento frente à questão dos dejetos tóxicos, assim como os não expostos. Em contrapartida, as autoridades se mostraram muito mais atentas ao problema, embora não

necessariamente devido à veiculação da reportagem (PROTESS et alii, 1985, p.182).

Gamson e Modigliani (1989) procuram também dimensionar um tipo de relação que se processa entre o discurso da mídia e a opinião pública, utilizando para isso a questão da energia nuclear. A hipótese colocada pelos autores não se reporta a uma relação meramente causal, como é o caso dos dois trabalhos que discutimos acima. A problematização aqui adquire uma maior complexidade.

"We do not, in this paper, argue that changes in media discourse cause changes in public opinion. Each system interacts with the other: media discourse is part of the process by which individuals construct meaning, and public opinion is part of the process by which journalists and other cultural entrepreneurs develop and cristalize meaning in public discourse." (GAMSON & MODIGLIANI, 1989 p.02)

O discurso da mídia constrói-se através de "pacotes" (packages) que possuem uma estrutura interna e inserem as questões sociais emergentes em determinados contextos culturais. Através de pesquisa junto a programas de televisão, revistas, cartoons e artigos assinados, os autores puderam marcar a trajetória da questão nuclear nos meios de comunicação americanos.

De um package "progresso" dominante nos anos 50 e 60, favorável ao compromisso nuclear, a partir da década de 70 a mídia norte-americana passou a professar posicionamentos anti-nucleares, ou soft paths packages. Após os desastres de

Three Miles Island e Tchernobyl, os packages críticos a proposta nuclear tornam-se amplamente hegemônicos.

Na Finlândia, a hipótese do ciclo de Downs também pôde ser em parte verificada. O acréscimo em cobertura ambiental por parte do jornal mais lido do país, que se deu de maneira contundente no início dos anos 80, não teria representado na mesma proporção mudanças nos níveis de interesse da opinião pública local (SUHONEN, 1992).

A pesquisa do cientista brasileiro Lins da Silva (1976) na cidade de Santos chegou a resultados semelhantes ao do trabalho de Atwater et alii. (1987). Em entrevistas conduzidas na Baixada Santista ficou atestado que, em 87% dos casos, os meios de comunicação funcionaram como a fonte principal de informação sobre questões ecológicas, contra aproximadamente 12% representados pelas relações intra-pessoais. Entre os indivíduos que se encontram de alguma forma envolvidos com os problemas ambientais, porém, o papel dos meios de comunicação tem amplitude bem menor (45%), contra 53% de outras fontes.

O grau de informação possibilitado pelos *media* não se traduz necessariamente em mobilização a favor das condições ambientais. Segundo Lins da Silva (1976), os *surveys* demonstraram que apesar do público portar consciência da importância das questões do meio ambiente, a maioria não a transforma em condutas práticas, como aumento nos impostos, diminuição do uso de automóveis e apoio financeiro aos órgãos de defesa da ecologia.

Sendos os meios de comunicação a fonte privilegiada de informação ambiental, como já apontamos, deduz-se que eles não logram produzir uma consciência ativa, devendo ser acrescidos de outros meios.

Independentemente dos resultados obtidos pelas pesquisas que foram levantadas sobre a questão nuclear, resíduos tóxicos ou sub-questões relacionadas ao meio ambiente, e os impactos dos trabalhos de cobertura nos polls realizados com o único fim de medi-los, nós consideramos pequenas as possibilidades de alcançarmos uma compreensão satisfatória da forma como os meios de comunicação constroem socialmente a questão ambiental através dessa abordagem.

1.2.3 A crítica ao paradigma comunicacional

Esses estudos (seção 1.2.2) se coadunam ao que Gitlin (1978) considera como o paradigma dominante nas pesquisas envolvendo comunicação. Eles são mais frequentes após a Segunda Guerra Mundial, momento em que os meios de comunicação adquirem sua feição centralizada e estão empresarialmente constituídos nos Estados Unidos. Fortemente marcados pelas pesquisas de Katz e Lazarsfeld, estes estudos centram suas análises sobre a influência ou os efeitos produzidos pela programação dos meios de comunicação sobre o público ou autoridades dentro de uma perspectiva empiricista, comportamental, e eximem-se da tarefa de pensar o papel ocupado pelos *media* dentro da conjuntura histórica do desenvolvimento capitalista.

"By emphasizing precise effects of "attitudes" and microscopically defined "behavior", the field has conspicuously failed to attend to the significance of the fact that mass broadcasting exists in the first place, in a corporate housing and under a certain degree of State regulation...Who wanted broadcasting, and towards what ends? Which institutional configurations have been generated because of mass broadcasting and which going institutions - politics, family, schooling sports - have been altered in structure, goals, social meaning and how have they reached back into broadcasting to shape its products?" (GITLIN, 1978, p.206)

Por não se atentar a estas questões (as quais os textos citados se encaixam) colocadas por Gitlin (1978), as pesquisas empíricas norteiam suas análises pela busca de efeitos ou influências dos meios de comunicação (Ver Cohn, C. 1973 cap.04; KLAPPER, J. in COHN, G.(org.) 1971) e pela capacidade funcional de alterar o debate público (*agenda-setting function*) dentro de uma perspectiva linear de difusão de informação, oferecendo assim descrições particularizadas e estanques que pouco podem auxiliar no entendimento da problemática ambiental nas sociedades modernas.

A origem da forma de abordagem dos efeitos dos meios de comunicação relaciona-se basicamente a três fatores elencados por McQuail (1972): o modelo de sociedade pensado na década de 20, marcado pelas teorias europeias da sociedade de massas, proveniente do século passado; o destaque das teorias psicológicas fundadas no mecanicismo do tipo "estímulo-resposta"; o interesse de grupos e governos

pelas formas de previsão das motivações do público tendo em vista políticas de controle.

O resultado obtido pelos trabalhos que trilharam o caminho dos efeitos dos meios de comunicação teria sido um escasso avanço das reflexões de fundo sobre a problemática e um acúmulo de dados parciais.

"La continua demanda de datos empíricos sobre el consumo y impacto de cada medio masivo de comunicación fue un factor que obstaculizó el desarrollo teórico. Entre otras consecuencias, podemos mencionar la escasa atención prestada a los estudios que no pudieron encuadrarse con facilidad en el marco de una relación mensurable de causa-efecto o que plantearan problemas metodológicos diferentes a los habituales...prevalecieron los estudios basados en mediciones de *individuos* sobre las investigaciones acerca de las estructuras y pautas institucionales que pueden resultar considerablemente afectadas por los medios masivos...Por último,...alentó un enfoque simplista y quizás acritico de las variables implícitas...tanto el papel del emisor como la naturaleza del contenido y las características de los integrantes de la audiencia eran considerados como meros datos y no como problemas"(McQUAIL, 1972, p.75).

- Cohn (1973) explica em termos frankfurtianos, por sua vez oriundos do pensamento marxista, a incapacidade da pesquisa tradicional, calcada nos impactos da comunicação em fornecer um espectro ampliado da problemática. Os trabalhos que investem nos efeitos dos meios de comunicação remetem-se unicamente ao consumo realizado pelo público das mensagens veiculadas. Contudo, as mensagens da indústria cultural, enquanto produtos de atividade material, constituem-se

dentro da sociedade capitalista em mercadorias que trazem em seu âmago características que transcendem sua configuração perceptível e

"...a experiência imediata do consumo desses bens não tem valor explicativo, de vez que corresponde à incorporação pelos sujeitos dos resultados cristalizados de um conjunto de relações sociais, que precisamente estão ocultos pelo caráter mercantil desses bens"(COHN, 1973 p.131).

No momento mesmo de produção das mercadorias culturais engedram-se seus padrões de distribuição e consumo, que em nenhum momento irão dispor de autonomia suficiente para possibilitarem explicação às características intrínsecas de sua lógica industrial (COHN, 1973 p.155).

Wright Mills (1975), ao realizar nos anos 50 um balanço da produção sociológica norte-americana, polemiza com os autores que estariam instalando o método à frente do objeto estudado, praticando o chamado empirismo abstrato. Em determinado momento, ele afirma que as pesquisas de comunicação, assim como as eleitorais e as de opinião pública, padecem do problema de limitarem seus resultados a situações particularizadas e não estruturais, e de estarem a serviço quase que exclusivamente de interesses publicitários distantes do proposta de se fundar uma teoria social sobre a comunicação de massa (p.61).

A utilização dos dados fornecidos por essas pesquisas seria mais extensa por parte das grandes empresas e órgãos

políticos, ansiosos dos efeitos manipulativos que acarretariam, e os seus resultados não forneceram conhecimento suficiente nem do público consumidor dos meios de comunicação, e nem dos agentes comunicadores (MEDINA, 1988 p.24-5).

Tratando especificamente da problemática ambiental e sua inserção na programação dos meios de comunicação, Anders Hansen é o autor que se propõe desenvolver a crítica à abordagem centrada nos efeitos. Ele atesta que tal tradição científica é incapaz de explicar, por exemplo, o que levaria algumas questões vinculadas ao meio ambiente terem maior proeminência que outras. Mais ainda, a tentativa de cruzar os dados de cobertura da mídia em questões ambientais e o posicionamento da opinião pública é cercada de temeridades.

"The futility of attempting to relate public opinion on environmental issues to mass media coverage arises perhaps primarily from the simple point that this amounts to relating two macro-categories which, because of their sheer macro-ness, obscure more than they reveal...equally, the notion of a general "public opinion" on environmental matters may have little analytical, let alone explanatory, power." (HANSEN, 1991 p.443)*

A argumentação desse autor, que será discutida também mais adiante, reside, além da crítica às abordagens tradicionais que vinculam a programação às pesquisas de opinião pública, em um questionamento das análises que centram unicamente nos meios de comunicação (*media centered*

research). Segundo Hansen, elas não podem prover de modo satisfatório um entendimento da amplitude que as questões referentes ao meio ambiente adquirem, mas devem ser acrescidas dos elementos culturais que perpassam a forma como elas são tratadas. Utilizando-se do desastre ocorrido em Bhopal, Índia, onde centenas de pessoas vieram a falecer devido ao vazamento de gás tóxico de uma usina da multinacional americana Union Carbide, Hansen ilustra como esses elementos culturais (*reasonances*), podem se inserir na problemática dos meios de comunicação.

"...it would be difficult to account for the media coverage of the Bhopal poisonous gas disaster of 1984 without drawing on cultural beliefs about western technology in a Third World context. At its most simple level this invokes view of Western technology as dangerous when left in the (implied) incompetent hands of the Third World...At the most general level, media coverage of Bhopal resonates with and reaffirms the myth(perpetuated by the general nature of Western news coverage) of the Third World as a "place" of random large-scale disasters."(HANSEN, A. 1991, p.452-3)

O mito é sustentado pela forma com que os meios de comunicação abordam o desastre, na medida em que não se leva em consideração problemas relacionados a transferência de tecnologia para países periféricos, inexistência de legislação rígida sobre grandes firmas e outras questões.

Ao se interligar os padrões culturais de entendimento de temas ambientais com sua visibilidade através da mídia, como fazem Gamson e Modigliani (1989) através dos packages,

seria viável reconhecer porque determinados tópicos ambientais usufruem de maior espaço por parte dos veículos de informação.

1.3 AS FONTES DE INFORMAÇÃO E OS JORNALISTAS

1.3.1 Novas abordagens

A partir da segunda metade dos anos 80 surgiram pesquisas sobre a relação entre os meios de comunicação e o meio ambiente que não mais reproduzem as abordagens tradicionais de traçar paralelos diretos com as pesquisas de opinião. A questão da organização do movimento ambientalista enquanto gerador de demandas, instiga os cientistas sociais a analisar a capacidade dos meios de comunicação em apresentar o posicionamento dos diferentes atores ligados à questão ambiental.

Relacionado à emergência e politização do movimento ambientalista, houve também um interesse crescente da parte dos cientistas em analisar o comportamento das instituições de comunicação, no que diz respeito à especialização dos jornalistas na área ambiental e às restrições da prática informativa convencional em lidar com novos problemas postos pela problemática.

1.3.2 As fontes de informação

Em janeiro de 1969 ocorreu um importante episódio de degradação ambiental na cidade de Santa Bárbara, estado da Califórnia. Um caso de vazamento de óleo em grandes proporções repercutiu pelos Estados Unidos por vários meses demandando intervenção do então presidente Nixon.

O trabalho de Molotch e Lester (1975) utiliza-se deste acontecimento para verificar a mediação dos meios de comunicação no embate de forças políticas que geram a visibilidade social do problema, e os limites dessa visibilidade. Apesar de centrado em um caso de degradação ambiental, a pesquisa não se atém na especificidade da questão, mas prende-se ao seu caráter accidental.

Discernindo os atores sociais envolvidos na discussão enquanto diferentes sujeitos, a pesquisa atesta que a nível local deu-se divisão equitativamente aproximada de espaço entre as companhias de óleo com responsabilidade pelo desastre e grupos conservacionistas. Por outro lado, a nível nacional tal simetria foi superada e os primeiros ocuparam posição de indiscutível destaque na definição dos acontecimentos relevantes para a resolução do problema.

A discussão desse artigo antecipa o interesse de um conjunto de trabalhos que irão se propor a mensurar o nível de participação que determinados setores sociais usufruem.

na forma de fontes de informação, na configuração do debate ambiental por intermédio dos meios de comunicação.

Greenberg et alii. (1989), ao atentarem para o fato de que o público americano recebe informações sobre meio ambiente principalmente a partir da televisão (73%), salientam a importância do tratamento dispensado às questões de risco ambiental por esse meio. Propuseram-se, então, a analisar durante 26 meses (de janeiro de 1984 a fevereiro de 1986), as matérias sobre meio ambiente nos telejornais noturnos de três cadeias americanas (CBS, ABC e NBC) examinando quais os procedimentos comuns face a matérias envolvendo risco ambiental.

A análise de fontes constituiu-se em elemento importante da metodologia empregada na pesquisa. Os autores levantaram quais os segmentos que eram citados ou apareciam no ar das reportagens estudadas. As categorias utilizadas para designar as fontes foram: governo federal, governo estadual, governo municipal e governo local (fontes oficiais); indústria, trabalhadores, entidades ambientalistas, cidadãos, especialistas e outros (fontes não-oficiais).

Como resultado, os autores não tiveram surpresa em reconhecer as fontes oficiais como as mais proeminentes no noticiário de riscos ambientais.

"As expected, government - the "official source" - and the two antagonists of most environmental disputes - industry and concerned citizens - are the most widely cited sources...We found that federal government, in addition to being the most frequently used source, was also most likely to be used alone. A disproportionate share of sole-source stories used federal government as a source." (GREENBERG et alii, 1989, p.123)

Os governos somaram 28% das fontes citadas sendo seguidos pelos cidadãos (25,4%), indústrias (13,2%), especialistas (14,1%) e entidades ambientalistas (6,8%).

Por outro lado, em média os governos federal (0,65) e estadual (0,87) não apareciam através de imagens no ar, sendo apenas citados. Os cidadãos, porém, obtiveram uma média positiva (1,68), na maioria das vezes sendo mostrados no ar.

Corroborando os resultados de Greenberg et alii.(1989), o texto de Gamson e Modigliani(1989) aponta na prática da mídia uma tendência a privilegiar as fontes oficiais de informação.

"...official assumptions are taken for granted, but even when they are challenged by sponsors of alternative packages, it is these competitors that bear the burden of proof." (GAMSON, W & MODIGLIANI, A. 1989, p.07)

De acordo com Sood et alii.(1987) os media possuem um padrão de cobertura para eventos relacionados a desastres naturais que afetam tanto a percepção do público como as de

autoridades e as políticas relativas a possíveis futuros eventos. Uma das características principais que compõe tal padrão seria exatamente a tendência em adquirir informação sobre desastres naturais pelo intermédio de fontes oficiais. Essa preferência se justificaria, no caso específico de desastres naturais, pelo fato das fontes oficiais disporem de maior credibilidade pública e terem condições técnicas de especificar questões complexas para os profissionais encarregados na cobertura.

No contexto europeu, especificamente o inglês, a discussão em torno da utilização das fontes por parte dos meios de comunicação frente a questões ambientais também se faz presente. Para Anderson (1991), o ponto de inflexão na cobertura realizada pelos *media* ingleses reside no discurso proferido pela então Primeira - Ministra Margaret Thatcher no Royal Society em setembro de 1988. O discurso, marcado por uma forte preocupação com temas ecológicos, teria repercutido de forma decisiva no incremento de cobertura por parte de determinadas empresas da comunicação, especialmente a televisão. Em vista de tal influência exercida pelo discurso de Thatcher, a autora afirma que os *media* de maneira geral abarcam as questões legitimadas por posições oficiais.

"Before Mrs Thatcher's speech most of the serious papers had their own environment correspondents but few mid-market or popular papers employed specialists in this area. Since then virtually all of the mid-market and popular newspapers have appointed environment correspondents." (ANDERSON, A. 1991, p.461)

O trabalho dessa mesma autora demonstra que, por outro lado, o movimento ambientalista inglês, principalmente através de seus representantes mais organizados, vem conseguindo se impor junto à grande imprensa enquanto fonte de informação confiável, mas existe a necessidade contínua de se aprimorar as estratégias em vistas de se obter mais espaço. (p.469-70)

Anderson (1991) reconhece também, através de entrevistas com jornalistas especializados na área de meio ambiente, que a movimentação da comunidade científica tem, em um primeiro momento, importância fundamental no interesse que os meios de comunicação despertam sobre o problema. No caso inglês, a preocupação da mídia com a questão da camada de ozônio deveu-se inicialmente às pressões dos cientistas. Isso fez com que eles se transformassem em fontes privilegiadas de informação durante algum tempo.

Hansen (1990) adverte contra a falácia de se perceber a abertura dos meios de comunicação em geral para as entidades ambientalistas como um sinal claro de democratização do debate. Segundo ele, se por um lado o movimento acquiere vitórias ao conquistar visibilidade na mídia, por outro

ocorre uma perda relativa de sua legitimidade, na medida em que

"...it is perhaps symptomatic of their status as "pressure groups" that their main means of achieving news coverage continues to be that of "public demonstration or protest action" rather than as authoritative institutions of legitimate meaning construction".(HANSEN, A. 1990, p.04).

Representantes de movimentos ambientalistas ou, em uma acepção mais ampla, da sociedade civil, quando conseguem espaço nos meios de comunicação contrapondo-se aos porta-vozes oficiais, são enquadrados em contexto de contestação, denúncia, e não como debatedores iguais.(HANSEN, A. 1990, p.05).

O grau de legitimidade que a cobertura na área ambiental confere é um fator que a análise de Anderson (1991) não leva em conta, na medida em que as estratégias das entidades ambientalistas devem se pautar pelo máximo de espaço possível, não se importando com o status ou a "etiqueta" que recebem.

1.3.3 Os profissionais da mídia e a questão ambiental

Paralelamente às fontes de informação, a atividade dos profissionais da área de comunicação está se consolidando enquanto fenômeno saliente e tema recorrente de debate por parte de cientistas ligados à questão.

Entre os veículos de comunicação norte-americanos, a imprensa, principalmente a local, foi aquela que iniciou o trabalho de cobertura de questões ambientais e fundando as primeiras editorias especializadas. Até o início da década de 70 os órgãos de comunicação norte-americanos não estavam preparados para debater o problema em profundidade.

"It was not until the 1970s that the "environment" really took shape as a beat speciality on its own, and the "unexpected" became "routinized". Gradually an ecological conscience was to appear in at least some newsrooms...It was not until 1970-71 that the mass media really discovered the environment as a "big story" (SCHOENFELD, 1979, p.585).

Em meados da década de 60, órgãos da grande imprensa começaram a demandar profissionais especializados em questão ambiental. O *Times* foi um desses primeiros jornais a contratar um repórter para a área de meio ambiente. Gladwin Hill, no ano de 1969 (SCHOENFELD et alii, 1979). Desde esta época esses profissionais já se encontravam diariamente em conflito com o ritmo de produção de notícias e enfrentavam dificuldades em inserir as questões ambientais em tal ritmo. As leis de Commoner, segundo as quais todos os elementos estão inter-conectados, se esvaecem e requerem dos profissionais novas formas de atuação.

Stocking et alii. (1990) chamam a atenção para um fenômeno recente e indiscutível de "esverdeamento" da imprensa americana, tanto a nível local como nacional, e

abarcando outros ramos da comunicação: como revistas, canais de televisão e *newsletters*. O espaço dedicado à cobertura dos temas ambientais teria crescido consideravelmente nos últimos anos e estimulado a especialização de jornalistas na área.

Estes cresceram em número de forma considerável no período, constituindo-se em grupo com espaço exclusivo em diversos canais e organizando-se profissionalmente através da Society of Environmental Journalists (SEJ), entidade que colabora no embasamento técnico dos profissionais que se dedicam ao trabalho de cobertura ambiental.

"The heightened interest has also spawned a small industry of workshops on environmental journalism. Reporters are attending these workshops to learn about unexplored issues and resources-the effects of environmental degradation on minorities, the requirements of new environmental laws, the existence of overlooked scientists and government officials who can act as sources, and of computer data banks and other resource services" (STOCKING & LEONARD, 1990 p.38).

A atividade dos profissionais, porém, como já foi dito acima, encontra-se gravemente prejudicada por determinados critérios que eles devem respeitar no instante em que produzem informações. Torna-se difícil contornar os limites que pontuam a atividade jornalística cotidiana como por exemplo a atualidade, factualidade e superficialidade.

Além desses critérios que impõem limites à cobertura ambiental, Eisendel (1990) chama atenção para um quarto elemento limitador, qual seja, a proximidade geográfica.

"This translates into "the local angle" as a determining factor for what gets covered and what does not. Yet, many environmental problems do not respect geographic boundaries. Unless local perspectives are replaced by more holistic ones, critical relationships will remain unexplored, the "big picture" will not be drawn" (EISENDEL, 1990 p.9).

As matérias devem ser obrigatoriamente curtas e discorrer sobre fatos atuais e inéditos e geralmente desprovidos de contextualização (Ver GREENBERG ET ALII, 1989). Tais restrições afetam especialmente os jornalistas que trabalham na área ambiental, pois estes lidam com problemas que, por suas características próprias, escapam ao enquadramento a esses critérios. Segundo Stocking et alii,

"...many environmental reporters say privately that they are being asked to produce less about more." (STOCKING ET ALII, 1990 p.42)

No caso da Inglaterra os jornais impressos também tomaram a dianteira na cobertura de temas ambientais, à frente do rádio e da televisão (ANDERSON, 1991). A organização dos jornalistas especializados em meio ambiente remonta a algumas décadas nesse país. No ano de 1959 foi criado o Council for Nature & Intelligence Unit, que foi

responsável pela publicação de matérias sobre conservação natural e promoveu a aproximação das entidades preservacionistas do período com indivíduos ligados aos *media*. Posteriormente, em 1972, a Environmental Communicator's Organisation (ECO) também se empenhou na cobertura de eventos ambientais e manteve contato com entidades ambientalistas. Porém, de acordo com Lowe e Morrison (1984), a entidade de jornalistas que obteve mais êxito em suas atividades foi a SAVE Britain's Heritage, dedicando-se à manutenção e preservação do patrimônio arquitetural urbano.

De acordo com esses autores, a atividade dos jornalistas envolvidos com a questão não recebe influências, ou não se configura este aspecto como o mais decisivo, dos critérios inscritos na prática cotidiana de elaboração de informação como citamos anteriormente. O seu aspecto primordial reside na autonomia que usufrui o jornalista em seu trabalho, dado principalmente que o debate ambiental se constrói isento de questões político-partidárias.

"...a major attraction of environmental issues is that they are public interest issues of a non-partisan nature. Thus they provide an important outlet for campaigning and investigative journalism even for newspapers which take a typically conservative stance on other matters and for broadcasting services striving for a "balanced" view. They allow expressions of editorial "outrage" or concern without the danger of giving political offence to readers or viewers. There can be very few socially important areas of news of which

Contudo, outros autores divergem da posição de que os jornalistas ambientais atuam autonomamente frente entidades ambientalistas e outros setores ligados à problemática. O contato estreito com entidades ambientalistas pode ser constatado frequentemente na atividade dos jornalistas. Segundo Anderson (1991), ele pode ser verificado tranquilamente no conteúdo inglês e se constitui em desafio crucial para a imprensa nos anos 90. Muitos dos casos de cobertura ambiental conseguiram visibilidade nos meios de comunicação devido à atuação das entidades ambientalistas. Alias, um dos principais fenômenos que se pôde presenciar nas últimas décadas foi exatamente o desenvolvimento de formas especializadas de contato com os meios de comunicação por parte do movimento ambientalista, especialmente aquelas entidades mais profissionalizadas (Friends of the Earth, Greenpeace, WWF).

No interior da discussão sobre a especialização profissional da parte dos jornalistas ambientais transparece a influência de uma nova abordagem teórica que pretende debater a atuação dos meios de comunicação, o *news-making*. Representativa a partir dos anos 60, tendo como expoentes os trabalhos de Herbert Gans e do sociólogo Johan Galtung (que posteriormente veio também a trabalhar com a temática ambiental), essa abordagem desloca o foco de atenção da pesquisa em comunicação dos impactos mensuráveis ou das

funções de controle da agenda pública para o processo produtivo das notícias e os critérios de noticiabilidade que os fatos cotidianos precisam conter para se firmarem na apresentação jornalística.

"...a noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos...para adquirirem a existência pública de notícias. Tudo o que não corresponde a esses requisitos é "excluído", por não ser adequado as rotinas produtivas e aos cânones de cultura profissional (WOLF, 1987: p.168).

O foco de estudo dessa abordagem corresponde exatamente as restrições que a atividade noticiosa impõe ao incidir sobre os acontecimentos, e que no caso da cobertura ambiental possui implicações particularmente relevantes. Dito isso, serão ressaltados com maior vagar alguns aspectos dessas restrições dentro do caso específico do meio ambiente no próximo capítulo.

Por enquanto, pode-se ressaltar a preocupação de parte da bibliografia da área com o ritmo diário de produção de notícias e com a consequente ênfase em eventos particularizados, aliado à falta de sincronia entre os processos ambientais e sua cobertura; e ainda com as diferenças de percepção da crise ambiental entre os profissionais da mídia e o movimento ecológico, estas (diferenças levam a atividade jornalística a negligenciar elementos significativos do debate e os conflitos que nele permeiam (SELLERS & JONES, 1970; MOLOTCH & LESTER, 1974;

SCHIFFELL ET ALII., 1979; FRIEDMAN, 1980; LOWE A MORRISON, 1984; STOCKING ET ALII., 1990; EISENDEL, 1990).

1.4 A FUNÇÃO CRÍTICA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A situação dos meios de comunicação de massa na conjuntura do capitalismo moderno se, por um lado, não está diretamente vinculada às esferas governamentais, por outro, encontra nelas um referencial importante, em contraste com o posicionamento de esferas distantes dos centros de poder. No caso da imprensa, esse fenômeno se relaciona ao processo de concentração dos jornais em um pequeno número de empresas.

"O crescimento dos monopólios e a progressiva concentração na imprensa reduzem sensivelmente os espaços de produção de jornais divergentes das opiniões dominantes. O processo, sem dúvida, acompanha a monopolização geral da economia capitalista e só se explica por meio dela. Com a concentração e os monopólios reduzem-se mais ainda as possibilidades de variedades de opiniões. Esta torna-se, na atualidade, um verdadeiro mito, produto ideológico da dominação econômica, para encobrir a verdadeira situação sufocada que vive a comunicação de pequeno porte (MARCONDES FILHO, C. 1986, P.72).

Já foi discutido anteriormente o problema das fontes de informação utilizadas nos meios para a apresentação de cobertura de temas ambientais. Procurou-se atestar que a

literatura de forma geral detecta uma postura autoritária dos meios de comunicação e uma relutância em se apresentar as demandas da sociedade civil em relação à ecologia, presentes principalmente nas entidades ambientalistas. Muitas vezes, quando são apresentadas, ocorre um processo dissimulado de etiquetagem (HANSEN, A. 1990).

Em realidade, o uso de fontes oficiais em proporções superiores a outras representa uma tendência geral dos meios de comunicação que tem sido atestada pela pesquisa científica (SIGAL, in MANOFF e SCHUDSON, 1986; BROWN ET ALII., 1987).

Para alguns, a explicação para o fenômeno estaria centrada na legitimidade que as fontes oficiais usufruem para os profissionais da mídia em comparação a outros tipos, como organizações não-governamentais e cidadãos sem filiação.

"Journalistic routines, particularly those that require the use of 'official sources', overwhelm diversity in the marketplace of ideas. Elite sources are favored by reporters because they provide regular, credible(to reporters) information." (HANSEN, K. 1991 p.475)

Outras vertentes porém, defendem que as práticas dos jornalistas não são suficientes para fornecer explicação ao problema. A questão transcenderia ao comportamento isolado dos jornalistas, e se vincula à atuação da imprensa enquanto espaço de manifestação de determinadas vozes por imposições

de ordem econômica e ideológica (SIGAL, in MANOFF e SCHUDSON, 1986).

Wolf (1987) aponta a convergência desses dois fatores que, de forma complementar, redundam em um padrão determinado de uso de fontes oficiais de informação por parte dos meios de comunicação em geral:

"...as redes de fontes que os órgãos de informação estabelecem como instrumento essencial para o seu funcionamento, reflete, por um lado, a estrutura social e de poder existente e, de outro, organiza-se a partir das exigências dos procedimentos produtivos. As fontes que se situam à margem destas duas determinações, multi-criticamente poder influir, de forma eficaz, na cobertura informativa" (WOLF, 1987 p.198 - grifo original).

Um conjunto de fatores envolvendo custos de produção, credibilidade e ritmo de trabalho competem para que os jornalistas, dotados por sua vez de uma cultura profissional específica, deem respaldo a informações fornecidas por indivíduos ou instituições com respeitabilidade pouco questionável (WOLF, 1987).

A comprovação desta tese se verifica uma vez que determinados tipos de cobertura, especialmente o jornalismo investigativo, trabalham com maior variedade de fontes do que o jornalismo diário tradicional (Ver HANSEN, K.1990, 1991).

Pesquisas recentes confirmam que, tanto a nível de imprensa local como de circulação nacional, a diversidade do

ues de fontes ter sido obstruídas pelo privilegiamento de porta-vozes oficiais, apesar de que no primeiro caso, imprensa local, em menor escala (SOLOSKI, 1989).

O fato de parte significativa das notícias de grandes jornais americanos (51,2%) terem suas fontes encobertas (*veiled*), não completamente identificadas, constitui outro fator que estaria operando de forma a limitar o funcionamento da diversidade das informações (BROWN et alii., 1987).

A parte do problema envolvendo fontes de informação, em outras situações, a atuação dos meios de comunicação também demonstra um escasso interesse de discutir os posicionamentos de fundo de determinados estratos sociais.

O NEPA (National Environmental Policy Act), aprovado pelo Congresso americano em 1969, foi uma delas. Ele teve importância capital nos Estados Unidos em termos de incremento da legislação ambiental e esforço governamental no sentido de partir para uma nova posição política em torno do debate. No entanto, a imprensa americana, segundo Schonfeld (1979), esteve distante do intuito de contribuir para a discussão das implicações sociais do evento. Jornais importantes como o New York Times e os diários de Washington simplesmente o ignoraram.

Schonfeld (1979) procura explicar o boicote da imprensa sobre o NEPA em termos da capacidade dos congressistas em discutir questões públicas a revalia do interesse dos meios de comunicação e dos eleitores, e sobre a baixa percepção de

público a respeito de questões ambientais naquele momento. Porém, o problema fundamental que se coloca é o questionamento do potencial crítico desempenhado pela imprensa norte-americana face a um problema que teve implicância internacional.

Encontramos, no entanto, autores que polemizam com uma perspectiva teórica que concebe os meios de comunicação como veículos de informação próprios da conjuntura monopolista do desenvolvimento do capital, e a seu serviço. Segundo Lowrie Morrison (1984), no caso da questão ambiental, ocorre uma conformação ideológica diversa, onde ela constitui um castigo atípico frente a conduta dos *media*. Eles propõem uma perspectiva de análise da cobertura ambiental que transcende as abordagens que foram expostas anteriormente, calcadas no empiricismo, e discutem a possibilidade de construção de um aparato teórico sobre o problema.

Em contrário do comportamento adotado frente a outras questões sociais, pode-se detectar uma postura crítica diante da ideologia desenvolvimentista contida na cosmologia ocidental.

"The very placement of environmental debate before the public has its own subversive element by presenting the possibility of an alternative ideological perspective, linked to an objective social reality of physical occurrences. The difference of, say, industrial affairs or race is that, in these other areas, there operates a pre-existing cultural definition of the subject matter so that the parameters of debate are already laid down and the encoding of news circumscribes oppositional elements. There

is no equivalent, in conventional wisdom, regarding the general nature and cause of environmental problems, and therefore greater scope for unconventional views to prevail." (LOWE e MORRISON, 1984, p.79)

Como ficou sugerido nessa passagem aqui reproduzida, a questão ambiental possui intrinsecamente um elemento alternativo e crítico ao modelo de civilização industrial que emerge de forma singular em sua apropriação pelos meios de comunicação. Estes, ao cobrirem a problemática ambiental, não estariam questionando performances localizadas do capital enquanto engendrador de práticas predatórias, mas apresentariam crítica global às manifestações inscritas no industrialismo.

A participação das entidades ambientalistas representaria aspecto decisivo no posicionamento dos meios de comunicação como veiculadores de questionamentos acerca do meio.

"...the growth of ecological groups has meant that it would be difficult to exclude their definition of events from the reportage of environmental occurrences. Indeed, they have become part of the journalistic network of "spokesmen on the environment" and are accepted as news sources." (LOWE e MORRISON, 1984, p.78)

Outro fator que representaria uma tendência de crítica antineoliberalista para a cobertura ambiental seria a 'imagem não-partidária das questões ambientais' (p.80). Essa imagem implicaria em ausência de posicionamentos políticos de tipo



convencional e alçaria a questão ambiental a patamares superiores de discussão pública.

"At the editorial level, a major attraction of environmental issues is that they are public interest of a non-partisan nature. Thus they provide an important outlet for campaigning and investigative journalism even for newspapers which take a typically conservative stance on other matters and for broadcasting services striving for a "balanced" view. They allow expressions of editorial "outrage" or concern without the danger of giving political offence to readers or viewers." (LOWE e MORRISON, 1984, p.80)

Apesar da contribuição de Lowe e Morrison (1984) ser importante para a área, na medida em que procura definir um padrão teórico para a compreensão do fenômeno ambiental nos meios de comunicação, não se pode deixar de apontar determinados problemas que comprometem a validade de sua perspectiva.

Hansen (1990) discute a questão do potencial crítico da mídia frente a questão ambiental e refuta de maneira extremamente apropriada as falhas na construção teórica de Lowe e Morrison.

Em primeiro lugar, a visão segundo a qual as questões de meio ambiente se constituem de uma natureza apolítica, apartidária, não pode receber respaldo a partir da configuração atual do debate. Hansen (1990) afirma que no caso inglês, e podemos perceber também a nível de Brasil, a distância das questões ambientais de uma prática política

institucional foi perceptível em determinado contexto, mas nos anos 80 ocorreu uma absorção completa da questão na arena política convencional. (Ver VIOLA, 1987)

A questão da utilização de fontes de informação é outro problema que Hansen (1990) enumera como fundamental na formulação de Lowe e Morrison. Como foi assinalado, estes ressaltam a presença das entidades ambientalistas na cobertura da questão ambiental. Porém, anteriormente foram apresentadas algumas pesquisas desenvolvidas no sentido de avaliar o grau de absorção de demandas da sociedade civil em comparação com posicionamentos oficiais frente ao problema ambiental. De acordo com essa literatura analisada, a divisão de espaço patrocinada pelos *media* permite concluir que o poder público, se não controla arbitrariamente a conduta daqueles, ao menos usufrui de legitimidade superior:

"...the radical potential of the mass media in the social construction and politicisation of the environment will depend on the extent to which "alternative voices"-in both the content sense, i.e. environmentalist thinking, and the form sense, e.g. environmental pressure groups-can gain a foothold in news media entrenched in reflecting and relying on the definitions of the environment offered by established authorities." (HANSEN, 1990, p.05)

Ainda segundo Hansen (1990), outro problema importante do trabalho de Lowe e Morrison consiste na dificuldade em lidar com os conceitos de ambientalismo e conservacionismo.

No trabalho destes, as duas noções não estão claramente delimitadas e não se leva em conta que

"...holistic concepts of the environment - linking...a concern for the natural environment with a concern for the social environment and a critique of the social and economic arrangements of modern capitalist society - have given way to a more narrow concern for "nature" ".(HANSEN, 1990, p.06)

Schonfeld et alii.(1979) estudam a trajetória das concepções ambientalistas e conservacionistas na imprensa americana e chamam atenção exatamente para as dificuldades implícitas da comunicação em atentar para as características globais dos eventos relacionados à problemática ambiental.

O presente trabalho acredita que o papel exercido pelos meios de comunicação na conceituação específica do meio ambiente, tanto em seus aspectos ecológicos como sociais, está distante de exercer uma influência crítica no debate. O trabalho se deixa balizar pelos argumentos dos autores que percebem uma preferência por atores oficiais na definição de questões envolvendo o ambiente e o não comprometimento com a compreensão holística dos elementos que o compõem.

1.5 CONCLUSÃO

Preendeu-se neste capítulo realizar uma suscinta revisão bibliográfica sobre o tema, evidentemente não

ensejando cobrir todos os tópicos relevantes possíveis, mas apontando alguns questionamentos.

Lowe e Rudig (1986) afirmam que os trabalhos dedicados à mensuração da opinião pública face ao problema ambiental carecem de formulação teórica e demonstram somente substrato empírico. A lacuna principal dessa bibliografia reside na ausência de uma problematização em torno da construção da questão ambiental enquanto fenômeno social portador de demandas e na preponderância de uma concepção preservacionista de meio ambiente.

Paralelamente, a pesquisa acerca dos efeitos dos meios de comunicação de massa sobre o público e as autoridades públicas, que abrange parcela significativa dos trabalhos na área, também fornece poucos subsídios à construção de uma reflexão teórica consistente acerca do padrão de atuação da mídia. Os autores estão preocupados em compreender a atuação dos veículos de informação enquanto responsáveis por determinadas posturas (*attitudes*) a serem assumidas a níveis individual ou grupal, mas não apontam para o questionamento da mídia enquanto produtora de mensagens permeáveis aos interesses de diferentes atores sociais⁴.

Nesse caso o desafio a ser enfrentado incide sobre os dois elementos centrais da análise, na medida em que tanto os meios de comunicação como a questão ambiental recebem um enquadramento limitador. Se, por um lado, os meios de comunicação não são abordados como fenômenos ligados à configuração capitalista monopolista, e sim enquanto

componentes funcionais de constituições de agenda pública (*agenda-setting function*)² e de efeitos individualizados: por outro lado, a temática ambiental padece dos mesmos problemas referentes às pesquisas de opinião pública, ou seja, não adquirir ainda caráter de fenômenos globais libertos de determinações específicas, tanto temporais como espaciais (EISENDEL, 1990).

Atualmente encontramos cientistas empenhados na tarefa de buscar um questionamento em bases teóricas, mas também buscando outro quadro operacional das pesquisas envolvendo meio ambiente e mídia.

A contribuição de Lowe e Morrison (1984) tem o mérito de iniciar uma discussão que transcende uma tradição empiricista e centrada unicamente na conduta dos mídia, mas trava diálogo também com a produção dos teóricos dos meios de comunicação preocupados com questões de fundo sociológico (Enzensberger e Habermas).

A emergência do movimento ambientalista e a entrada em cena de vários outros atores sociais discutindo o problema ambiental conduziu a uma evolução sensível da literatura, na medida em que possibilitou uma maior adequação da perspectiva sociológica de análise para a pesquisa na área. No entanto, esta literatura é ainda recente e em fase de maturação, a procura de seu objeto e de enfoques de análise próprios.

Como foi demonstrado no decorrer da exposição, parte significativa da literatura absorve atualmente a discussão

sobre o aparelhamento das estruturas de comunicação e a qualidade da cobertura de temas ambientais amparada na teoria dos *news-making*, que de forma geral aponta limites intrínsecos à produção de notícias na compreensão destes temas uma vez subordinados aos valores/notícia tradicionais da imprensa (ver seção 1.3.3).

Isso representou outro avanço significativo. O atual estágio da área fornece a impressão de estar revendo perspectivas e inserindo abordagens que permitam entender o processo de uma construção social do ambiente de forma holística, por intermédio das mensagens produzidas pelos meios de comunicação de massa em sua feição moderna e apresenta condições de se firmar como terreno de reflexão importante para os anos 90.

A partir do levantamento bibliográfico da produção na área ficou constatado que em realidade o problema que se coloca nessa pesquisa é duplo: a necessidade de revisão dos dois elementos em discussão, tanto a questão ambiental como também os meios de comunicação, representa um ponto importante que necessita ser levado em conta ao se preparar uma proposta de pesquisa na área; por outro lado, a necessidade de se trazer o debate para um plano sociológico, como está sendo aqui postulado, demanda a seleção de aspectos teóricos e metodológicos contidos na bibliografia com vista a adequar a abordagem que se pretende impor junto aos referenciais de análise já existentes.

NOTAS

1 ver também: DUNLAP, R. Public Opinion and Environmental Policy, in LESTER, J.(org.) *Environmental Politics and Policy*, Duke Univ. Press., 1989.

2 CALIF (California Poll), Gallup, HARRIS (Louis Harris and Associates), MINN (Minnesota Poll), ORC (Opinion Research Corporation), ROPER (The Roper Organization).

3 CRI (Cambridge Reports), HARRIS (Louis Harris and Associates), NBC (National Broadcasting Company), NYT/CBS (New York Times/Columbia Broadcasting System), NORC-GSS (NORC's General Social Surveys), ROPER (Roper Organization), SRC/CPS (Survey Research Center/Center for Political Studies), TRENDX (Trendx, Inc.), YSW (Yankelovich, Skelly and White).

4 Essa perspectiva de análise encontra-se vinculada à tendência funcionalista, que trabalha com a noção de sociedade assentada na ideia de pluralismo democrático. Sobre a importância do enfoque funcionalista na tradição de pesquisa norte-americana em comunicação e suas implicações, ver COHN (1973), cap.05. A noção de normalidade e equilíbrio, também presentes na perspectiva funcional, constitui-se em elemento problemático para a compreensão da questão dos meios de comunicação. Ver a esse respeito McQUAIL (1972), p.111-5; WOLF (1987), p.54.

[illegible]

While the information flowing in international communication channels is increasingly derived from, and based upon, mass media news coverage, the media are the most primary source of national political information for most mass media providers the best - and only - easily available approximation of ever-changing political realities" (CONCEPTE 1972: 198).

[illegible]

2 GRANDE IMPRENSA PAULISTA E A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO E O FORUM GLOBAL

2.1 Introdução

A realização dos dois eventos simultâneos na cidade do Rio de Janeiro acarretou a presença de chefes de Estado de um número de países superior a 170, com suas respectivas comitivas, e a novidade de uma quantidade considerável de ambientalistas, indivíduos filiados ou não a entidades não-governamentais, por sua vez extremamente heterogêneas e ligadas direta ou indiretamente a questões de ordem ambiental. Sem dúvida um momento privilegiado de

"percepção do aumento do número de pessoas envolvidas com a problemática, no sentido que estes atores sociais e políticos serão fundamentais a médio prazo para as possibilidades (inclusive técnicas) de se enfrentar a questão do desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente equilibrado." (FERREIRA, LEILA, 1992, p.21)

Comparando-se com o evento de vinte anos atrás, a "Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano" que ocorreu em Estocolmo, Suécia, em 1972, tanto no que diz respeito das discussões quanto de participação da sociedade civil, foram substancialmente diferentes.

"Nesses vinte anos que separam as duas principais Conferências da ONU sobre Ambiente e Desenvolvimento, a preocupação com a qualidade dos sistemas naturais se fortaleceu, deslocou-se em direção a avaliações dos estilos de desenvolvimento...e, atualmente, penetrou nas agendas políticas nacionais e mundiais" (FERREIRA, LUCIA, 1992, p.01).

Naquela oportunidade não se encontrava tanto em pauta o debate envolvendo questão ambiental e desenvolvimento, a viabilidade de um projeto de desenvolvimento sustentável que iria adquirir grande repercussão apenas na década seguinte por ocasião do Relatório Brundtland (1987).

A Conferência de Estocolmo, mesmo representando um momento sem precedentes na constituição de um espaço transnacional para a discussão de questões ambientais, em realidade privilegiou o problema demográfico, em virtude do impacto causado pelo trabalho "Limites do Crescimento" (MEADOWS, 1973) encomendado na época pelo Clube de Roma, e as consequências negativas ocasionadas, em forma de escassez, aos recursos naturais não-renováveis.

Em poucas palavras, pode-se dizer que em 1972 o meio ambiente e o desenvolvimento econômico travavam uma disputa

crucial. acreditando-se que não poderiam ocupar simultaneamente a mesma cena. Os governos da época tinham como consensual a necessidade de medidas técnicas de conservação com vistas a compatibilizarem os dois elementos.

Na segunda metade da década de 80 a discussão ambiental mundial foi marcada pela publicação do Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum). A importância que teve o relatório irá residir exatamente em sua ênfase na conjugação dos interesses pelo meio ambiente e desenvolvimento através do conceito de desenvolvimento sustentável. Tal concepção de desenvolvimento ter por objetivo suprir necessidades do presente respeitando as condições de reprodução social e natural das gerações futuras. Implica também na introdução de novos valores éticos e políticos, assentados na justiça social e democracia, para que a defesa ambiental não possa ser incorporada por tendências políticas de feição autoritária (DIEGUES, 1992).

Apesar de ter sido apropriado por uma diversidade de segmentos que lhe imputam diferentes sentidos, este conceito teve o mérito de condicionar mutuamente as questões de meio ambiente e desenvolvimento, tornando inócuas as propostas de preponderância de uma dimensão por outra (VIOLA & LEIS, 1992).

Nesse novo contexto realizou-se em junho de 1992 no Rio de Janeiro a "Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento" (CNUMAD-92), encontrando a agenda internacional disposta a deliberar em um evento de

cúpula sobre a viabilidade da harmonia entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ecossistêmica.

Em 1992 os debatedores que se reúnem para a Conferência do Rio de Janeiro trazem outras intenções, possivelmente menos alarmistas:

"Entre os tempos de "Uma Só Terra" e a atualidade do "Desenvolvimento Sustentável" modificou-se a percepção da crise ambiental. Não se pode mais reduzi-la a uma questão de buscar manter limpos o ar que respiramos, a água que bebemos ou o solo que produz nossos alimentos." Tornou-se superada a visão tecnocrática, pelo menos na definição dos problemas." (GUIMARAES, 1991, p.119)

Em relação às organizações não-governamentais, estas não possuíam, nem de longe, no início dos anos 70, a visibilidade que detém atualmente e nem sua capacidade organizativa. Enquanto que em Estocolmo seus representantes dificilmente ocupavam algumas salas, no Rio de Janeiro, mais especificamente no Aterro do Flamengo, elas reuniam milhares de ambientalistas dispostos em diferentes organizações com suas áreas de interesse específicos. A presença substancial das organizações não-governamentais representou mais que um momento de avanço do movimento ambientalista internacional, mas também a possibilidade de contraporem-se duas esferas: a sociedade civil e o Estado.

Há quem considere, porém, que a realização do Fórum Global reuniu tendências frente à questão ambiental que possuem concepções divergentes da problemática e que estas

necessitariam ser melhor explicitadas. Entidades oriundas de países desenvolvidos teriam poder de articulação superior e obstaculizaram a atuação de grupos com menor representatividade (SACHS, 1992). Teria ocorrido também uma mistura entre setores ligados à questão ambiental e grupos econômicos com propostas desenvolvimentistas envolvidos indistintamente no encontro.

Além das comitativas oficiais e das organizações não-governamentais (ONGs), atores envolvidos diretamente na elaboração de tratados e convenções, outro segmento se fez presente de forma ostensiva no Rio de Janeiro: a mídia.

2.2 A Imprensa

Antes da Conferência a expectativa em torno da atuação dos meios de comunicação traduzia-se na aposta de que os eventos funcionariam como um ponto de inflexão, ao menos a nível de Brasil.

A jornalista especializada em meio ambiente, Priscila Siqueira, da Agência Estado, dá exemplo de como era significativa a confiança em um padrão diferenciado de cobertura.

"A Eco92 será, sem dúvida, um marco na cobertura jornalística ambiental do país...Creio que a discussão a ocorrer em junho deste ano no Rio de Janeiro, e principalmente o seu *day-after*, definirão quinadas nos espaços reservados aqueles que aprofundam e discutem as causas reais do problema ambiental no país. Isso tanto dentro das empresas jornalísticas como nos partidos políticos." (SIQUEIRA, 1992, p.81)

Pode-se afirmar que, em termos quantitativos ao menos, a cobertura foi de fato um marco. Tanto da parte das empresas jornalísticas nacionais como estrangeiras, a cobertura se mostrou superlativa em diversos aspectos.

O número de jornalistas credenciados pelo Departamento de Informação Pública da Organização das Nações Unidas ultrapassou em muito as expectativas, sendo que 113 países enviaram 8.749 profissionais de comunicação enquanto que as previsões mais exageradas giravam em torno de 2500. O Brasil, país sede, foi aquele com o número maior de profissionais cadastrados, 4.351, sendo que os Estados Unidos ocuparam a segunda posição enviando 968 jornalistas para os eventos.

Foram montados centros de imprensa exclusivos para a Conferência da Organização das Nações Unidas e para o Fórum Global. O do Riocentro era de grandes dimensões, dispondo de sala para entrevistas coletivas com capacidade para mais de duzentas pessoas e 200 "boxes" equipados com máquinas de escrever. O *International Press Center* (IPC) foi o local onde se concentraram os jornalistas imbuídos da tarefa de cobrir o Fórum Global. O Centro ocupou um prédio, que atualmente pertence ao Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), próximo ao Aterro do Flamengo. Assim como no Riocentro, no Fórum Global também as previsões foram ultrapassadas, sendo que aproximadamente sete mil (7.000) jornalistas cobriram o evento, dispondo de sala para

coletivas com 90 lugares e aproximadamente 300 boxes (revista IMPRENSA, jun/1992).

Esses são apenas alguns dados que permitem antever a extensão ocupada por um segmento social que, apesar de não dispor nos eventos em causa de caráter deliberativo ou consultivo, teve papel fundamental enquanto a principal via de informação entre os agentes envolvidos no processo e o grande público.

2.3 O trabalho de cobertura

2.3.1 Questões teóricas

Nesta seção serão discutidas a preparação, os enfoques e os posicionamentos contidos no trabalho de cobertura de determinados órgãos da grande imprensa de São Paulo que realizaram trabalho jornalístico próprio nos dois eventos, enviando profissionais e produzindo suas notícias autonomamente.

Além de consultas ao material produzido pelos periódicos, a análise se pautará por aproximações feitas por intermédio de entrevistas semi-estruturadas junto a profissionais de destaque das empresas elencadas que tiveram participação nos acontecimentos e puderam fornecer informações tanto sobre aspectos organizativos como editoriais de seus respectivos jornais. Os órgãos de imprensa pesquisados foram a Agência Estado (englobando o Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde), o jornal Folha de S. Paulo, a Gazeta Mercantil e a revista Veja.

A escolha desses veículos deu-se, além do critério citado acima, também pelos índices de tiragem e representatividade enquanto setores da grande imprensa do estado de São Paulo¹.

A partir desse material levantado tentar-se-á problematizar algumas características das informações produzidas, as implicações ideológicas de determinados posicionamentos editoriais e os limites imbricados na consecução de determinadas práticas tradicionais da atividade jornalística.

Como foi discutido no capítulo anterior, a literatura sobre comunicação ambiental elabora, ainda incipientemente, e a partir das contribuições das pesquisas sobre a produção noticiosa e os critérios de noticiabilidade, a vertente do *news-making*, questões que envolvem as restrições na cobertura da temática ambiental no interior do ritmo de produção jornalística. Schoenfeld et alii. (1979) enumeram diversos fatores que implicam em obstáculos à cobertura da especificidade da questão ambiental, como as diferenças entre os profissionais da comunicação e os agentes ambientais, o ritmo peculiar da produção jornalística que não consegue se adequar automaticamente às transformações do ambiente, a inserção da temática em outras seções (*beats*) que compõem o conteúdo da imprensa, e outros.

No início dos anos setenta, autores da área de comunicação já apontavam que o espaço muitas vezes limitado de veiculação dos temas ambientais constituía-se em

circunstância restritiva importante. Ao lado da problemática do espaço de veiculação outra característica da tradição jornalística, o antropocentrismo, repercute significativamente sobre a cobertura de temas ambientais na medida em que dirige seu trabalho informativo sobre eventos particulares, desse modo descartando atenção sobre processos.

"Environmental change is often incremental, an equilibrium which shifts slowly and cumulatively over a period of years, seldom combining an "event" that would normally be considered reportable. Event reporting is a linear, compartmentalized procedure that obscures the fact that environmental change is a process. It perforce focuses our attention on man's projects rather than nature's processes (SELLERS & JONES, 1973 p.52).

Mesmo os processos que se orientam no interior de sistemas sociais encontram barreiras estruturais para serem cobertos pelos meios de comunicação devido aos critérios de constituição dos fatos em notícia, ou os valores/notícia (WOLF, 1987 p.184). Sendo por conseguinte as alterações nos padrões ambientais mais difíceis ainda de serem captados, ficam mais salientes os problemas que envolvem a ênfase do jornalismo ambiental sobre eventos particularizados.

O recente trabalho de Lima (1993) sistematiza um conjunto de reflexões que permitem discutir o desempenho da imprensa periódica no tratamento e análise de questões

sociais e, no caso específico da temática ambiental, ele se torna especialmente interessante.

Contendo um levantamento bibliográfico vigoroso e sério junto a autores de destaque da reflexão jornalística, o objetivo da pesquisa recai especificamente em conceituar o livro-reportagem enquanto um gênero do jornalismo que vai, no decorrer das últimas décadas, adquirindo espaço dentro do mercado editorial e constituindo-se em forma especializada de atividade informativa.

Nesse intuito, o autor enumera um determinado número de lacunas que a imprensa periódica tradicional apresenta em seu trabalho cotidiano, algumas das quais podem ser encontradas na formulação dos autores influenciados pela perspectiva do *news-making* que estão procurando compreender a cobertura ambiental (ver seção 1.3.3).

A característica da atualidade segundo Lima (1993) corresponde a um desses imperativos da prática jornalística institucionalizada que pontua historicamente a atuação da imprensa escrita, obliterando muitas vezes o esforço de apresentar de maneira aprofundada os componentes que formam a realidade social e limitando-a em seus aspectos efêmeros e facilmente perceptíveis.

"A obsessão pela atualidade, pelo tempo presente de duração curta, transforma-se na câmara de um labirinto que dificulta ao jornalista a ascensão a um patamar superior, de onde possa descontinuar a realidade que se desdobra, em movimento, pelos diferentes círculos concêntricos temporais. O corte forçado no tempo imediato, que tem a finalidade de esclarecer o real, acaba impedindo justamente o alcance da compreensão...quando se trata da reportagem, cujo objetivo é o aprofundamento, a definição da pauta pelo critério de atualidade pode revelar-se inócua, na medida em que muitos dos fenômenos que nos afetam escapam de uma conformação atual, no sentido restrito, tendo muito mais a ver com uma concepção um pouco mais dilatada de tempo presente". (LIMA, 1993, p.57)

No caso dessa pesquisa, poucas foram as matérias que transcenderam a discussão ambiental para além dos parâmetros estreitos dos eventos em causa e expuseram o debate, a nível nacional e internacional, de maneira a tornar possível uma compreensão histórica da atuação passada das Nações Unidas e das ONGs.

E, após o término dos eventos, pouca ou nenhuma continuidade foi proporcionada pelo trabalho jornalístico em torno dos debates realizados em nenhum dos grandes jornais paulistas aqui elencados. Quando perguntado acerca da prolongamento do trabalho da Agência Estado no Rio de Janeiro nos dias subsequentes a 14/06/92, data de encerramento da Conferência oficial da ONU, o editor do jornal O Estado de São Paulo explica:

Houve um "rescaldo" natural, mas quando acabou a Conferência grande parte do esquema foi desmontado. Não havia mais necessidade. Houve algum "rescaldo", alguns repórteres de São Paulo ficaram dois dias no Rio de Janeiro trabalhando na sucursal e só. O esquema foi desmontado no Fórum Global e Riocentro, não havia necessidade". (CARLOS DE OLIVEIRA, entrevista ao autor, 26/08/93. grifo nosso)

A ditadura da atualidade demanda a substituição imediata de determinados assuntos por outros, independentemente do grau de superficialidade ou aprofundamento proporcionados, da possibilidade de desenvolver mais tais ou quais tópicos, ou ainda retomar temas que não foram bem divulgados. O debate simplesmente passou, dado que o momento de sua apropriação jornalística se esgota no ritmo de frequência e consecução dos acontecimentos.

Porém, a grande contribuição do trabalho de Lima para essa pesquisa tem ligação com outra característica que ele acentua no desempenho cotidiano da imprensa. Relacionada à anterior, esse elemento constitutivo da imprensa que se sobressai também nos trabalhos de cobertura ambiental é a apresentação dos temas sob a forma de conflitos.

Constantemente a cobertura jornalística privilegia ou constrói matérias que tratam sobre disputas de interesse entre setores antagônicos: podendo estas ser em termos de greves, guerras, disputas políticas, embates ideológicos, denúncias e outras manifestações de divergências. Lima (1993) detecta nessa tendência um paralelo do jornalismo com

a dramaturgia, onde as tramas são geralmente construídas em torno de pontos de tensão, um principal e os demais periféricos.

"O conflito está no coração das notícias. É o traço dominante que as caracteriza. Recorrendo-se aos títulos de um diário, tropeça-se constantemente com palavras de forte teor conflitivo: guerra, ataque, querela, luta, combate, escalada, vitória, derrota, protesto, contestação, revolução, acusação, defesa, etc...se se observa com mais atenção, se vê que o jornal, mais do que oferecer um modelo de realidade, uma imagem fiel de 24 horas do mundo, oferece uma representação dos conflitos íntimos do homem moderno." (KIENTZ, apud LIMA, 1993 p.62).

Na comunicação ambiental os conflitos traduzem-se em forma de denúncias principalmente. Denúncias de degradação ambiental urbana, má conservação de ecossistemas naturais, problemas de saúde ligados a condições de trabalho são os casos mais frequentes de reivindicações relacionadas à problemática ambiental (FRIEDMAN, 1983).

Como será ainda retomado adiante, na definição das grandes linhas dos assuntos principais, que compuseram a pauta diária dos grandes jornais na cobertura da Conferência Oficial e do Fórum Global, predominaram as notícias que abarcam as disputas geo-políticas entre países ricos e pobres, entre o G-7 e os países em desenvolvimento. Todos os veículos em questão investiram naquela que seria a principal problemática, as grandes linhas do debate, ou seja, a discussão envolvendo divisão dos recursos, recrutando

jornalistas especializados em economia e relações internacionais e dedicando maior volume de espaço aos conflitos entre as delegações contendoras.

A avaliação feita após os eventos conclui que no plano internacional os atores envolvidos na elaboração de planos e metas para a conciliação do desenvolvimento com a sustentabilidade ecossistêmica travaram uma relação onde exatamente os conflitos, e sua politização, tomaram o lugar que poderia ser ocupado por outros tipos de relação, como por exemplo a cooperação.

"O objetivo central da Conferência que seria então potencializar os compromissos assumidos durante convenções internacionais de, ultrapassando interesses nacionais, conjugar proteção à biosfera e desenvolvimento econômico, exige na realidade uma síntese de ações e condutas muito complexas sob vários aspectos. As negociações para estabelecer índices aceitáveis de emissão de gases estufa pelos países ricos, ou bases vantajosas para a transferência de recursos e tecnologias para os países pobres trouxeram a público o verdadeiro estágio da categoria Cooperação que deveria substituir o Conflito, na nova ordem internacional" (FERREIRA, LUCIA 1992, p.04).

Enquanto elemento fundamental da cobertura, é necessário discutir a forma que os conflitos adquiriram no decorrer da apresentação dos temas em pauta, sua profundidade e os atores que dispuseram de visibilidade na construção desses embates.

Em consonância com a questão da primazia dos conflitos, e explicável por seu intermédio, outro ponto que chama atenção foi o uníssono dos grandes veículos da imprensa paulista quanto aos dois eventos. Em suas linhas gerais de enfoque todas cobriram a discussão de maneira extremamente semelhante. Privilegiaram os embates entre os países do Norte e do Sul em torno das questões de ordem financeira, denunciando as diferenças de interesse entre cada bloco de países e a relutância do Estado norte-americano em ser signatário da Convenção sobre Biodiversidade.

Sem dúvida outros tópicos receberam atenção no decorrer da cobertura tanto da Conferência Oficial da ONU como do Fórum Global, porém de forma acessória e muitas vezes circunstancial. A atuação e percepção do problema da parte do correspondente internacional William Waack, da Agência Estado, reflete o tipo de postura assumida pela imprensa.

"Os temas principais que eu cobri foram: de que maneira países ricos poderiam ajudar a financiar todos aqueles elementos que foram aprovados na Agenda 21? E de que maneira esses eventos refletiam as constelações do poder internacional? Esses eu acho que foram os temas centrais da Eco92. Todos os outros temas técnicos, com isso eu não quero diminuir a importância deles, quero apenas didaticamente separá-los, eles vinham antes e prosseguiram depois. Mas foi na Eco92 que houve esse embate entre a exigência dos países mais pobres de ter o direito a um modelo auto-sustentável de desenvolvimento e que essa exigência foi colocada aos países mais ricos..." (WILLIAM WAACK, 26/08/93, entrevista ao autor).

Independente do número de profissionais envolvidos na cobertura e da quantidade de espaço que os eventos receberam, fatores que variaram sensivelmente entre as empresas estudadas, a percepção das implicações da crise ambiental atual e o reconhecimento dos atores sociais mais legítimos por parte da imprensa de São Paulo teve abordagem consensual.

Mas pode-se questionar: os conflitos entre os diferentes blocos de países, do Norte e do Sul, não teriam representado realmente o momento fundamental das discussões e a imprensa se ocupou de tentar de possibilitar a visibilidade dos embates?

Não se pode ignorar a existência de divergências de ordem ideológica, interesses estratégicos que pontuam a apropriação dos recursos naturais a nível internacional (FERREIRA, LUCIA, 1992).

A abordagem de questões de ordem técnica como índices de emissão de poluentes ou montante de áreas de devastação, deslocadas do peso político que representam, significa dimensionar apenas parcialmente a globalidade que a questão ambiental impõe.

O problema reside na forma que ocorre a apresentação dos embates de maneira a que parte dos interesses e parcela determinada dos atores implicados são tornados elementos de domínio público e objetos de discussão.

Lima (1993) chama atenção exatamente para a necessidade das relações de conflito serem apropriadas enquanto

manifestações no interior de sistemas abertos, sensíveis a múltiplos fatores interdependentes e em movimentação.

"Na verdade, a construção da pauta que visa ao conhecimento da realidade deve localizar os conflitos e transcendê-los, para identificar as causas, os efeitos, as linhas de forças que os determinam. Para fazê-lo, uma via possível é o enfoque sistêmico dos conflitos" (LIMA, 1993, p.64, grifo nosso).

A partir destes e outros pontos pretende-se elaborar uma avaliação da conduta dos jornais e agências discriminadamente, apontando tanto as características de cobertura como os encaminhamentos organizacionais.

2.3.2 Agência Estado

O trabalho da Agência Estado na Conferência oficial e no Fórum Global foi possivelmente o mais contundente entre os veículos de comunicação impressa de São Paulo, aquele que no geral envolveu o maior número de pessoas (aproximadamente 70), cobrindo um leque variado de temas e realizando uma cobertura de tipo extensiva. Os jornais O Estado de S.Paulo e Jornal da Tarde, a ela ligados, não enviaram equipes em separado para o Rio de Janeiro mas seus jornalistas faziam o trabalho para a Agência que os provia e vendia notícias para outros jornais assinantes.

A Agência possui uma Editoria de Meio Ambiente que procurou fornecer *background* para alguns dos jornalistas que iriam trabalhar na cobertura e não se encontravam preparados para as discussões mais específicas, produzindo em 1991 o Guia Básico de Redação para a Área de Meio Ambiente, uma

"ferramenta de apoio para o trabalho cotidiano do repórter e demais profissionais da área, colocados diariamente diante do impacto dessas novas questões (de meio ambiente)." (AGÊNCIA ESTADO, 1991)

O documento é composto de: um vocabulário básico de termos associados a meio ambiente desde fenômenos naturais, conceitos, siglas de instituições, listagem de áreas geológicas brasileiras, enfim, um leque de termos passíveis de constarem diariamente em matérias jornalísticas: breve inventário da legislação ambiental brasileira, alguns decretos, portarias, resoluções e parágrafos; relação de acordos, tratados e convenções dos quais o Brasil é signatário; siglas de entidades civis, órgãos estatais nacionais e estrangeiros; referências bibliográficas sobre meio ambiente.

Além da divulgação do Guia, a Agência recolheu material referente a assuntos que seriam tratados na Conferência e procedeu a uma divisão temática dos repórteres, de acordo com suas áreas específicas de interesse. Alguns jornalistas ligados à agência Estado (Liana John, Priscila Siqueira, Randão Marques, dentre outros) são especializados em meio

ambiente e se dedicar regularmente à cobertura de temas. Assim, determinados profissionais cobriam as convenções sobre Clima; outros a questão indígena, Florestas, Biodiversidade entre outros, de acordo com a familiaridade que tinham com o tema.

Vale dizer que além dos repórteres encarregados a ir à campo colher as informações, a Agência enviou também ao Rio de Janeiro, tanto ao Riocentro como Fórum Global, chefes de reportagem, profissionais que cuidavam das pautas diariamente e orientavam os repórteres sobre os eventos a serem cobertos; e editores, que realizavam na sucursal do Rio de Janeiro uma pré-edição do material produzido pelos repórteres "riscando" as páginas e enviando-as para a redação de São Paulo, onde era dada a forma final do texto que novamente era mandado para o Rio para fechamento da edição.

Contudo, apesar da presença de jornalistas especializados e da divisão por temas, a ênfase que O Estado de S. Paulo imprimiu à cobertura se deslocou para o trabalho dos correspondentes internacionais, afeitos à cobertura de autoridades e chefes de Estado. Dando grande destaque à Conferência e ao Fórum Global e dedicando a eles um suplemento exclusivo no período (Caderno *Ambiente*, de 8 páginas diárias aproximadamente), a apresentação temática se subordinou aquilo que o jornal considera as grandes linhas que deveriam nortear o trabalho informativo.

No caso, as grandes questões que iriam nortear a tarefa da imprensa seriam o embate Norte-Sul e as divergências econômicas internacionais entre países ricos e pobres.

A Agência convocou 5 correspondentes internacionais para trabalharem na cobertura da Conferência Oficial. São jornalistas que trabalham na Alemanha, França, EUA e dispõem de trânsito junto a comitivas oficiais, têm credenciamento junto à Organização das Nações Unidas, Casa Branca, e outros órgãos e tiveram papel-chave na cobertura da UNCED devido principalmente à experiência com eventos internacionais, suplantando o trabalho desenvolvido pelos jornalistas que trabalharam com temas de ordem ambiental.

Laerte Fernandes, um dos chefes de reportagem que coordenava as atividades dos jornalistas em campo, principalmente no Riocentro, explica a perspectiva adotada pela Agência.

"...eu procurei qualificar a cobertura com os nossos correspondentes internacionais. Os correspondentes internacionais são afeitos a essas coberturas de nível internacional, eles manejam várias línguas, conhecem as personalidades que eram as personagens do evento. Além da questão propriamente ambiental, haviam questões políticas sérias que envolviam os interesses dos blocos Norte-Sul, países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Essa questão da autoridade, do controle dos países pobres sobre suas próprias reservas, a preservação dessas reservas naturais, as grandes florestas tropicais...Essa controvérsia toda, essa questão política de como ordenar a exploração racional desses recursos. Então com esse batalhão de repórteres temos o registro instantâneo que alimentava nossos canais eletrônicos de cobertura. A grande

amarração dessa discussão. a direção dessas discussões era feita por esses correspondentes (internacionais)." (LAERTE FERNANDES, entrevista ao autor, 26/08/93)

A produção dos jornais da Agência, principalmente do O Estado de S.Paulo, refletiu a intenção do jornal em enfatizar as discussões diplomáticas retratadas pelos correspondentes internacionais. Diariamente os correspondentes dispunham do maior espaço no Caderno *Ambiente*, muito superior ao da cobertura temática. e suas matérias geralmente ocupavam destaque na primeira página do suplemento.

O editor Carlos de Oliveira sublinha a confiança depositada no trabalho desses profissionais e as razões qualitativas dessa ênfase.

"Na verdade, eles (correspondentes internacionais) foram as grandes âncoras da cobertura da Rio92. Não que tenham monopolizado, mas em torno deles a gente centrava a cobertura principal do dia. Eles, com sua experiência, orientavam repórteres. O Waack e os outros sabem por sua experiência internacional ler as entrelinhas do discurso do Mitterand, Bush, Kohl, acompanham a política desses países...Então para a gente era uma garantia muito grande de que a gente não correria o risco de se perder em declarações, ou seja "o que o Mitterand quis dizer com isso?", então cada um sabia. A vinda deles foi decidida nesses três meses de preparação, vieram de seus países base direto para o Rio de Janeiro, se integraram à cobertura e de fato foram as grandes âncoras." (CARLOS OLIVEIRA, entrevista ao autor, 26/08/93).

é importante frisar que tanto o trabalho especializado incumbido aos correspondentes internacionais como a divisão temática foram imprimidos no Riocentro, junto à Conferência oficial da Organização das Nações Unidas. No aterro do Flamengo, palco do encontro das ONGs, devido à ausência de autoridades internacionais e de uma programação mais definida, o trabalho jornalístico foi mais marcadamente factual, inexistindo uma preparação tão minuciosa e um enfoque analítico das discussões do evento. O Fórum Global estaria ausente das grandes linhas que pautavam o interesse do jornal, segundo o depoimento de uma das profissionais da Agência.

"Não houve uma intenção de cobrir melhor o Riocentro mas as notícias que foram produzidas no Riocentro eram mais importantes. Então elas saíram com muito mais espaço no jornal do que as notícias do Fórum Global. Além disso o Fórum Global foi muito confuso. Tinha eventos acontecendo ao mesmo tempo, eventos mal divulgados, muitos problemas de desencontro de informação, a gente tinha um horário e no fim era outro horário, outro lugar. E para a cobertura jornalística o Fórum Global foi muito confuso, difícil de cobrir e com menos notícia mesmo, menos fatos." (LIANA JONH, entrevista ao autor, 16/08/93)

Apesar de possibilitarem menos notícias à Agência, uma vez que não se adequam ao ritmo de produção noticiosa, os acontecimentos do Fórum Global cumpriram o papel de servir como contraponto aos conteúdos diplomáticos mais sérios produzidos na Conferência, dessa forma amenizando as

edições. Um dos coordenadores da cobertura e editor do Estado de São Paulo explica:

"...tinhamos a preocupação, para que a cobertura não ficasse "maçuda", para que a cobertura não fosse um grande relato documental, a gente tinha um lado de comportamento. Que não só o evento do Riocentro permitia mas muito mais ainda o evento do Fórum Global. Então houve lances engraçados como a presença do Dalai-Lama, que virou um grande *happening*. Houve manifestação de feministas, enfim, havia sempre esse lado, essa parte comportamental que dava o tom, dava a cor da cobertura." (CARLOS DE OLIVEIRA, entrevista ao autor, 26/08/93)

As organizações não-governamentais tiveram basicamente dois planos de ação para os eventos: fazer pressão junto às delegações oficiais presentes no Riocentro (ver JOLY, 1992) e elaborar planos próprios de ação através de Tratados. Foram feitos 36 tratados que representaram uma mudança importante de postura das entidades da sociedade civil: de um caráter de denúncia e resistência, estes passaram a trazer planos concretos de ação tanto para governos como para a sociedade civil também (DINIZ, 1992). Apesar de determinados documentos apresentarem deficiências e superficialidades, eles significaram um momento de capacidade reflexiva para o movimento ambientalista internacional (FERREIRA, 1992), mesmo assim os jornais lhes dedicaram pouco espaço.

O Estado de S. Paulo produziu uma única notícia, na edição de dia 14/06/92, dedicada aos Tratados discutidos no

Fórum Global. Foi o único texto que, além de fazer menção, se propôs a analisar a capacidade de produção do evento enquanto contraposição à Conferência Oficial. A jornalista Patricia Ferraz, responsável pelo texto, relatou ao autor que não houve um acompanhamento sistemático da elaboração dos diferentes Tratados e que a matéria foi fruto de uma leitura dos documentos quando estes já se encontravam concluídos e de forma apressada.

No texto constam comentários genéricos sobre alguns dos Tratados produzidos e, no caso da Biodiversidade, vale notar que são feitas menções a desacordos frente o Tratado Oficial e o produzido no Fórum Global.

"Na questão da Biodiversidade, o recado dos ambientalistas para os governantes é claro: as ONGs rejeitam a fragmentação do tratado; repudiam a conversão de dívida externa por projetos ambientais; não aceitam o patenteamento sobre qualquer ser vivo ou produto dele derivado." (OESP, 14/06/92, *ONGs encaminham 32 tratados a governantes*, Ambiente, p.02)

Vale notar que o trecho reproduzido pressupõe o conhecimento do leitor acerca do tratado oficial, uma vez que é mencionado. No entanto, nenhum dos dois Tratados foi mostrado na íntegra, o que torna a comparação inacessível ao leitor.

O Jornal da Tarde, em termos gerais, acompanhou a cobertura produzida pelo O Estado de São Paulo no tocante ao privilegiamento das questões envolvendo financiamento e

repassa de recursos ambientais, as disputas entre países do Norte e do Sul e a discussão envolvendo a Convenção da Biodiversidade. Mas a sua cobertura do Fórum Global foi mais quantitativamente extensiva que a do Estado de São Paulo, cobrindo diferentes acontecimentos e possibilitando acesso a algumas personagens de destaque dentro do movimento ambientalista internacional. No próximo capítulo será analisada a presença desses setores mais detidamente na programação dos diferentes jornais.

No caso da cobertura da Conferência oficial e do Fórum Global, principalmente o primeiro, alguns pontos de discordância entre delegações de países ricos e pobres, o G-7 e o grupo dos 77 foram divulgados ostensivamente sobressaindo nas principais manchetes dos jornais no período. Isso não significando, contudo, terem sido abordados em todas suas implicações.

O caso do tratado da Biodiversidade é, sobre esse aspecto, emblemático. Os órgãos de imprensa estudados deram ênfase em diversas edições a não intenção do chefe do executivo norte-americano, presidente George Bush, de assinar o tratado da Biodiversidade. Contudo, isso não significou uma discussão semelhante em relação às Convenções de Clima e Florestas, que estão amplamente imbricadas na discussão da Biodiversidade. A jornalista Liana John, da Agência Estado e especialista em questão ambiental, explica como se procedeu as lacunas na discussão da Declaração de Princípios sobre Florestas:

"O que ficou mal coberto foi a questão dos EUA na Convenção de Floresta...porque entra aí muito esse jogo diplomático. Eu acho que não ficou claro para os repórteres e acabou não se refletindo para a cobertura. Hoje refletindo sobre o que aconteceu e como os EUA continuam agindo a gente entende o que está em jogo ali e como as coisas ocorreram. Quer dizer, deveria haver ao lado da Convenção de Biodiversidade e Clima, uma Convenção de Florestas. Os EUA fez um lobby incrível para que essa Convenção de Floresta saísse regulando só o corte da madeira tropical. Isso significa madeira do Brasil, Indonésia, Tailândia, esses países. Para isso eles usaram números, contaram com apoio da FAO, que é um organismo internacional muito dominado pelos EUA..." (LIANA JOHN, entrevista ao autor, 16/08/93)

A discussão sobre a Declaração de Princípios sobre Florestas chegou a um impasse devido ao peso de questões financeiras que, por limites de captação por parte dos veículos de comunicação, não sofreram divulgação correspondente ao que foi informado sobre o problema da Biodiversidade. Liana expõe alguns fatores que alimentaram as divergências:

"Então a FAO exigiu em comum acordo com a comitiva americana para mostrar primeiro que a maior parte da destruição das florestas estava se dando na faixa tropical, portanto só a faixa tropical deveria ter cotas de corte de madeira e por trás disso se esconde a intenção dos EUA de regular o mercado de madeira tropical para não ter concorrente para madeira temperada que eles estão cortando no noroeste dos EUA. E isso foi uma coisa muito mal divulgada que é o corte de madeira temperada...então na verdade os países de madeira tropical como Indonésia, Malásia, Brasil etc. começaram a forçar no sentido contrário, de que se regulasse o

corte de madeira sim, mas que fosse qualquer madeira...E no fim acabou não saindo o Tratado de Florestas, ficou uma decisão a ser tomada mais para frente porque não conseguiram chegar a um acordo. Isso na época não estava claro para nós, ninguém cobriu bem isso, e acabou ficando mal coberto" (LIANA JOHN, *idem*).

O episódio das Florestas tornou-se um exemplo característico da ausência de perspectiva por parte da imprensa capaz de abarcar as questões envolvidas na Conferência Oficial de forma ampliada.

O Jornal da Tarde foi aquele que mais espaço dedicou à Declaração de Princípios envolvendo manejo florestal, a trajetória de sua elaboração, a posição das delegações e algumas disputas que estavam em jogo. Na edição do dia 11/06/92 foi publicada matéria fazendo menção ao impasse que marcava as negociações sobre o assunto. Nela representantes diplomáticos de países em desenvolvimento, em especial Malásia e Brasil, reclamavam contra a transformação do texto em Convenção e faziam menção a outros dois assuntos polêmicos:

"a questão do direito ao desenvolvimento para países detentores de florestas e a *redução ou eliminação de barreiras alfandegárias para os produtos provenientes de florestas tropicais*". (JORNAL DA TARDE, 11/06/92, p.15 grifo nosso)

O texto traz também as diferenças entre as porcentagens de desmatamento de áreas florestais tropicais da delegação brasileira e as da Organização das Nações Unidas para

Agricultura e Alimentação (FAO). Segundo o jornal, os números da Organização estariam superestimados, e não seriam parâmetros legítimos para a discussão.

Em edição subsequente foi novamente veiculada matéria no jornal abordando o problema da taxaço da madeira tropical e o interesse da Austria em criar exatamente um imposto de 70% sobre produtos tropicais. Nesse texto, de aproximadamente 50 linhas, é citado um dos pontos centrais das divergências, ausente na grande maioria das considerações sobre o tema:

"O boicote à madeira tropical reduz as possibilidades de se implantar o manejo sustentável das florestas, isto é, o corte da madeira num ritmo compatível com a capacidade de regeneração. O boicote normalmente faz cair o preço da madeira no mercado internacional e mais florestas acabam sendo cortadas para sustentar o mesmo número de pessoas. Sem contar que os boicotes e sobretaxas são usados como desculpa para proteger o comércio de madeiras de florestas temperadas" (JORNAL DA TARDE, 12/06/92, p.14, grifo nosso).

Porém, apesar de ter veiculado com maior acuidade o debate e citado questões-chave, como é o caso das barreiras alfandegárias para produtos de florestas tropicais, mesmo assim o Jornal da Tarde não discutiu o problema dos interesses econômicos que orbitam em torno da exploração de madeira temperada no hemisfério Norte e a atitude da FAO, como assinalou a jornalista Liana John acima.

No caso do Tratado de Biodiversidade, a imprensa paulista não se eximiu da tarefa de veicular algumas implicações ecológicas, econômicas e estratégicas em torno do assunto. De fato, ela investiu diariamente nessa questão e tornou possível ao seu público leitor tomar contato com problemas envolvendo reservas naturais, detenção de patentes e interesses geo-políticos estratégicos.

No entanto, a cobertura desvinculou o impasse da Biodiversidade com as dificuldades em torno de um assunto igualmente fundamental: a manutenção das Florestas. No caso, segundo Lima (1993), ocorreu a veiculação de uma situação de conflito, mas sem que todos os adversários e suas diferenças estivessem claramente expostas, obliterando a compreensão da disputa e apresentando apenas a superfície.

"Detectar esses conflitos, circunscrever seu sentido, antecipá-los no tempo, buscar suas raízes na interação sistêmica estrangulada são tarefas nobres da reportagem que se propõe a ultrapassar a epiderme rasa dos fatos e penetrar no âmago das questões contundentes do nosso tempo, para proporcionar um conhecimento qualitativo da realidade ao homem contemporâneo" (LIMA, 1993, p.68).

A essa altura pode-se colocar a seguinte indagação: por que a questão da Biodiversidade adquiriu tanta proeminência na discussão pública durante a Conferência? Qual a especificidade do problema que possibilitou tal visibilidade frente a outros tópicos também reconhecidamente fundamentais e imbricados? Por que os meios de comunicação aqui

analisados dispenderam uma quantidade de espaço infinitamente superior à questão da Biodiversidade e tão escasso à questão nuclear ou à Declaração de Princípios de Florestas?

A resposta a essa questão, revestida de extrema importância, não se encontra explicitamente colocada a nível editorial e nem a organização dos eventos institui a discussão *a priori* em situação privilegiada.

Uma hipótese a se aventar reside no critério de atualidade discutido acima.

Outros autores defendem que a negatividade constitui-se em um valor/notícia fundamental, onde um acontecimento negativo (no caso, a recusa do governo americano em subscrever a convenção) possui maiores condições de constar em duas ou mais edições consecutivas do que uma situação positiva, dada a banalidade e falta de consenso em torno desta última (GALTUNG & RUGE, 1965).

O grande elemento causador da controvérsia em torno da Convenção da Biodiversidade foi a manifestação de contrariedade por parte do chefe do executivo norte-americano, George Bush, de não ser seu signatário e, com isso, impedir a aceitação consensual da Convenção em nome de interesses econômicos de empresas sediadas no Primeiro Mundo.

Não se pode deixar de levar em consideração que a manifestação dos EUA contrária à Convenção da Biodiversidade ocorreu em maio de 1992, em Nairóbi, aproximadamente duas

semanas apenas antes da Conferência. Frente a essa proximidade, os meios de comunicação teriam um tema especialmente conflituoso a abordar e o fizeram, mesmo com o custo de preterir outros debates. Estes, muitas vezes desprovidos de negatividade, e portanto do consenso que esta gera, não foram facilmente palatáveis às exigências estruturais da construção de notícias.

A questão militar, debatida na Conferência oficial das Nações Unidas, foi igualmente preterida e tornando-se uma problemática de segundo nível ou fora da agenda programada para os eventos.

Entre os dois jornais ligados à Agência Estado pode-se detectar sensíveis diferenças na postura editorial frente a Conferência Oficial e o Fórum Global. A principal dessas divergências possivelmente se relaciona quanto à percepção de participação do movimento ambientalista no processo.

Mesmo antes do início das discussões o jornal O Estado de São Paulo manifestou uma posição editorial de nitida intolerância frente a contribuição dos setores ambientalistas. Junto com a política pragmática dos governos de países desenvolvidos, estes atores ambientalistas seriam responsáveis por possíveis limitações dos resultados do encontro oficial.

"O clima em que se abre a Rio-92 demonstra a quem quiser ver que, tendo os interesses políticos e as ideologias triunfado sobre aquela visão universal a que nos referimos de início, o confronto entre "governamentais" e "não-governamentais" se dará em função de problemas que no fundo pouco tem a ver com "desenvolvimento e meio ambiente"...A Rio-92 paga o preço de ter sido organizada sobre premissas falsas, inspirada na ideologia dos "Verdes" e na má consciência de alguns governos do Norte. Na hora da verdade, os interesses de uns e outros acabaram falando mais alto que os reclamos de praticamente toda a humanidade" (Editorial "*A Conferência do Desencontro*". O Estado de São Paulo, 03/06/92 p.03).

Até final dos trabalhos o jornal reverencia a produção dos documentos oficiais da Conferência da ONU e a necessidade de tolerância frente a pontos ainda não acordados, como foi o caso do Tratado da Biodiversidade.

Mas quanto a participação das entidades não-governamentais, em nada teriam colaborado na medida em que seriam isentos de elaboração científica, consequente e desatentas aos ditames políticos assentados em bases realistas e não utópicas (Ver *Aos Herdeiros da Terra*. O Estado de São Paulo, 14/06/92, p.03).

A postura editorial do Jornal da Tarde, apesar de no início cética e de conferir maior legitimidade aos debates oficiais e aos resultados diplomáticos mais visíveis, reconhece o esforço multi-angular inserido no espaço de discussão do Fórum Global, suas propostas de reflexão heterogêneas e descentralizadas. Inexiste a nível de linha editorial um desmerecimento generalizado das potencialidades

a nível organizacional e reflexivo por parte dos setores externos às instâncias oficialmente constituídas, como pode ser comprovado no caso de O Estado de São Paulo.

"Ao contrário das visões antropocêntricas que marcaram as conferências de desenvolvimento e mesmo a reunião de Estocolmo, o Fórum Global marcou uma visão biocêntrica. É preciso defender a vida. Isso nos levará talvez a um novo foco de convergência de interesses, uma vez que a Natureza é patrimônio de todos os povos do mundo. Mas o que necessitamos - e desejamos ao falar de desenvolvimento sustentado - é uma nova harmonia. Uma nova harmonia entre as sociedades humanas e os recursos naturais do planeta... Temos que escapar dos movimentos pendulares que nos levam do polo do desenvolvimento ao pólo do preservacionismo" (Editorial *Uma Nova Harmonia*, Jornal da Tarde, 16/06/92, p.04).

No entanto, esse trecho de editorial demonstra que o jornal manifesta uma posição favorável ao evento enquanto espaço legítimo de reflexão, mas aponta nela uma visão biocêntrica, preservacionista e refratária à perspectiva do desenvolvimento sustentável.

O jornal possibilitou informações sobre o Fórum Global no decorrer da cobertura, não significando, contudo, que tenha sido proporcionado um acompanhamento amplamente sistemático da produção dos setores não oficiais. Se editorialmente há um reconhecimento da contribuição desses atores não-governamentais, ao contrário do jornal O Estado de São Paulo, isso pode não se materializar no trabalho diário de cobertura e na apresentação dos diferentes

componentes do debate. Em determinados dias da cobertura o evento não chegou a receber nenhuma matéria significativa (edições de 02,08,11 e 12/06/92).

A produção dos tratados do Fórum Global foi mencionada em duas oportunidades no período de duração do evento. Nas edições dos dias 05, 06, 09, 10 e 13/06 o assunto debatido sobre o Fórum Global restringiu-se aos problemas financeiros enfrentados pelo evento e as acusações de corrupção envolvendo os organizadores.

Na edição do dia 04/06/92 o jornal dedicou parte da p.15 a discussão feminista realizada no Fórum Global. O Planeta Fêmea, sendo esta a única matéria sobre propostas específicas desenvolvidas no evento, e não curiosidades.

2.3.3 Folha de SP

Em editorial publicado na véspera da inauguração da Conferência das Nações Unidas o jornal Folha de S.Paulo explicita certo descrédito que nutre frente ao evento e antevê que pouca repercussão será acarretada.

"A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco92) inicia-se amanhã, no Rio, com o título de maior reunião de cúpula jamais realizada...dimensão histórica que ressalta, por contraste, a expectativa lamentavelmente diminuta quanto aos resultados concretos do

evento" (Folha de S. Paulo, 02/06/92
Expectativas Limitadas, p.02).

Divergências entre países pobres e ricos e conjunturas específicas (eleição nos Estados Unidos) seriam as causas responsáveis por um provável esvaziamento da reunião que, no entanto, teria chances de representar um momento favorável de conscientização ambiental.

A falta de grandes expectativas pode em parte explicar a cobertura reduzida realizada pelo jornal durante os eventos, que se traduziu em pouco espaço e pequena diversidade de temas ambientais específicos debatidos.

O jornal Folha de SP, como geralmente o faz em grandes coberturas, produziu uma coleção de textos para circulação interna e promoveu reuniões preparatórias com os profissionais envolvidos alguns meses antes dos eventos.

A compilação de textos serviu com o intuito de fornecer subsídios para o pessoal envolvido no trabalho, principalmente os profissionais ligados a fechamento. Constavam textos de James Lovelock, Pierce (Revista *New Scientist*), matérias de jornais, trechos do Relatório Brundtland, e glossário contendo termos recorrentes à discussão ambiental.

O investimento material do jornal frente a Conferência e o Fórum Global foi em muito inferior face a outros jornais, especialmente os da agência Estado. Alguns dados da cobertura são ilustrativos.

Em primeiro lugar, o jornal Folha de S.Paulo, não trabalhou com a estrutura de Agência de notícias. Os profissionais enviados ao Rio de Janeiro pertencem (ou pertenciam) exclusivamente aos quadros do jornal sem vinculação com os jornais Folha da Tarde e Notícias Populares, também pertencentes ao Grupo Folhas. A cobertura tanto da Conferência Oficial como do Fórum Global ficou a cargo da editoria de *Cidades*, responsável pelo planejamento e edição.

A equipe do jornal enviada ao Rio de Janeiro era nitidamente inferior em número ao grupo que trabalhou para a agência Estado, aproximadamente dez (10) pessoas.

A composição da equipe, todavia, trazia algumas semelhanças para com a da Agência Estado. Dentre esses profissionais envolvidos, alguns dispunham de conhecimento mais especializado sobre questão ambiental e teriam servido como âncoras de conteúdo, sendo este o caso dos jornalistas Fernando Gabeira, Daniela Chiaretti e Marcelo Leite.

Outros jornalistas que cobriram os eventos pela Folha de SP são profissionais que destacam-se por sua experiência, alguns deles já tendo atuado antes em cargo de edição, como Maurício Stycker, José Arbex e Fernando Rodrigues, mas que não dispunham de especialização na área ambiental.

Na sucursal do Rio de Janeiro era realizada uma pré-edição e posteriormente o material era enviado para São Paulo para a edição final.

A falta de espaço na cobertura do jornal se colocou como um problema constante. A Folha de S.Paulo optou por não fazer circular durante a Conferência Oficial e o Forum Global um suplemento exclusivo, e o espaço dos eventos em número de páginas variou muito no período. Geralmente eram dispensadas, ao final do primeiro caderno, de três (3) a duas (2) páginas tanto para a Conferência como para o Forum Global. Em determinada edição não suplantou o espaço de uma (1) página (09/06/92).

Em comparação com outros jornais, foi uma cobertura quantitativamente muito mais limitada mas que, de acordo com o jornalista Marcelo Leite, não implicou em comprometimento da qualidade informativa.

"Você vai ter grande divergência de avaliações quanto o espaço que foi dado, alguns jornais talvez avaliem hoje que deram espaço demais para uma questão que inclusive desapareceu depois da ECO92. um grande evento e hoje quem fala? Não se vê mais essa questão posta na cena internacional. Então alguns jornais talvez tenham superdimensionado, outros talvez subdimensionado a questão...Eu considero que foi uma cobertura (da Folha de S.Paulo) adequada, poderia em alguns momentos ter tido mais espaço, mas eu acredito que alguns jornais superdimensionaram a cobertura,...em alguns casos havia excesso de material, coisas sem interesse, pouco valor jornalístico. A cobertura da Folha de S.Paulo foi mais enxuta, e talvez nesse sentido mais equilibrada.(MARCELO LEITE, entrevista ao autor, 09/09/93)

Alguns dados retirados do material produzido pelos jornais no período permitem problematizar a questão da

dimensão especial, que teve implicações importantes sobretudo na cobertura temática.

Na cobertura da Folha de SP a questão populacional foi um assunto quase que inteiramente preterido. Em uma das poucas matérias sobre o tema, edição do dia 14/06/92, foi noticiada a posição do primeiro-ministro paquistanês, Muhammad Sharif, a favor do controle da natalidade e planejamento familiar. O jornal ressaltou o ineditismo da posição e a repercussão positiva frente aos países ricos, sinalizando consenso ao final da Conferência em torno do problema demográfico.

"A adesão explícita de Sharif à proposta dos países ricos, na abertura da 17ª sessão plenária da conferência, é mais um sinal de que países ricos e pobres saem da ECO-92 menos separados do que entraram" (*5ª Mundo admite controle de natalidade*, Folha de SP, 14/06/92, p.16)

Apesar desta notícia ter sido veiculada dia 14/06/92, data próximo ao final dos eventos, não foi feita menção às disputas diplomáticas e o acordo entre as delegações do Vaticano e dos EUA contra as propostas de inclusão na Agenda 21 do planejamento familiar e controle de natalidade.

Em parte essa ausência pode ser aferida aos problemas de espaço, em número de páginas, da cobertura. A jornalista Daniela Chiaretti, especializada em meio ambiente, atesta que a discussão demográfica na Conferência foi, entre

outros. um problema visível e detectável mas ausente na cobertura.

"...tinha uma delegação, do Vaticano, que se batia na população e brigava muito por causa disso. E a gente não cobriu, embora soubesse, mas não tinha espaço e passou. Muitos temas assim ficaram um pouco à margem..." (DANIELA CHIARETTI, entrevista ao autor, 19/08/93).

Outro desses temas à margem foi a questão nuclear, que de passagem foi citada, porém sem problematização (*Leste europeu alerta para risco nuclear*, 05/06/92, p.09).

Os temas ambientais que lograram adquirir acompanhamento diário da cobertura foram basicamente: Biodiversidade, Florestas e Clima. Vale notar que os três temas, que se encontram altamente imbricados, principalmente Florestas e Biodiversidade, foram apresentados e debatidos de forma desvinculada e esquemática.

O problema da biodiversidade, ou diversidade biológica, mantém uma estreita conexão com a manutenção de determinados habitats, especialmente as florestas tropicais. A literatura especializada atesta a importância que reside no manejo equilibrado dos ecossistemas florestais para a manutenção da diversidade biológica.

...uma primeira aproximação sugere que existem de 5 a 7 milhões de espécies, sendo que apenas entre 1,5 - 1,7 milhões são conhecidas pela ciência. Em particular, as florestas úmidas tropicais contêm uma grande variedade de espécies. Essas florestas representam 7% da superfície da terra e contêm mais de 50% das espécies (BEGGSI, 1992 p.35, grifo nosso)

Estudo realizado pelo *Worldwatch Institute* (WWI) mostra que a extração de madeira de lei representa um dos fatores principais da degradação florestal e, conseqüentemente, da perda em diversidade biológica tanto em áreas temperadas como tropicais, sendo que as primeiras contribuem com a maior fatia do comércio mundial. Dados provenientes da FAO (*Food and Agriculture Organization*) atestam que os Estados Unidos, a antiga União Soviética e o Canadá, detentores de florestas temperadas, produzem mais da metade da madeira industrializada a níveis internacionais (aproximadamente 53%).

Contudo, a manutenção desses níveis de produção se encontra ameaçada devido ao esgotamento premente dessas reservas e à oferta que pode vir de outros países, alguns dos quais localizados em zonas tropicais.

"No lado mais favorável do quadro oferta-demanda, colheitas provenientes de grandes áreas de plantações, que chegam a vários países - incluindo Argentina, Austrália, Brasil, Chile, Nova Zelândia Portugal, África do Sul, Espanha e Venezuela -, ajudarão a satisfazer as demandas crescentes" (POSTEL & RYAN, 1991 p.114).

Nesse contexto a ênfase pela conservação, e não exploração, das florestas, especificamente as tropicais, detentoras dos maiores acervos de biodiversidade, pode implicar em uma maior possibilidade de utilização do material genético para fins industriais e farmacêuticos, cujas tecnologias estão de posse de empresas sediadas em países industrializados e, ainda, facilidade para o comércio de madeira temperada, como foi apontado anteriormente por Liana John. Esse foi justamente um viés da problemática que esteve ausente nas análises da Folha de SP sobre o tema das florestas e da diversidade biológica. Segundo o jornal, em relação ao documento das florestas,

"O ponto nevrálgico do documento era o parágrafo que previa uma futura convenção sobre florestas. Nos países pobres, detentores de florestas, a expressão "convenção" causava arrepios por ser entendida como uma afronta à soberania. Os países do Norte, no entanto, com os EUA à frente, levantavam a tese de que as florestas são importantes por captar carbono da atmosfera e, portanto, não poderiam ser desmatadas" (EUA são derrotados em texto sobre florestas, 13/06/92 p.10 grifo nosso).

Em outro momento da cobertura (03/06/92) o jornal menciona, através de declarações da embaixadora malaia, a questão da discriminação das florestas tropicais e o anseio dos países detentores dessas florestas em incluir outros tipos nas negociações, como as boreais e temperadas (*Embaixadora malaia é porta-voz dos pobres*).

Na mesma página, mas em outra matéria apresentada independentemente (*Japão enfrenta EUA e já admite patrocinar acordo sobre seres vivos*), é discutida a não intenção de países desenvolvidos em assinar um acordo sobre biodiversidade alegando a não garantia da propriedade intelectual de produtos oriundos de espécies vivas, que em sua maior parte habitam exatamente as florestas tropicais.

Em suma, questões que compõem um mesmo problema recebem dimensões distintas e tratamento diferenciado por profissionais diferentes, mas dividindo um mesmo espaço cotidianamente.

É importante salientar que o problema não reside na postura adotada pelo jornal frente ao debate, e nem significa que este órgão da imprensa seja favorável aos interesses dos países não detentores de florestas tropicais. Inclusive a alegação de prejuízos à soberania por parte de determinados países, como foi o caso da Malásia, é, como coloca o jornal, uma questão discutível.

Porém, a apresentação da discussão é sintomática, por outro lado, da falta de conexão entre dois assuntos que a literatura científica considera como não excludentes e que a forma de produção jornalística esquematiza e isola.

A pouca atenção aos temas especificamente ambientais está relacionada à falta de espaço na cobertura diária mas a postura editorial adotada pelo jornal para os eventos teve também função decisiva.

O jornal Folha de SP estipulou previamente, a exemplo da Agência Estado, algumas questões que seriam as grandes linhas. E nas reuniões preparatórias foram decididas as grandes linhas que o jornal iria privilegiar na cobertura, sendo principais os conflitos Norte-Sul, entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos e a questão do financiamento. Trecho do editorial supracitado demonstra tal escolha:

"O ponto focal da disputa é o custo da proteção do meio ambiente, estimado em US\$1,3 trilhão até o ano 2000 - parte do qual os países desenvolvidos deveriam assumir, por coerência e por necessidade, se pretendem que as nações mais pobres não façam uso extensivo dos seus recursos naturais como eles próprios fizeram no passado" (Folha de São Paulo, 02/06/92, *Expectativas Limitadas*, p.02)

A partir disso se estabeleceu a importância da presença do jornalista Fernando Rodrigues, que tinha sido correspondente internacional nos EUA e Japão, a época ocupava o cargo de editor de Economia e possuía familiaridade com as discussões financeiras envolvendo países desenvolvidos. Parte significativa das principais matérias produzidas pelo jornal eram assinadas por ele, focalizando preponderantemente problemas relacionados a financiamento de projetos ambientais e o posicionamento das grandes potências, de forma muito semelhante ao que foi feito pela Agência Estado com seus correspondentes internacionais.

Outros profissionais do jornal Folha de São Paulo, com suas atividades como correspondentes em outros países (M.Stycker, J.Arbex), dedicavam-se a cobrir temas referentes à Comunidade Europeia, países árabes, leste asiático, e outras regiões.

Os jornalistas mais especializados em meio ambiente ficaram então mais à cargo da cobertura temática que, no entanto, ficou subordinada às discussões geo-políticas.

"...o Tratado de Florestas era estratégico para todos os outros porque era barganhado, mostrava muito claro essa parte Norte-Sul, e a redefinição de Florestas passou batido. Uma coisa interessante, os assuntos periféricos a Folha não conseguiu cobrir *embora a gente soubesse...*" (DANIELLA CHIARETTI, entrevista ao autor, 19/08/93, grifo nosso).

Outro fator naquele momento influiu no espaço e investimento material dedicado à cobertura, foram problemas de ordem infra-estrutural que as empresas do ramo enfrentavam naquele momento que impossibilitavam grandes investimentos.

"...a Folha de S.Paulo passava por uma reestruturação do ponto organizacional-administrativo. A empresa foi obrigada a se reestruturar, diminuir gastos em virtude da recessão...Naquela época o jornal tinha cortado 30% de seus jornalistas no geral...E houve muita contenção de papel também, diminui o gasto com papel tendo menos páginas" (FERNANDO RODRIGUES, entrevista ao autor, 20/09/93).

Com a recessão econômica atravessada pelo país naquele momento o mercado de anúncios sofreu sérios abalos e a mídia impressa assistia em 1991 à queda sensível nas vendas de seus espaços publicitários. Em sua coluna na revista *Imprensa* em maio de 1992, Adélia Franceschini discute as estratégias que a mídia impressa estava utilizando para captar o interesse dos clientes anunciantes e confirma a situação econômica desfavorável por que passavam os grandes jornais.

"Já no mercado anunciante, o terceiro trimestre do ano passado foi de pânico, com paralisação quase total das ações e eventos planejados em comunicação...Grandes empresas reviram sua missão principal e abriram mão de unidades de negócios que, rentáveis ou não, absorviam-nas para fora do eixo central de sua atividade" (*O Rescaldo Amargo da Recessão*, in *Imprensa*, maio/1992 p.76)P.

A *Folha de S.Paulo* optava então, em 1992, por uma política de contenção de gastos, como se refletiu na quantidade inferior de profissionais enviados ao Rio de Janeiro e em investimento de papel se comparado com a *Agência Estado*.

Ao final da Conferência oficial o jornal publica em editorial um balanço do evento onde em nenhum momento está colocada menção quanto à realização do Fórum Global, suas discussões e divergências às posições oficiais.

"O encontro (Eco92) propiciou ainda o aumento brutal do fluxo de informações ecológicas, o que tende a estimular uma conscientização sobre o problema agora mais embasada em dados técnicos do que em radicalismos emocionais - o que sempre é positivo" (Folha de São Paulo, Eco-92, 15/06/92, p.02).

O jornal demonstra estar filiado ao posicionamento de parte da comunidade científica internacional que expressou receio pelos rumos dos eventos estarem marcados pelas reivindicações dos setores ambientalistas. Pela pouca atenção que o jornal teve durante os eventos a produção das ONGs e movimentos sociais, alocados principalmente no Fórum Global, ficou mais visível a opção feita pelo oficial enquanto espaço de articulação da questão.

O espaço dedicado pelo jornal ao Fórum Global, ainda mais reduzido do que a Conferência Oficial, ficou marcado basicamente pelo factual e insólito. O parâmetro aqui utilizado para atestar o descaso da imprensa para com o posicionamento das entidades ambientalistas assenta no tratamento escasso frente aos tratados das ONGs produzidos no Fórum Global. Assim como no caso do jornal O Estado de São Paulo, que publicou uma matéria relativa aos Tratados das ONGs, no caso da Folha de S.Paulo também foi apresentado, na edição do dia 15/06/92, uma matéria sucinta, apenas noticiando a produção dos Tratados.

O número de jornalistas requisitados ao aterro do Flamengo para realizar regularmente a cobertura do Fórum Global foi pequeno, dois repórteres, e um fotógrafo.

A postura editorial estabelecida antes dos eventos trazia indicadores dessa orientação frente ao movimento ambientalista. A jornalista Laura Capriglione, na ocasião editora de *Ciências* e encarregada da edição da cobertura, confirma a tendência pouco favorável frente ao movimento.

"...tinha também, por outro lado, uma definição editorial, de qual seria a posição da Folha de SP no caso da ECO-92. A gente estava achando que iria haver o seguinte: um grande "obá-oba" em torno da ECO-92, aquela festival de boas intenções e tal e que ao cabo ia haver muito pouco de materialidade. A idéia então era a seguinte: questionar o próprio discurso ambientalista por que a gente achava que o discurso ambientalista (das ONGs) era um discurso de boas intenções, mas concretamente existe um problema que é o de dinheiro. A gente achava que as ONGs em geral pecavam exatamente por isso, uma certa atitude idealista da questão ambiental" (LAURA CAPRIGLIONE, entrevista ao autor, 08/10/93).

Em consonância com essa posição, na edição do dia 03/06/92, data do início da Conferência Oficial, sai publicado editorial que apóia incondicionalmente a comunidade científica internacional em suas divergências com o movimento ambientalista, (que ficou conhecido como o manifesto de Heidelberg) qualificando-o de irracional e pouco afeito à reflexão científica (Editorial *Apelo à Razão*, Folha de S.Paulo, 03/06/92, p.02).

2.3.4 Gazeta Mercantil

Goldenstein (1987) compara com o Wall Street Journal americano o diário paulista Gazeta Mercantil, de propriedade da família Levy, dado seu enfoque em temas financeiros e econômicos. Se na década de 60 era um veículo de tiragem limitada, aproximadamente dez mil exemplares, atualmente ocupa lugar importante na imprensa de São Paulo, e voltado ainda para o meio empresarial.

A questão ambiental representa um tema importante nos interesses do jornal e a Conferência das Nações Unidas ocupou um espaço de destaque em termos editoriais.

"Independentemente de seus resultados imediatos, a Conferência ora em realização, em que estão representados 128 países, é importante e merece a extensa cobertura que lhe vem dando a mídia nacional e internacional pelo simples fato de que...o meio ambiente é a questão mais importante no mundo de hoje" (Editorial *Meio Ambiente e Vontade Política*, Gazeta Mercantil, 04/06/92, p.04).

Além de significar um momento privilegiado de discussão de problemas relacionados ao ecossistema, a Gazeta Mercantil aproveita para reivindicar, no escopo da Conferência, o avanço das discussões envolvendo a formação de um mercado comum latino-americano, a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), buscando dessa forma refletir sobre a questão ambiental em torno de seus interesses específicos.

diferentemente dos de outros órgãos de imprensa que não discorrem sobre esses assuntos (Editorial *Via de Aproximação Continental*. *Gazeta Mercantil*. 13/06/92, p.04) .

Em sintonia com a importância anunciada em torno da Conferência Oficial, o jornal mantém uma editoria especialmente dedicada a meio ambiente com média de uma página de espaço diário.

Para a Conferência das Nações Unidas e o Fórum Global, diferentemente da *Folha de S.Paulo* e da *Agência Estado*, o jornal não realizou uma discussão preparatória significativa. Não foram elaborados Guias ou quaisquer outros textos de circulação interna.

Contando com uma equipe pequena, de aproximadamente seis (6) pessoas, entre editores e repórteres, e pouca infra-estrutura material (papel), o jornal realizou uma cobertura seletiva, privilegiando as discussões diplomáticas do RioCentro, especialmente a questão financeira e a tecnologia. A cobertura diária dos eventos chegou a comportar de duas a três páginas, sendo que a reunião ocorrida em São Paulo, a ECOBRASIL, também recebeu matérias. Questões de ordem infra-estrutural colaboraram para que a equipe envolvida e a quantidade de papel não fossem acrescidos. (Informações fornecidas por Francisca Stella Fagá, editora de meio ambiente do jornal em entrevista ao autor. 20/08/95).

A jornalista Daniella Chieretti, que como foi mostrado trabalhou para a *Folha de SP* durante a Conferência, teve uma

passagem anterior pela Gazeta Mercantil, como profissional especializada na cobertura ambiental. E, segundo ela, se for feita uma comparação entre a perspectiva dos dois jornais, nota-se que, enquanto a Folha de SP adota um tipo de enfoque específico sobre o evento oficial, no caso envolvendo financiamento e política internacional, a Gazeta Mercantil dispõe de outra postura que é mais abrangente e aprofundada:

"...o enfoque da Folha era específico. Se você for ver a Gazeta Mercantil era diferente, pois ela cobria tudo. E como o jornal já tinha há anos um espaço, ela falava nas filigranas. A Folha não podia fazer isso. Ela tinha que ir atrás do grande assunto..." (DANIELA CHIARETTI, entrevista ao autor, 19/08/97).

Segundo Daniela Chiaretti, a tradição do jornal com a editoria de meio ambiente, que é uma de suas referências importantes, faz a diferença que se reflete na discussão muitas vezes mais recorrente e específica (referência às filigranas) da temática ambiental.

Um dos assuntos que a Gazeta Mercantil cobriu com maior destaque que outros jornais foi exatamente a questão da transferência de tecnologia dos países desenvolvidos para os do Terceiro Mundo, problema controverso que envolve programas de financiamento de empresas privadas e agências transnacionais e direitos de propriedade intelectual.

Dispondo de um capítulo de 10 artigos na Agenda 21, o debate sobre transferência de tecnologia consistiu em

oportunidade para a *Gazeta Mercantil* expor suas posições de órgão de comunicação ligado aos interesses do livre mercado.

Nos embates em torno da versão de desenvolvimento sustentável compatível com as características da sociedade moderna o enfoque de mercado tem adquirido hegemonia no interior do pensamento empresarial e parte dos economistas com sensibilidade ecológica (Ver também DRYZEK & LESTER, in LESTER (org.), 1989). Rejeitando o papel do Estado enquanto agente alocador dos bens naturais, e não aceitando incondicionalmente as posições dos agentes ambientalistas, os defensores do mercado apostam nessa instituição como o principal articulador das necessidades ambientais em escala mundial.

"O enfoque de mercado afirma que através da lógica intrínseca do mercado, com significativa apropriação privada dos recursos naturais e da qualidade ambiental e expansão dos consumidores verdes, pode-se avançar eficientemente na direção de uma sociedade sustentável...O enfoque de mercado prioriza o princípio da eficiência alocativa por sobre a equidade social. Tal enfoque é cada vez mais forte no mundo empresarial (onde o desenvolvimento econômico, sem considerar o ambiente, está em decadência) e está ganhando certa força entre os economistas ambientais" (VIOLA & LEIS, 1992 p.80-1).

Um dos pontos principais da discussão sobre transferência de tecnologia, o acesso de países subdesenvolvidos a conhecimentos detidos por empresas privadas, ao cabo da Conferência estava em consonância com

os interesses dos grandes grupos de capital privado, mas pela forma em que ficou acordado estão isentos de controle direto por parte dos governos. Sobre isso a Gazeta Mercantil comenta:

"Ao reiterar o reconhecimento dos direitos de propriedade intelectual, a Agenda 21 equilibra a necessidade de acesso dos países em desenvolvimento com os direitos principalmente das empresas privadas que detêm as tecnologias" (*Transferência de tecnologia em bases favoráveis*, Gazeta Mercantil, 13/06/92 p.11).

Dessa forma, possíveis impedimentos alegados sob a forma de ingerências sobre a propriedade intelectual das empresas privadas, de grande semelhança com o que ocorreu no caso da Convenção da Biodiversidade, ficaram descartadas nas decisões finais. Consenso adquirido com o aval do jornal.

"O capítulo foi redigido de tal forma que anulou as resistências dos países ricos quanto a possibilidade de as empresas privadas serem obrigadas a abrir mão de seus direitos sobre a propriedade intelectual. Os mecanismos destinados a facilitar o acesso são essencialmente financeiros, que exigirão a participação de governo e de instituições multilaterais e regionais" (Gazeta Mercantil, idem).

Diferentemente dos jornais voltados para o grande público, ou conforme Medina (1988), de angulação massa, a Gazeta Mercantil reproduziu declarações na íntegra de diferentes personalidades, entre chefes de Estado e do presidente do Fundo Monetário Internacional, Michel

Camdessus, George Bush, Fernando Collor e outros chefes de Estado.

Outra diferença de programação da Gazeta Mercantil frente às coberturas de veículos de imprensa destinados ao grande público, refere-se à ausência de matérias voltadas ao comportamento, discussão de acontecimentos sem valor informativo. O caso da acusação de estupro que teria sido praticado pelo índio caiapó Paulo Paiake não recebeu cobertura significativa em nenhuma edição no espaço destinado aos eventos.

Os jornalistas que cobriam a Conferência no Riocentro dividiram-se basicamente em termos geo-políticos, cada um em contato mais frequente com determinadas delegações, principalmente a brasileira e de países desenvolvidos (EUA, Alemanha, Japão). A equipe dispunha de dois profissionais especializados em meio ambiente a nível de edição e reportagem. Mas, ao contrário da Agência Estado e da Folha de São Paulo, a Gazeta Mercantil não selecionou jornalistas para cuidarem exclusivamente de questões temáticas.

O jornalista José Casado ocupou na Gazeta Mercantil uma posição muito semelhante às desempenhadas pelos correspondentes internacionais na Agência Estado e ao repórter Fernando Rodrigues na Folha de SP. Jornalista experiente e acostumado a coberturas internacionais, ele foi selecionado pelo jornal para discutir, com espaço privilegiado em matérias de primeira página, os encaminhamentos diplomáticos e os embates entre os países

desenvolvidos e não desenvolvidos envolvendo financiamento. Da mesma forma que nos outros jornais, questões temáticas de meio ambiente tinham papel secundário nas análises desenvolvidas por esses profissionais que tiveram muita valorização na cobertura a nível de espaço.

Além de delegações oficiais de países participantes, membros das Nações Unidas e setores diplomáticos a Gazeta Mercantil, por ser um jornal voltado à classe empresarial, cobre os posicionamentos de representantes de instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, OEA e outras entidades transnacionais. No capítulo seguinte será mostrado como esses setores sociais são valorizados enquanto fontes de informação por esse jornal.

É interessante notar que, mesmo com um espaço diário dedicado a eventos ambientais e contando com profissionais especializados, o jornal não se interessou pelo Fórum Global das ONGs e Movimentos Sociais, de forma que ele não deslocou pessoal para cobrir especificamente o evento, e as poucas matérias a ele relativas são fruto de incursões ocasionais dos seus jornalistas. A justificativa dada pela editora-chefe Francisca Stella Fagá, por intermédio de entrevista, reporta-se basicamente a problemas de ordem infra-estrutural e falta de pessoal.

O pouco interesse jornalístico que o Fórum Global despertou na forma de ausência de notícias estaria

relacionado à pouca repercussão do evento na problemática financeira a curto prazo.

2.3.5 Revista Veja

Detentora de uma das maiores tiragens do país, a revista Veja, de circulação semanal, também foi elencada dentro de nosso levantamento. Os dados sobre a organização e o enfoque para a cobertura, porém, não puderam ser analisados pela nossa pesquisa.

O enfoque dado pela revista Veja não se diferenciou significativamente daquele imprimido por outros veículos. A discussão principal ficou centrada no impasse criado pela negativa do executivo americano em assinar o tratado da Biodiversidade, e questões subsidiárias compuseram a cena: os problemas de financiamento entre as regiões Norte e Sul, em menor grau as convenções de Clima e a Declaração de Princípios sobre Florestas. Uma diferença importante relacionada à cobertura temática frente a outros veículos, especialmente a Folha de SP, traduz-se na ênfase que a revista deu à questão demográfica, o que será analisado adiante.

O espaço dedicado à cobertura dos eventos teve sensível variação. Após o início dos eventos a informação sobre a Conferência declinou em número de páginas sensivelmente. Se

na edição de 03/06/93 trinta e uma (31) páginas foram dedicadas à apresentação dos temas-chave e alguns dos atores participantes nas discussões, no lançamento seguinte as informações sobre os eventos ocuparam o número de quatro (4) páginas (10/06/92).

Essa edição do dia 10/06/93 da revista *Veja* foi contundente por ter trazido uma denúncia de estupro que teria sido cometido por Paulo Paiakã, líder indígena da tribo dos caiapó. Esse episódio ficou fortemente associado ao advento da Rio92 e principalmente ao movimento ecologista e Fórum Global².

O evento do Fórum Global foi citado pela revista na grande maioria das vezes nas matérias que tratam do caso do suposto estupro cometido pelo líder caiapó Paiakã. Em reportagens que discutem a Conferência Oficial o termo Fórum Global aparece esparsamente³, e nas cinco (5) páginas dedicadas a descrever a militância de determinadas Organizações Não-Governamentais nacionais e internacionais e a sua presença no Rio de Janeiro, o evento deixa de ser mencionado.

"Sob a denominação pomposa de Organizações Não Governamentais (ONG, para os íntimos), a variada fauna dos ecologistas vai baixar em peso na Eco92, e promete fazer barulho" (*Guerreiros do Verde*, *Veja*, 03/06/92, p.86-90).

Da mesma forma que outros órgãos de comunicação, a revista *Veja* recomenda também que o apelo dos cientistas,

feito através do documento de Heidelberg, seja levado em consideração de forma que as discussões na Conferência escapem do irracionalismo contido nas propostas ambientalistas. Segundo a revista, mesmo o presidente norte-americano estaria sofrendo à época pressões da parte do movimento ambientalista que careceriam de fundamento.

"O presidente norte-americano traduz a frustração de uma parte da opinião pública com o irrealismo frequentemente encontrável nas reivindicações dos ecologistas" (*O Norte diz não*, Veja, 10/06/92 p.76).

Na edição seguinte, lançada dia 17/06/92, seis (6) páginas trataram exclusivamente das discussões professadas na Conferência Oficial, sendo que quatro (4) delas eram dedicadas ao problema do crescimento demográfico mundial, em termos inquietantes.

"Um mostrador digital de parede instalado no Riocentro durante a Eco92 marcou em silêncio números que, pela sua elocução, deveriam ser gritados a cada um dos chefes de Estado presentes à Conferência. O painel digital exibiu duas fileiras de números. Uma delas marcava a população da Terra aumentando de três novos habitantes a cada segundo. A outra mostrava que o planeta perde um hectare de solo aproveitável para a agricultura a cada oito segundos. A equação é de simples entendimento e seu resultado prático é o colapso planetário" (*A Bomba-relógio*, Veja, 17/06/92, p.40).

O texto procura dimensionar a relação entre meio ambiente e população de forma a reproduzir o pensamento neo-

malthusiano, que defende em termos geralmente alarmantes o inescapável conflito envolvendo crescimento demográfico e finitude de recursos naturais. A concepção neo-malthusiana aplicada à temática ambiental tem tradição junto ao pensamento demográfico e seus limites e desvios têm merecido considerações (HOGAN, 1988; MARTINE, 1993).

Além do fato, já detectado pelos demógrafos, de que as tendências de crescimento populacionais são declinantes no futuro próximo em diversos países, mesmo os subdesenvolvidos, deve-se levar em conta que causas importantes e de grande irreversibilidade de degradação dos ecossistemas (chuva ácida, efeito estufa, destruição da camada de ozônio) têm origem nos países desenvolvidos, que são exatamente aqueles não atingidos pelo crescimento vegetativo acelerado.

É necessário ser assumido que a perspectiva neo-malthusiana defendida pela revista é legitimada por personalidades de destaque da comunidade acadêmica, como J. Costeau⁷, baseia-se em argumentos realmente irrefutáveis, segundo a qual um número maior de pessoas tende a consumir altas quantidades de recursos.

O problema, segundo Martine (1993), reside no desvio de atenções representado pelo tratamento unilateral que a questão recebe (limites do crescimento populacional dos países em desenvolvimento) e na consequente ausência de questionamentos acerca dos modelos de desenvolvimento a serem aplicados nesses países para a manutenção dos níveis

de sustentabilidade ecossistêmica. Como consequência disso, o mercado atrai para si as responsabilidades e perspectivas de comandar a organização econômica sem contestação.

"Esse debate não pode ser separado da discussão sobre os modelos de desenvolvimento disponíveis - atualmente limitados à difusão do neoliberalismo e à globalização do mercado. É preciso focalizar mais atenção sobre os efeitos altamente negativos para o meio ambiente global desse modelo e nas implicações da generalização desses padrões para países pobres" (MARTINE, 1993 p.38).

Segundo a mesma reportagem da revista Veja, ocorre exatamente a inversão das prioridades e escalas de importância, onde os modelos de desenvolvimento têm efeito acessório frente às ameaças ao meio ambiente propiciadas pelo aumento populacional.

"Quanto mais cresce a população menos sobra desses recursos para cada pessoa. Se os países ricos consomem exageradamente, é bom que sejam mais frugais - *mas nem que alterem seus hábitos, nem que distribuam sua riqueza, será impossível evitar o colapso, a menos que haja um esforço de contenção populacional nos países pobres*" (A Bomba-relógio, p.41, grifo nosso).

A discussão do caso japonês pela revista traz algumas contradições interessantes que se imbricam no debate sobre padrões de desenvolvimento e pressão demográfica. Na edição do dia 03/06/92 a revista dedica duas (2) páginas (82-3) a destacar a avançada situação ambiental japonesa e apontando

o desenvolvimento tecnológico e a economia de mercado como os responsáveis pelo salto qualitativo conseguido pelo país na área.

A alta densidade demográfica verificada no país asiático, no entanto, não tem se colocado como empecilho ao desenvolvimento e bom desempenho ambiental. Isso em virtude basicamente das condições financeiras favoráveis.

"Quando se transferem densidades populacionais como as da Holanda e do Japão para o Hemisfério Sul o resultado é que o estoque humano empacotado tem de enfrentar ainda a pobreza. A consequência é o sofrimento humano intenso (cf. *Bomba-relógio*, *idem*).

Dessa forma, a pressão populacional, para a revista *Veja*, não se qualifica em problema *per se*, mas na medida em que está acompanhado de índices significativos de pobreza. E os países subdesenvolvidos, na opção entre alterar seus níveis econômicos ou diminuir sua população devem obrigatoriamente, dentro do esquema neo-malthusiano, escolher a segunda.

Interessante atestar que a matéria sobre demografia da revista *Veja* (17/06/92), publicada após a Conferência Oficial e dispondo de grande espaço, estranhamente, não informa sobre os elementos importantes do debate populacional realizado na Conferência Oficial. Além de não fazer menção aos acordos feitos durante a Conferência pelos representantes oficiais, ela ainda omite a aproximação

ocorrência entre Estados Unidos, para reconhecimento e defensor de medidas de planejamento demográfico, e o Vaticano na recusa ao controle populacional e planejamento familiar.

O Fórum Global recebeu também muito pouco destaque na edição do dia 17/06/92. O evento foi tratado em duas oportunidades: em uma matéria, localizada na área de Crime (p.82 a 84), que discute os desdobramentos do caso Paqueta; e em outro que compara o evento com a ovação ao discurso do líder cubano Fidel Castro.

"Fidel fez um discurso de cinco minutos, o mais curto de sua carreira de orador. A retórica agradou. O plenário reagiu como a reunião dos esquisitos do Fórum Global, o convívio das Organizações Não Governamentais no aterro do Flamengo, com aplausos delirantes" (Revista Veja, 17/06/92, p.38)

De forma que, a semelhança de outros jornais que não discutiram a produção dos Tratados do Fórum Global, as discussões lá realizadas não foram abordadas em nenhum momento.

NOTAS

1 Circulação dos periódicos no período jun/1992, terça e sábado:

Folha de São Paulo- 356.416

O Estado de São Paulo- 218.457

Jornal da Tarde- 91.616

Gazeta Mercantil- 70.362

Fonte: Revista Imprensa jun/1992.

Revista Veja - tiragem em 03/06/92- 901.000 exemplares.

A escolha da imprensa paulista se deu por conta de sua importância dentro da mídia impressa brasileira. Dos 1.537 títulos existentes na região sudeste, 961 concentram-se no estado de São Paulo.

No país existem 391 jornais de circulação diária. Entre esses 112 localizam-se em São Paulo e Minas Gerais, vem em seguida com 34.

Fonte: ABRE (nov/abr 1992)

2 Nas edições de 01/06/92 (*ONG: proposta concreta*) e 15/06/92 (*Cresce papel das ONGs*) o jornal mencionou os tratados do Fórum Global, mas sem detalhes nem análises.

3 Apenas no ano seguinte, 1993, o mercado anunciante reacqueceu, e principalmente os jornais conseguiram erguer a venda de espaço para fins publicitários. De acordo com o Projeto Inter-Meios, do ano de 1992 para o seguinte o aumento dos investimentos em publicidade nos jornais foi da ordem de 28%, enquanto que o da televisão girou em torno de 18% e revistas aproximadamente 14%. Nesse período a Folha de SP teve acréscimo de cerca de 36% em termos de número de páginas destinadas a publicidade, ficando ainda atrás do Jornal da Tarde (50%) e do Estado de São Paulo (48%) e bem à frente do Diário Popular (8%) (Meio & Mensagem - fev/94).

4 O Secretário de Redação informou que os dados disponíveis sobre a cobertura se encontravam publicados pela revista e que não haveria necessidade de outras vias.

5 Devido à falta de dados sobre o processo e por desviar dos nossos propósitos desta pesquisa, não entraremos no mérito da discussão do episódio.

6 Na página 65 da edição de 03/06/92 o Fórum Global é citado como um dos eventos a ocorrer no Rio no período e comparado com o festival de Woodstock. Algumas páginas adiante, nº70 o termo Fórum Global aparece dentro de uma pequena notícia intitulada "Ala Mística". E também na página 95 na matéria "A Natureza Morta" o evento aparece por ocasião de uma mostra de arte que ali deverá ocorrer.

7 Vale notar que vozes da comunidade científica discordantes das posições apresentadas não tiveram espaço, de modo que o texto ideologizou a discussão, denominando outras teses como de "esquerda" e "direita".

3. OS CONTEÚDOS DA IMPRENSA

Neste capítulo pretende-se discutir a produção da imprensa acerca dos dois eventos. Para isso será utilizado um recurso metodológico frequentemente encontrado na pesquisa em comunicação, e também gerador de diversas controvérsias. Trata-se das técnicas de análise de conteúdo das mensagens. Em um primeiro momento, faz-se necessário introduzir, ao menos sucintamente, a técnica e suas aplicações possíveis (seção 3.1.1). Posteriormente apresentar as limitações e precariedades do uso indiscriminado dessa abordagem, centrando foco nos autores que discutem sua viabilidade frente a questão ambiental (seção 3.1.2). A partir disso, pode-se explicitar o tipo de encaminhamento que será dado a esse trabalho em particular e, em seguida, a análise dos dados propriamente dita (seção 3.2).

3. Metodologia

3.1.1 A análise de conteúdo

A literatura que trata da questão ambiental, enquanto tema apropriado pelos meios de comunicação em sua fase moderna, apresenta uma gama variada de tópicos ambientais específicos, como já foi abordado em páginas anteriores, podendo envolver questões de risco ambiental, radiação, resíduos tóxicos, cobertura de desastres (naturais ou não), estratégias de participação do movimento ambientalista e outros.

Além dos temas abordados, a bibliografia difere significativamente frente aos objetivos que pontuam a elaboração destes trabalhos. O impacto das mensagens sobre a opinião pública; a capacidade de influir nas agências governamentais; o grau de profundidade das informações fornecidas pelas reportagens ambientais; a possibilidade de democratização do debate por meio do uso balanceado de fontes de informação; o nível de capacitação técnica dos profissionais do jornalismo, etc. são questões que tem marcado presença enquanto norteadoras da reflexão na área.

O modelo de investigação empírica levada a cabo na Bibliografia sobre meios de comunicação e questão ambiental, contudo, não vem apresentando inovações substantivas no que se refere a recursos metodológicos para análise dos materiais de imprensa. A utilização das técnicas de análise de conteúdo das mensagens constitui-se traço marcante

apresentação das pesquisas sobre a temática ambiental nos meios de comunicação.

A análise de conteúdo corresponde a um conjunto de técnicas desenvolvidas desde o início do século e utilizadas por um número diversificado de especialistas (linguistas, psicólogos, sociólogos) para a decodificação e interpretação das mensagens contidas em diferentes formas de comunicação humana. Historicamente pôde-se verificar que a mídia, e especialmente a imprensa, tem recebido uma atenção preferencial por essa forma de abordagem (Sobre a trajetória histórica das técnicas de análise de conteúdo, ver MUCCHIELLI, 1988).

McQuail (1972) detecta na produção europeia e norte-americana três grandes linhas de utilização dessas técnicas, especificamente junto ao material proporcionado pelos meios de comunicação.

Um primeiro enfoque discute as distorções contidas nos conteúdos dos meios de comunicação frente ao quadro de realidade, ou seja, o caráter seletivo da apropriação de questões sociais por parte da programação da mídia de forma a perpetuar valores; outra perspectiva de análise aponta para as variações de conteúdo professadas no interior dos meios e a relação existente com alterações na conjuntura social; e, por último, as análises de conteúdo incidiriam no esforço de cruzar as características da produção comunicacional com os interesses expressos de sua audiência.

sem, contudo, reduzir os efeitos da comunicação a condutas individualizadas (McGuail, 1972 p.90).

A viabilidade científica em se analisar as mensagens dos jornais ou qualquer veículo de comunicação dentro de parâmetros estipulados pela análise de conteúdo encontra-se invariavelmente condicionada pelo encaminhamento determinado pelo pesquisador.

Vala (1987) enfatiza sobre a existência de um amplo espectro de situações para a efetivação das análises de conteúdo, dada sua condição de um conjunto de técnicas para o ordenamento e compreensão de mensagens e não um corpo metodológico estruturado.

"A análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de informação, não é um método. Como técnica pode integrar-se em qualquer dos grandes tipos de procedimentos lógicos de investigação e servir igualmente os diferentes níveis de investigação empírica" (VALA, 1987 p.104).

Isso significa que, não importando o tipo de material a ser analisado e as questões a ele relacionadas, determinadas mensagens de um texto podem ser decompostas e externar características relacionadas a seu emissor, sempre tendo como ponto de partida as motivações expressas pelo pesquisador na construção das hipóteses. Possibilitando, assim, as inferências deste acerca dos estímulos e condições que determinaram a produção de tal ou qual mensagem (no caso

da imprensa podendo ser editoriais, notícias ou reportagens).

Em certas circunstâncias o caráter estritamente quantitativo e carente de inferências por parte de uma pesquisa calcada na análise de conteúdo - que, aliás, é um dos grandes problemas enfrentados pelos cientistas -, está relacionado aos princípios teóricos que a norteiam e a explicitação pouco clara das categorias e indicadores utilizados.

3.1.2 Limites da abordagem

Recentemente, há controvérsias quanto a viabilidade da utilização destas técnicas especificamente com vistas a compreender a atuação dos meios de comunicação frente à discussão de meio ambiente. Considera-se principalmente que a quantificação muitas vezes excessiva desse tipo de abordagem obstaculiza o entendimento amplo das questões que envolvem a problemática.

"The few studies that have been carried out in this area have tended to rely primarily upon quantitative methods such as content analysis of media texts or questionnaire-based surveys...While quantitative methods are certainly very useful in many areas of media analysis they do not lend themselves very well to the field of environmental reporting" (ANDERSON, 1991 p.460).

A área necessitaria de se apropriar de outros recursos metodológicos com vistas a abarcar elementos ausentes do

enfocue característico das análises centradas no conteúdo manifesto.

"...quantitative methods are inappropriate if one seeks to uncover the latent meanings within media discourse and the taken-for-granted assumptions of journalists covering environmental matters. Indeed, less structured methods allow scope for creativity and interpretation and are no less valid than more positivist approaches. Whilst content analysis produces a huge amount of statistical information on the frequency with which items appear, it does not allow the researcher to analyse how meanings are constructed through language and imagery and the overall context in which they are placed" (ANDERSON, 1991 p.460).

Hansen (1991) defende uma forma de abordagem que se aproxima da crítica elaborada por Anderson, de maneira que o contexto cultural de onde são produzidas as informações adquire uma importância central na compreensão de seu conteúdo ideológico, não podendo ser captado por meio de técnicas que centram suas atenções unicamente nos meios de comunicação (ver seção 1.2.3).

Os autores que tratam do problema da diversidade de definidores na imprensa americana e apontam a tendência de predominância das fontes oficiais (seção 1.4) chamam também atenção aos limites impostos pelas abordagens que enfocam sobre os conteúdos da mídia. Estas permitem antever um padrão de atuação dos meios de comunicação na construção social do debate, mas não possibilitam inferências acerca

dos mecanismos de seletividade de informações por estas impostas.

"...by the time an issue reaches the public, the key decision making has already been exercised. Thus, while content analysis may give us some indication of the status quo, it can not document how given issues come to be included on the agenda in the first place" (BROWN ET ALII., 1987 p.54).

A utilização das técnicas de análise de conteúdo possibilitariam também, além do nível de diversidade de informações tornadas disponíveis pelos meios de comunicação, determinar quais os tipos de atividade jornalísticas que engendram a participação de diferentes tipos de fontes. A título de exemplo, reportagens trazem uma pluralidade maior de agentes sociais, principalmente cidadãos sem filiação, do que notícias do jornalismo diário, que se utilizam preferencialmente de indicadores oficiais (HANSEN, ..., 1991).

Stone (1971), em um artigo sucinto e importante sobre a perspectiva de atuação das técnicas, afirma que geralmente a possibilidade dessas limitações se impõem na encaminhação das pesquisas está condicionada tanto à falta de explicitação do quadro teórico e das inferências¹ que o pesquisador se propõe a implementar como também ao objetivo de pesquisa se concentrar unicamente na caracterização dos conteúdos.

"Parece-nos que o pesquisador tem uma dupla obrigação, para consigo próprio e para com o público, de explicar claramente as inferências que está fazendo. Diversos analistas de conteúdo, muitas vezes preocupados com aferições de medida, pensaram poder limitar-se ao nível puramente factual e deixar o leitor tirar suas conclusões..."(STONE, in COHN (org.) 1971 p.327-8).

Segundo o autor, essa situação é resultante do fato de a análise de conteúdo ter sido pensada historicamente apenas enquanto técnica, ao passo que suas pretensões científicas ocuparam um espaço secundário.

"Discussões passadas sobre a análise de conteúdo deram pouca atenção a seu contexto mais amplo. Apesar de a definição de Berelson especificar que a análise de conteúdo é uma "técnica de pesquisa", deu-se muito pouca ênfase à sua finalidade enquanto pesquisa"(STONE, idem p.327).

Indubitavelmente, podem ocorrer situações onde o diagnóstico de Anderson (1991) se faça presente. Na medida em que o pesquisador conduzir a investigação de modo a apresentar um quadro quantitativo meramente descritivo e formular categorias que não abranjam com acuidade os temas em questão, sem superar seus efeitos a nível puramente manifesto, o resultado do empreendimento pode não transcender o patamar de obviedade e dificultar a inferência sobre os emissores e receptores da comunicação.

O presente trabalho admite a propriedade dos argumentos referentes à limitação das técnicas de análise de conteúdo

no sentido de compreender determinações, por vezes intrínsecas às empresas de comunicação, das condicionantes que envolvem a veiculação de fatos ambientais e também em sua quantificação por vezes extensiva. E procura estabelecer parâmetros para efetuar uma análise dos conteúdos que simultaneamente respeite o âmbito da abordagem e aproveite seus recursos quando apropriados.

3.1.3 Justificativa metodológica

Uma forma possível de se superar os problemas de ordem metodológica encontra-se em dimensionar a amplitude que cada forma de abordagem adquire na constituição da pesquisa e como os objetivos que permeiam a utilização das técnicas podem suprir deficiências postas de antemão.

Nesse sentido, a utilização de recursos advindos das técnicas de análise de conteúdo neste trabalho tem por objetivo acrescentar outros elementos para a análise, uma vez que foram utilizadas formas de abordagem no capítulo anterior envolvendo discussão dos textos primários de imprensa e entrevistas com profissionais envolvidos na cobertura, que proveram a pesquisa de diferentes informações que seriam inacessíveis por intermédio exclusivo dos procedimentos em questão neste capítulo.

Na análise dos conteúdos que se pretende aqui realizar não será dada ênfase apenas em levantamentos quantitativos extensos e que muitas vezes possibilitam conclusões pouco ilustrativas. No caso, seria por exemplo saber quais os

temas ambientais a que foram dispensados maior número de notícias. Pode ser um dado significativo, mas que não acrescenta conhecimento acerca do tipo de concepção a qual estão submetidos os tópicos salientes, o qual se qualifica aqui como um dos problemas fundamentais a ser debatido em um trabalho sobre a discussão ambiental nos meios de comunicação.

Isso não significa, contudo, que o recurso da quantificação seja inteiramente preterido. Pretende-se fazer um levantamento de tipo estatístico em torno das fontes de informação e estabelecer a incidência e o contexto de apresentação de determinadas delas.

Pretende-se aqui utilizar a análise de conteúdo de maneira também a explicar a percepção de determinado problema ambiental por parte da imprensa, contando com a utilização de categorias de cunho sociológico que descolam sua atuação dos parâmetros imediatamente observáveis (como, por exemplo, a frequência ou ausência de informações). Por intermédio dessas categorias, a discussão ambiental poderá ser avaliada não enquanto volume e acuidade de informações, mas como questão social que em seu interior se presta a diferentes definições.

Ilustrativo de uma pesquisa na área dos meios de comunicação que trata de um importante episódio ambiental, o texto de Friedman et alii. (1987) pretende, através da análise dos conteúdos de determinados jornais e redes de televisão americanos, avaliar o grau de informação

possibilitado ao público a estreia do incidente nuclear ocorrido em Tchernobyl, União Soviética, no ano de 1986. Nesse empreendimento, os autores avaliam a quantidade e o tipo de informação veiculada, de maneira a diagnosticar se o público consumidor das notícias teve acesso a um padrão aceitável de elementos sobre o ocorrido ou, ao contrário, se a atuação da imprensa foi ineficiente.

O presente trabalho, diferentemente, não pretende elaborar um diagnóstico que avalie a cobertura da Conferência das Nações Unidas e do Fórum Global no sentido de se foi aceitável ou não, ou se forneceram as informações suficientes ou, ainda, qual a incidência de tal ou qual tópico. Essa perspectiva, do nosso ponto de vista, filia-se a uma compreensão de tipo funcionalista do problema, a qual esta análise não corrobora.

Em resumo, dentro dessa perspectiva tentar-se-á entender como as mensagens produzidas atende aos dois eventos em questão se filiam a quais formas de compreensão da problemática ambiental, dentro de uma discussão teórica que vem sendo inserida na literatura sociológica.

3.2 A análise

A análise dos conteúdos que se pretende aqui desenvolver do material da cobertura contém duas abordagens autônomas. Inicialmente será feito o levantamento e análise das fontes de informação utilizadas pelos jornais e revistas durante o período em que ocorreram os eventos.

Posteriormente, a avaliação em torno das concepções de meio ambiente presentes na discussão da Biodiversidade.

3.2.1 O mapeamento das fontes de informação

Para fins de classificação das fontes de informação presentes na cobertura, estas foram divididas em quatro grandes categorias:

- fontes oficiais: englobam chefes de Estado, ministros, chanceleres, diplomatas, governadores.
- fontes não-oficiais: correspondem a essa categoria membros da comunidade científica, desde que não ocupem cargos ligados ao poder público; representantes de entidades da sociedade civil, podendo ter interesses ecológicos ou não; componentes do poder legislativo (deputados).
- fontes indeterminadas: aquelas cuja identificação não é possível se conhecer pela leitura do texto. No jargão jornalístico, é a fonte que se pronuncia *ex off.* Pode acontecer que através da notícia se saiba apenas a que órgão a fonte é ligada. Mesmo assim, para fins de análise, ela se mantém indeterminada (Ver GREENBERG ET ALII., 1989).
- fontes não-filiadas: são aqueles indivíduos que participam da elaboração da notícia mas sem vincular suas posições a um grupo ou entidade.

A forma de se identificar a presença de determinada fonte em uma unidade noticiosa obedeceu a dois critérios: o sujeito deve estar expondo, através da notícia, uma posição sua ou de seu grupo, por meio de discurso direto (com " ")

ou indireta (isto é, disse que...) cada fonte foi contada apenas uma vez em cada notícia (se na mesma notícia fosse citada mais vezes, não foi levado em consideração).

De maneira geral, sem discriminar os diferentes jornais, pode-se constatar um resultado expressivo mas nem por isso surpreendente.

Na tabela 1 consta os percentuais de referência às fontes de informação de forma não-discriminada, ou seja, o total de vezes não importando quais periódicos:

TABELA 1

percentual das diferentes fontes de informação

fontes

Oficiais	60,60%
----------	--------

Não-oficiais	25,52%
--------------	--------

Indeterminadas	7,34%
----------------	-------

Não-filiadas	6,51%
--------------	-------

Período entre 01 e 15 Junho/72

As fontes oficiais tiveram preponderância em termos numéricos frente as outras fontes. Mais da metade das fontes discriminadas se associavam diretamente a governos e delegações oficiais.

Os elementos vinculados a entidades ambientalistas ou a comunidade científica, ou os dois simultaneamente, tiveram visibilidade notadamente inferior, porém acima das fontes indeterminadas e não-filiadas.

Como se pode constatar pelos números da tabela, de forma geral as fontes oficiais, envolvendo chefes de Estado, embaixadores e diplomatas, predominaram amplamente na cobertura da grande imprensa paulista, suplantando a soma das três outras categorias (84%).

Isso não significa, contudo, que as proporções sejam idênticas no tocante a cada um dos jornais e revistas especificamente. Determinadas disparidades são nítidas, como se pode comprovar pelos dados da tabela 2, a seguir:

TABELA 2
percentual das quatro categorias de fontes dispostas nos jornais

periódicos	fontes			
	Oficiais	N-ofic	Indet	N-fil
O Estado de São Paulo	57,95%	24,14%	9,94%	7,95%
Folha de SP	54,81%	28,87%	6,27%	10,04%
Jornal da Tarde	55,00%	27,13%	9,48%	7,02%
Gazeta Mercantil	78,85%	18,50%	2,64%	0%
Veja	41,02%	48,7%	5,12%	5,12%

Pode-se perceber que os quatro jornais diários apresentam estatisticamente um padrão semelhante de utilização das fontes de informação. As fontes oficiais representam mais da metade do total, com percentuais ligeiramente inferiores ao registrado na cobertura geral, enquanto que as não oficiais giram também em torno de 25 e 30%. As outras duas categorias continuam possuindo uma incidência inferior, alcançando os dois dígitos em apenas uma oportunidade (FSP - N filiados).

vale notar o padrão desviante apresentado pelos índices do jornal Gazeta Mercantil e da revista Veja.

O primeiro radicaliza o hiato existente entre as fontes oficiais (80%) e as demais. Tratando-se de um jornal diário que não é dirigido ao grande público, ele traz conteúdos e formas de apresentação que escapam ao padrão de angulação masso, o que se reflete também na apropriação das fontes. Note-se que ele não trabalha com questões comportamentais ou curiosidades, que geralmente se utilizam de fontes não filiadas, as quais tem incidência nula no período⁴. E também não inclui fotos em sua programação visual.

Outro periódico que apresenta distorções no nível de aproveitamento das fontes de informação é a revista semanal Veja. Contrariamente aos jornais diários, as fontes de informações oficiais não predominam e, ao contrario, são sobrepujadas pelas não oficiais. Em realidade, a diferença não é altamente significativa (87%), caso se leve em conta principalmente que a utilização de fontes primárias de informação em números absolutos é bem menor em comparação aos jornais diários.

Os números demonstram que determinados setores dispõem de visibilidade diferente na produção cotidiana dos meios de comunicação no tocante aos dois eventos: a Conferência das Nações Unidas e o Fórum Global. Eles permitem antever que os atores próximos à discussão ambiental e distantes dos centros decisórios, que aqui se encontram classificados como

não-oficiais, ocupam posição de relativo destaque no cenário, tendo aproximadamente 25% do espaço de informação.

Tais dados, porém, são passíveis de problematização e não necessitam ser aceitos de forma incontestada. O contexto de apresentação da fonte não-oficial e o tipo de informação que ela apresenta são elementos que trazem aprofundamento na sua caracterização, possibilitando referência sobre o que Hansen (1991) denomina a legitimidade diferencial das fontes de informação. Segundo esse autor, o fato de setores ambientalistas ocuparem espaço nos meios de comunicação como fontes regulares de informação não garante *per se* sua apresentação na forma de debatedores iguais frente a outra categoria de fontes, sejam oficiais ou não (tendo em vista a comunidade científica).

Levando em conta o problema da legitimidade diferencial das fontes, foi realizada também uma análise que ficou restrita às fontes não-oficiais, que foram por sua vez decompostas em quatro (4) sub-categorias: comunidade científica, ambientalistas, políticos e representantes de agências transnacionais.

Em determinadas situações um membro da comunidade científica que atuou como fonte de informação para a imprensa pode se enquadrar em outras categorias, como é o caso do então ministro J. Goldemberg, ou do cientista político José Augusto Pádua, representante da entidade *Greenpeace* e classificado no levantamento como ambientalista. Procurou-se discernir os membros da

comunidade científica por aqueles acadêmicos que, à época, não ocupavam cargos eletivos ou de confiança e não atuavam como representantes de ONGs (organizações não governamentais).

O grupo de políticos segue critérios semelhantes. Os parlamentares que foram apresentados como fontes primárias de informação e não tendo posicionamento enquanto membros de ONGs, mas sim como quadros partidários, foram enquadrados na sub-categoria dos políticos.

Os representantes de agências transnacionais referem-se a uma sub-categoria que inadvertidamente firmou-se enquanto fonte de informação no período, ocupando espaço de destaque em determinados momentos da cobertura dos dois eventos. As agências de especial repercussão foram notadamente o FMI, GATT, BID e BIRD².

Na tabela 3 encontram-se dispostas as frequências das quatro (4) sub-categorias contidas no grupo das fontes não oficiais utilizadas pelos periódicos pesquisados e que permitem de antemão importantes observações.

TABELA 3

percentual das sub-categorias de fontes não-oficiais entre os jornais

periódicos	fontes			
	ambient.	com.cient	transnac.	politi.
O Estado São Paulo	50,00%	16,25%	13,75%	11,25%
Folha de SP	56,52%	20,28%	10,14%	13,04%
Jornal da Tarde	61,29%	14,51%	14,51%	9,67%
Gazeta Mercantil	29,26%	39,02%	21,95%	9,75%
Vega	61,11%	27,77%	11,11%	0%

A apresentação dos ambientalistas, como se pode perceber pelo quadro, teve variação percentual considerável de acordo com cada jornal mes. com a exceção do caso da Gazeta Mercantil, foram as fontes não oficiais com frequência predominante na cobertura.

A comunidade científica e os representantes de agências transnacionais apareceram de maneira geral em número significativamente menor, o que não impede de terem recebido em determinadas edições um volume de espaço maior do que os

ambientalistas. (Vale notar que aquelas receberam espaço nos jornais por intermédio de entrevistas exclusivas, o que não ocorreu no caso das fontes ambientalistas). A Gazeta Mercantil se utilizou das últimas em proporções superiores aos outros jornais, em consonância com seus interesses na área financeira.

A partir desses dados poderia ficar patente a visibilidade que as entidades ambientalistas adquiriram no decorrer dos eventos em comparação com os outros três tipos de fontes não oficiais.

Faria-se necessário, contudo, levar também em conta o contexto de apresentação das fontes ambientalistas de forma a determinar se a essa expressão numérica da frequência corresponde à legitimação desses atores na discussão ambiental travada na Conferência oficial e no Fórum Global.

Para isso as fontes não oficiais ambientalistas serão analisadas de forma a se precisar os conteúdos e temas a que são chamadas a discutir por intermédio da imprensa. No caso, quatro possibilidades foram elencadas e divididas em dois grupos: as fontes recorridas podem indicar posicionamentos acerca de um dos dois eventos (CNUMAD ou Fórum Global); fazer críticas ao encaminhamento das discussões ambientais; ou propostas de suas respectivas entidades.

Na tabela 4 estão representados os percentuais das referências na qual fontes não oficiais ambientalistas se reportam aos dois eventos:

TABELA 4

disposição das fontes não-oficiais ambientalistas entre os diferentes eventos

eventos	
CNUMAD	37,14%

FÓRUM GLOBAL	39,04%

outros	23,80%

Como se comprova pelos dados, incluem-se significativamente as citações ambientalistas reproduzidas pela imprensa não se dirige às discussões e produção do Fórum Global, mas se reporta ao evento oficial, geralmente em forma de crítica e denúncia de um representante ambientalista aos processos e resoluções tomados no RioCentro.

De 39,04% das citações referentes ao Fórum Global, que excede ligeiramente ao índice referente a Rio 92, é importante salientar que uma parcela está relacionada com a produção do evento, em termos da elaboração dos tratados e discussões sobre questões ambientais. Porém, parte significativa desse índice (240) reporta-se a problemas de ordem infra-estrutural por que passou o Fórum Global, como falta de dinheiro e desvio de recursos da parte de seus organizadores, e que passam ao largo das problematizações de fundo ao evento.

Diversos outros dados poderiam ser levantados e analisados. Outras sub-categorias poderiam ser classificadas e servir como suporte de uma análise de conteúdo com vistas para o mapeamento das fontes de informação, detectando sua importância para a apresentação do debate por parte da imprensa. Contudo, acredita-se que os números e as questões apresentadas sejam suficientes para fornecer um panorama acerca dos setores sociais que tiveram acesso diferencial à construção das informações e condições de explicitar suas posições enquanto elementos pertencentes a grupos participantes das discussões dos eventos.

3.2.2 A Biodiversidade através da imprensa

Sendo a imprensa um tipo de material não estruturado, onde se encontram dispostos cotidianamente diversos conteúdos disparados, faz-se necessário, para fins de análise, eleger tópicos representativos da amostra, após um primeiro contato, de forma a diferenciar aquelas questões que foram exaustivamente discutidas das tangenciais.

Para o tipo de análise aqui pretendida, não é necessário abarcar a totalidade da amostra, uma vez que o objetivo central constitui em determinar como características do problema ambiental se fazem presentes e as possíveis contradições imbricadas nessa presença.

No caso da cobertura da imprensa paulista sobre a Conferência das Nações Unidas e Fórum Global, o tópico

ambiental mais frequentemente abordado e que possibilita maior material para análise é o da diversidade biológica, ou biodiversidade*. Outras temáticas ocuparam o espaço noticioso, mas seguindo o critério de exaustividade, este é um tópico capaz de ilustrar (ou não) as questões aqui pertinentes.

Definido então o objeto, faz-se necessário explicitar o quadro categorial. Essa etapa constitui-se no momento crucial para o bom encaminhamento da pesquisa. O resultado é a abrangência que o estudo irá lograr encontrarse conditionado à capacidade das categorias descolarem a discussão do nível puramente manifesto das mensagens de maneira a contextualizar a discussão ambiental em outro patamar teórico. Berelson considera este o momento em que os dados adquirem (ou não) pertinência com a problemática colocada pela pesquisa.

"Ainda que seja necessário um desempenho competente em outras fases do processo analítico, a formulação e a definição de categorias adequadas assume uma importância fundamental. Uma vez que as categorias contêm a substância da investigação, uma análise de conteúdo não pode ser melhor do que seu sistema de categorias" (BERELSON, apud COHN (org.), 1971 p.322).

Antes porém de definir as categorias, faz-se necessário circunscrever o espectro teórico apropriado.

O trabalho realizado por Daley (1991) sobre a cobertura do derramamento de óleo pela Exxon Valdez no Alasca em 1989

traz uma contribuição interessante à discussão sobre a apropriação da questão ambiental nos meios de comunicação, na medida em que discute a postura da imprensa americana e seus mecanismos através dos quais ela "naturaliza" o tratamento do episódio por meio de estruturas narrativas que enfatizam aspectos destituídos de responsabilidade social.

"By naturalizing the spill, the disaster narrative placed it outside human control and deflected attention from corporate responsibilities. Reifying social phenomena in this way is a familiar journalistic practice..." (DALEY, 1991 p.47).

Seguindo esse caminho, a literatura sociológica acerca da incorporação do espaço natural por parte das sociedades humanas reconhece a existência de diferentes interpretações para a questão, ocorrendo variações na ênfase depositada sobre aspectos naturalistas e antrópicos.

É apropriada nesse sentido a diferenciação entre os conceitos de ecologismo e ambientalismo, aparentemente intercambiáveis, que reflete um exemplo dessa tensão e permite as diferentes formas possíveis de situar os conteúdos expressos pelos meios de comunicação.

O ambientalismo é um conceito que reflete, segundo Leis (1991), a apropriação da problemática da sustentabilidade ecossistêmica por correntes de pensamento oriundas da cosmologia científico-instrumental que teriam por objetivo, velado ou não, persistir na utilização do meio natural

enquanto fonte de recursos. porém com níveis de intensidade menores.

"O ambientalismo, ainda que prometendo cumprir algumas das tarefas básicas do projeto ecológico, não introduz mudanças fundamentais na mentalidade ocidental moderna, que é por onde se deve começar a trabalhar se realmente quisermos garantir os passos seguintes...O ambientalismo tem um núcleo contraditório e enganoso porque permite acreditar que a humanidade pode estabelecer uma relação de equilíbrio com a natureza sem devolver-lhe nem reconhecer-lhe um papel ativo e criativo, procurando assim de fato adaptar o projeto ecológico ao projeto dominante em nossa civilização" (LEIS, 1991 p.11-12).

O ecologismo, em contrapartida, constitui-se em um projeto de conexão sociedade-natureza que supera definitivamente os paliativos tecnológicos, propondo uma complexa e radical (no sentido aqui de ir às raízes) alteração de enfoque do problema, onde o equilíbrio dinâmico entre os dois elementos ocupa o lugar dos cálculos econômicos em termos de custo-benefício e a perspectiva científica tradicional.

Corroborando esta distinção, o filósofo Murray Bookchin (1977) acentua o caráter instrumental da concepção ambientalista, apesar de alguns avanços que esta possa implicar frente aos padrões de desenvolvimento predatórios da sociedade industrial moderna. A percepção do problema em termos ecológicos é não ambientalista, segundo ele, recorre à questão de maneira a que

"...advances a profound conception of nature and of humanity's relationship with the natural world. It sees the balance and integrity of the biosphere as an end in itself" (BODDWIN, 1977 p.126).

Outros autores utilizam terminologias distintas para exprimir essa mesma tensão entre projetos ideológicos de mudança da relação sociedade-natureza nas sociedades modernas. Os chamados ecologistas superficiais corresponderiam aos defensores da posição ambientalista, enquanto que os ecologistas em profundidade seriam os verdadeiros professores da mentalidade ecológica ampliada (Ver SCHWARTZ e SCHWARTZ, 1990 cap.XVIII).

Poder-se também, em contrapartida, encontrar posturas teóricas que invertem a posição dos dois elementos, de maneira a instituir o meio ambiente como fator que engloba em seu interior as relações sociais e ecológicas. Esta última ocuparia a posição de disciplina científica ligada à interface entre sociedade e mundo natural, mas subordinada à problemática ambiental. Segundo Galloir (1986), o campo ambiental dispõe de elementos normativos e incorpora juízos de valor que o fazem exceder o âmbito da ecologia.

Esse é um debate que permanece fecundo na literatura e não dá sinais de que irá se esgotar em breve. A sua inserção, a essa altura da exposição, cumpre o papel de demonstrar que há uma possibilidade de se trabalhar empiricamente com o material da imprensa de maneira a se aferir quais posições, frente à discussão ambiental, os veículos de comunicação estão tomando, se eles estão cientes

de controversia sobre a interface sociedade-natureza e se existem contradições ou ambiguidades frente a um dado posicionamento.

O tipo de análise que se pretende aqui conduzir tem por meta inserir na análise sobre a diversidade biológica, na forma como foi abordada pela imprensa nos dois eventos, as diferenças possíveis entre concepções que constituem o debate.

Essa análise envolvendo os conteúdos opta por abordar de maneira semelhante a de Daley (1991), distinguindo não aspectos ecológicos e ambientalistas, mas as tendências de valorização dos elementos naturais ou de perspectiva social na definição do problema da biodiversidade.

Em determinadas passagens os periódicos estudados colocam, explicitamente, a obrigatoriedade de se compreender as decisões tomadas na Conferência Oficial não apenas em um plano estritamente presentationista e que várias discussões fundamentais, e a Biodiversidade é uma delas, estão inexoravelmente permeadas por interesses de ordem política e econômica.

"Imagina-se erroneamente que esta conferência terá seu ponto alto em discussões românticas sobre a extinção de bichos raros. Não. O ponto forte da Eco 92 é a questão do dinheiro" (VEJA, *A terra em transe na Eco 92*, 07/06/92 p.54).

A Folia de SP corrobora a posição de que o fundamental naquele momento não residia na preocupação com tópicos

ambientais e científicos específicos, e sim na articulação financeira entre os blocos de países representados nas Nações Unidas. Manchete e subtítulo da edição do dia 01/06/92 confirma a expectativa.

"Conflito entre ecologia e recessão polariza debate no Rio de Janeiro. Na maior reunião de cúpula do planeta, devem predominar as discussões de caráter econômico" (Folha de SP, 01/06/92, *Especial*, p.01).

Isso então excluiria a possibilidade de se trabalhar com os conteúdos de maneira a avaliar a preponderância de vertentes preservacionistas, na medida em que no plano manifesto ocorre uma desautorização, seguida por toda imprensa, a que se subordine a Conferência Oficial e a perspectiva da sociedade civil a um questionamento desprovido de responsabilidades socialmente criadas. Essa posição adotada pelos órgãos de imprensa, contudo, não inviabiliza a consecução da análise nos moldes propostos. Pelo contrário, fornece condições a que se avalie como se dá a conjunção dos elementos que estão constituindo a discussão ambiental contemporânea.

Assim sendo, a categorização a ser aqui desenvolvida intenta trazer o embate entre posturas preservacionistas e societais. O preservacionismo devendo ser entendido como a tendência de valorização a aspectos instrumentais de apropriação e manejo dos recursos naturais, de forma a alienar as posições de ordem social e política.

As concepções societais, ao contrário, trabalham a interface da problemática ecológica com elementos políticos e sociais envolvendo assim o debate com questões que transcendem o enfoque preservacionista.

Para discernir, a nível de conteúdos, as duas ordens de concepções no interior dos textos jornalísticos foram estipuladas unidades de registro, na forma de palavras, especificamente substantivos, que caracterizam as posturas preservacionistas e societais.

A escolha de um grupo de textos para análise ao invés de toda a amostra demanda esclarecimentos. Após uma primeira aproximação do material constatou-se que, por questões de ordem metodológica, os dados seriam mais consistentes caso a pesquisa se ativesse a parcelas da produção dos jornais que tivessem caráter opinativo, e não apenas dados noticiosos. Em virtude de considerável parcela da cobertura conter textos basicamente informativos e não opinativos, por vezes mesmo redundantes, houve receio de que determinados dados pouco representativos tivessem influência sobre a análise.

Em realidade, a preponderância de informações sobre determinados eventos com nenhum ou poucos aspectos opinativos seria em si um aspecto relevante de pesquisa. A análise das notícias poderia trazer dados interessantes também sobre o posicionamento dos jornais acerca, por exemplo, da recusa do governo americano em assinar a Convenção da Biodiversidade. Um caminho para uma tal análise seria definir elementos positivos, negativos e neutros, de

modo a inferir as avaliações que os jornais trazem acerca das posições de tal e qual governo. Como já foi apontado anteriormente, porém, os objetivos que essa pesquisa postula se dirigem a outros pontos de discussão.

Dentre as unidades de registro preservacionistas foram elencados os seguintes termos: espécies, preservação, biodiversidade, florestas, natureza, conservação.

A concepção societal teve por sua vez que ser sujeita a uma divisão, dado que as unidades de registro a ela referente denotavam dois níveis de discussão: o nível diplomático e o técnico.

O nível diplomático imprime à discussão ambiental uma apropriação societal dentro de parâmetros geo-políticos e de interesses nacionais. As unidades de registro principais que constam do material e são ligadas ao nível diplomático: Conferência, governos, interesses, países, convenções, acordos, consenso, divergências e outros.

O nível técnico se enquadra no interior das concepções societais abarcando a discussão ambiental enquanto possibilidade de manejo controlado dos recursos naturais por intermédio de atividades tecnológicas. As unidades de registro que nos textos analisados exprimem esse nível podem ser: produtos, exploração, tecnologia, ciência, indústrias, patentes, royalties.

Um outro nível, que pertence à concepção societal, é o nível geográfico. Este corresponde às localidades que aparecer nos textos e que são relevantes a uma discussão

ambiental, porém ser apontar a uma relação de tipo diplomático. A sua incidência na amostra se torna irrelevante para fins de análise.

Na tabela 5 encontram-se enumeradas as frequências das unidades de registro preservacionistas e societais levantadas em toda a amostra indistintamente.

TABELA 5
frequência das unidades de registro

u.r. (unidades de registro)	frequência
preservacionistas	117

societais técnicas	102

societais diplomáticas	127

é possível perceber que, em consonância com a disposição expressa pela imprensa, as unidades de registro societais tiveram um relevo especial, onde a discussão diplomática em torno do problema da Biodiversidade foi ligeiramente e mais recorrente.

Esses números escondem porém diferenças quanto a importância de cada concepção da problemática da Biodiversidade entre os diferentes jornais analisados. é interessante notar como cada um apresenta um padrão

diferença de apresentação das unidades de registro preservacionistas e societais:

TABELA 6

relação unidades de registro X jornais

periódicos	preserv.	técnicas	diplom. (U.R.)*
O Estado de São Paulo	33	17	17

Folha de São Paulo	20	24	27

Jornal da Tarde	21	17	21

Gazeta Mercantil	14	16	32

Veja	29	28	28

*U.R.(unidades de registro)			

Pelo quadro, o jornal O Estado de São Paulo foi aquele que mais se utilizou de termos preservacionistas relativos à Biodiversidade, praticamente em igual número das societais, enquanto que a Gazeta Mercantil imprimiu uma perspectiva notadamente diplomática ao evento.

A Folha de SP e Jornal da Tarde veicularam a questão em termos societais, notadamente diplomáticos, apesar de que no último a incidência de unidades de registro preservacionistas se iguale aquelas. O texto de Veja segue a mesma tendência, e os termos de caráter técnico tiveram pequena preponderância.

A perspectiva societal técnica variou pouco de acordo com os diferentes jornais, localizando-se em geral entre as outras duas tendências.

Eisien del (1990) chama atenção para algumas das características atreves das quais os meios de comunicação apresentam os eventos ambientais, e que influenciam na forma como esses são construídos e percebidos. Uma delas corresponde ao grau de determinação pelo qual a notícia veicula um dado fato, e que afeta sua contextualização.

"The structure, or frame, imposed by journalists becomes the way an event is defined and organised. For example, public perceptions may vary when sources are described as environmental extremists, or when an outcome is presented as being "certain" (*exposure is fatal*) instead of *probable*...Considerable research in the area of risk communications has demonstrated that these varying "frames" can affect such elements as perceived source credibility, the perceived seriousness of a problem,..." (EISIENDEL, 1990 p.08, grifo nosso).

Logo a determinação uma variável importante na pesquisa em comunicação, e presente nos trabalhos que tratam de questões ambientais, a presente análise consta também da

diferenciação de unidades de proposição, de maneira a dividir os textos por períodos de frases de modo a aferir seus graus de determinação. Após um contato inicial com a amostragem escolhida, notou-se uma distinção nítida, no interior dos textos, entre frases de conteúdo determinado, que possuem sujeitos e objetos definidos, e aquelas indeterminadas, onde não se encontram explicitados os termos da oração.

A simples coexistência, no interior de um texto, de unidades de proposição com sujeitos e objetos determinados e outras não determinadas seria um elemento natural, e previsível, caso não ocorresse um padrão recorrente em relação as unidades de registro que foram acima elencadas.

A proporção de unidades de proposição determinadas e indeterminadas entre os diferentes jornais será mostrada na tabela que se segue:

TABELA 7*relação unidades de proposição X jornais*

periódicos

(U.D.)*

O Estado de São Paulo	9D/61
-----	-----
Folha de SP	9D/141
-----	-----
Jornal da Tarde	3D/51
-----	-----
Gazeta Mercantil	9D/91
-----	-----
Veja	11D/101
-----	-----

*unidades de proposição

Percebe-se que não ocorre uma diferença significativa entre os dois tipos de proposição de forma a que na discussão do tópico ambiental da Biodiversidade balanceiem-se informações determinadas, com sujeitos e questões delimitadas, com as que não permitem aferir manifestamente seu alcance ou agentes envolvidos. Apenas na Folha de SP verificou-se hiato maior (141/9D), nem por isso altamente significativo.

e no instante, porém, que cruzam-se os dados referentes às unidades de registro com as unidades de proposição

determinadas e indeterminadas com alguns resultados especialmente interessantes aparecem. Na tabela 7 estão dispostas as incidências das unidades de registro preservacionistas e societais em relação às suas respectivas unidades de proposição representadas por D (determinadas) e I (indeterminadas).

TABELA 8

relação de unidades de registro X unidades de proposição entre os jornais

periódicos	preserv.	técni.	dipl.
O Estado São Paulo	I11/D22	I11/D6	I12/D5
-----	-----	-----	-----
Folha de SP	I13/D5	I14/D10	I13/D14
-----	-----	-----	-----
Jornal da Tarde	I6/D8	I4/D8	I7/D9
-----	-----	-----	-----
Gazeta Mercantil	I9/D5	I9/D7	I8/D24
-----	-----	-----	-----
Veja	I22/D7	I15/D13	I10/D16
-----	-----	-----	-----

Pode-se observar um padrão constante na relação entre as unidades de registro societais e preservacionistas e suas respectivas posições no interior das unidades de proposição.

Nos jornais Folha de SP, Gazeta Mercantil e revista Veja, as perspectivas preservacionistas e societais técnicas são preponderantemente indeterminadas, enquanto que as societais diplomáticas são em maioria determinadas.

Vale notar que exatamente nos dois jornais pertencentes à Agência Estado, o Jornal da Tarde e O Estado de São Paulo, ocorrem desvios ao padrão. No Jornal da Tarde a diferença situa-se nas perspectivas preservacionistas e societais técnicas, que são em maior número determinadas. No jornal O Estado de São Paulo a relação é por sua vez interessante na medida em que os índices preservacionistas e societais diplomáticos são perfeitamente opostos aos periódicos restantes. As unidades de registro preservacionistas estão em sua ampla maioria situadas em contextos determinados, enquanto que as societais diplomáticas em indeterminados.

Uma conclusão possível, a partir dos dados, sugere que a Agência Estado, que investiu mais contundentemente em termos de recursos e pessoal (cap.2) foi aquela empresa que dotou os termos preservacionistas de maior acuidade, enquanto que os outros periódicos, a Folha de SP, Gazeta Mercantil e revista Veja, mais declaradamente atentos a aspectos econômicos e estratégicos, enfocaram a questão da Biodiversidade de forma menos precisa sobre os temas envolvendo aspectos preservacionistas e societais técnicos, e por outro lado, privilegiando com precisão as discussões de nível diplomático.

Entre cada uma corrobora de certa maneira as observações anteriores reside no fato de que os jornais que contêm unidades de registro societais diplomáticas em maior número, como é o caso da Gazeta Mercantil e da Folha de SP, localizam-nas principalmente em unidades de proposição determinadas. Nesses mesmos jornais as unidades de registro preservacionistas, em número acentuadamente menor, são dispersas em maior quantidade em u.p. indeterminadas.

É mais significativo, contudo, não constituir-se no inverso dessas proporções. No texto do jornal O Estado de São Paulo, onde é representativa a incidência de unidades de registro preservacionistas, estas se concentram em sentenças determinadas enquanto que as societais diplomáticas, dispondo da metade da frequência, são encontradas principalmente em proposições indeterminadas (no Jornal de Tarde as proporções são semelhantes).

Os dados possibilitam ao pesquisador imaginar um padrão de exposição das concepções preservacionistas e societais no interior dos textos dedicados a debater o problema da Biodiversidade. Apesar das variações registradas em cada jornal sobre a incidência de concepções preservacionistas e societais, os dados permitem concluir que unidades de registro preferenciais de um texto, ou seja, em maior número, tendem a se localizar em períodos definidos e nível de sujeitos e/ou objetos de ação. E, de forma semelhante, as concepções menos relevantes numericamente no interior dos textos ocupam um espaço de indefinição.

NOTAS

1 A literatura sobre as técnicas de análise de conteúdo atesta a forte polêmica existente entre os autores que defendem, como objeto de pesquisa, por um lado, os conteúdos manifestos e, por outro, a inserção de interpretações por parte do cientista, com base no seu quadro teórico e objetivos (Ver MUCCHIELLI, 1988). Por sua vez, STONE (1971) prege a utilização de ambas as perspectivas, do estudo objetivo e sistemático do conteúdo manifesto e a incidência das perspectivas do pesquisador, na forma de inferências, sobre esse material.

2 O período alencado abarca a primeira quinzena do mês de junho de 1992, apesar dos eventos não o cobrirem totalmente. A Conferência oficial foi realizada entre os dias 03 e 14. Os períodos anterior e posterior aos eventos trazem número de matérias pouco significativo, sendo então retirados da análise.

3 Como foi o caso do Prof. José Goldemberg, na época ocupando o cargo de secretário interno do Meio Ambiente.

4 Como exemplo das diferenças de enfoque que a Gazeta Mercantil apresenta em relação a outros diários, nota-se que ele não faz menção ao caso do suposto crime praticado por Paulo Piacê no espaço dedicado à cobertura da Conferência e do Fórum Global.

5 FMI- Fundo Monetário Internacional; BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento; EIRD- Banco Interamericano de Reconstrução; GATT- Convênio Geral das Tarifas e Comércio.

6 Ver capítulo anterior sobre o espaço dedicado à questão da Biodiversidade.

CONCLUSÃO

De acordo com o recente levantamento realizado por Kunst & Witlox (1993), os pesquisadores interessados especificamente na discussão sobre meios de comunicação e a questão ambiental provêm preferencialmente das áreas de comunicação e jornalismo. Esse dado, que pode ser considerado normal uma vez que são esses cientistas que mantêm contato recorrente com a temática de comunicação, produziu no entanto determinada dose de insegurança no decorrer do desenvolvimento deste trabalho.

A questão que se colocou invariavelmente na reflexão teórica e análise dos dados pode ser resumida nos seguintes termos: "como pensar a inserção da questão ambiental no ritmo comunicacional fazendo uso de conceitos de cunho sociológico somente"? ou, de outra maneira, "quais os conceitos e categorias de reflexão jornalística que poder

contribuir para esse empreendimento sem que este perca sua identidade enquanto momento de compreensão de relações construídas socialmente".

Determinadas perspectivas e enfoques foram examinados, ocorrendo que alguns se mostraram inconsistentes frente a um questionamento de suas validades heurísticas, como foi o caso dos impactos dos meios de comunicação (seção 1.2.3); enquanto que outros possibilitaram recursos, na forma de conceitos e técnicas, apropriados para o encaminhamento da análise (perspectiva do *news-making*, ver seção 1.3.3).

Foi experiência cientificamente enriquecedora poder trabalhar com a questão ambiental e, dessa maneira, ter necessidade de buscar em outras áreas de pesquisa subsídios indispensáveis para a compreensão da amplitude que o problema abarca; representando assim, um exercício de interdisciplinariedade, por certo limitado mas significativo, que implicou na constatação das dificuldades e, ao mesmo tempo, inevitabilidade, da pesquisa ambiental em adentrar ramos diferenciados do conhecimento.

O momento de concluir a dissertação serve como espaço apropriado para que se revise tanto as abordagens como os resultados levantados, e também para apontar os caminhos que não foram trilhados, seja por impossibilidades técnicas ou metodológicas, seja por desviarem dos propósitos da investigação.

Para o cientista social debruçar-se sobre o material de imprensa e dele extrair informações que lhe possibilitem

compreender os interesses e perspectivas ali articuladas, é necessário enfrentar de antemão uma dificuldade especial e fundamental para o andamento da pesquisa. Trata-se de um obstáculo recorrente e comum ao contato com outros objetos da pesquisa social, e que consiste em determinar a autoria das idéias expressas nos textos informativos. Sendo que essa autoria deve ser entendida aqui em uma acepção ampla, abarcando não apenas o autor em particular, mas também os grupos e interesses a ele relacionados.

Em determinadas situações a autoria dos textos é facilmente identificável, no caso por exemplo de editoriais, onde estão expressas as posições assumidas abertamente pela empresa.

Em outras circunstâncias, todavia, não se depreende automaticamente quais os setores que se fazem representar pela presença ou ausência de tal ou qual informação, ou em que medida que a linha editorial impõe a ênfase a certos tópicos ou se as limitações materiais contidas na atividade dos jornalistas explicam a ênfase de tal ou qual vies. Esse aspecto torna por vezes temerária a formulação de juízos ou diagnósticos precipitados por parte de quem analisa o posicionamento dos veículos de imprensa, demandando cuidado especial na elaboração de associações e conclusões.

A escolha da Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento e do Fórum Global das ONGs e Movimentos Sociais como objetos de investigação empírica pode suscitar divergências em torno de suas propriedades

enquanto eventos significativos da consolidação da problemática ambiental.

Isso porque esses eventos, frente a discussão sociológica extremamente atual acerca da globalização das atividades financeiras, políticas e culturais, não está representando exatamente as instâncias ou grupos mais importantes. Em relação especificamente à Organização das Nações Unidas (ONU), que foi o organismo promotor da Conferência Oficial, Octavio Ianni (1992) afirma que:

"Continua a ser muito mais uma promessa de governo mundial. Não dispõe ainda das condições juridico-políticas, institucionais e materiais para impor-se como tal. Continua atravessada pelas injunções dos países mais fortes, que possuem capacidade de veto bar como os blocos e alianças permanentes e ocasionais" (p.129).

E os Estados Nacionais, os atores por excelência representantes das Nações Unidas, estariam perdendo espaço enquanto definidores das condutas políticas, inclusive em relação a questão ambiental, frente a instituições financeiras transnacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, mais adaptadas às formas globalizantes e desterritorializadas de circulação de serviços e capitais. Essa é uma discussão sociológica atual e relevante que está sendo trazida por diferentes autores e que é presente trazendo revolução em consideração.

Em relação ao Fórum Global das ONGs e Movimentos Sociais, há quem considere não ter representado um espaço

legítima de diálogo entre os diferentes atores situados à margem das instâncias legalmente instituídas e ainda sujeitos às ingerências de grupos econômicos supostamente imbuídos de interesse ambiental. Frente à atuação desses grupos de natureza econômica, Sachs (1993) adverte para o caráter inoportuno de setores ocupando no evento posição de parceria mas cujos diferentes enfoques sobre o problema ambiental dificultam o estabelecimento de uma agenda comum.

"Não foram discutidas em profundidade as perspectivas frequentemente divergentes entre organizações ambientais e organizações voltadas ao desenvolvimento. As defesas da ecoeficiência, entre os homens dos negócios, receberam muita atenção da mídia e da conferência oficial, mas não tiveram sucesso no estabelecimento de um contato sólido com outros agentes sociais do processo de desenvolvimento" (p.63).

Porém, indubitavelmente a repercussão que os eventos tiveram sobre a discussão ambiental e sua atualidade serviram como base importante para o encaminhamento das reflexões dessa dissertação e, principalmente, auxiliaram na ilustração de situações recorrentes por onde atuam os meios de comunicação.

Esses veículos, respeitando determinadas diferenças editoriais e de organização específicas, teriam reproduzido indistintamente o padrão dos acontecimentos e os temas considerados mais significativos.

A análise possibilitou aferir que, em torno de certos tópicos, os jornais manifestam de forma clara e inequívoca

suas posturas frente à temática ambiental. O posicionamento da revista *Veja* frente à problemática demográfica: o vies imprimido pela *Gazeta Mercantil* ao debate envolvendo transferência de tecnologia; e como a imprensa no plano geral recebeu a manifestação da comunidade científica receosa ao movimento ambientalista foram posicionamentos claramente detectáveis.

A importância do trabalho reside, contudo, em atentar também para os aspectos fragmentários e pouco concisos por onde se assentou a discussão ambiental.

A ausência de discussão na cobertura de assuntos relevantes, como a pobreza e a questão militar, e concomitantemente, a escassa problematização em torno do tema do crescimento populacional contrastam com a ostensiva ênfase dada pela imprensa em aspectos que proporcionam maiores distensões em termos de agenda internacional (como exemplo, a não assinatura da Convenção da Biodiversidade) e ao mesmo tempo preenchem os requisitos de noticiabilidade impostos pelos meios de comunicação.

Independentemente da posição dessas questões no interior da agenda ambiental atual, parece ter ficado patente que a disposição dos índices de relevância, que cada uma dispõe, atendeu a critérios pouco assentados na preemência e busca de alternativas, mas mormente em imperativos de lógica jornalística.

O estabelecimento do perfil dos setores sociais definidores da problemática, enquanto fontes noticiosas,

aponta um padrão extremamente semelhante ao já verificado em outros trabalhos constatando empiricamente a tendência dos meios de comunicação em utilizar-se amplamente de setores com visibilidade social destacada e, ao mesmo tempo, de realizar uma apropriação dos atores não-governamentais em um contexto de legitimação diverso. Sendo que frente a esse padrão tanto a cultura profissional dos jornalistas como a organização empresarial contribuem para a prévia delimitação do selecionamento e apropriação dos grupos representados.

A preparação realizada pelas empresas jornalísticas e a seleção profissional constituíram-se em outros aspectos altamente relevantes na pesquisa, podendo ter sido aquele que forneceu as informações de maior acuidade dentro de um interesse especificamente sociológico. Não por acaso, uma das lacunas mais acentuadas da dissertação talvez tenha repousado exatamente na impossibilidade de acesso a alguns profissionais, que atuaram na cobertura dos eventos e tiveram participação direta na construção das pautas e no contato com as fontes.

Outra possível lacuna da pesquisa, que pode vir a ser apontada principalmente por cientistas ligados à área da antropologia, reside na não intenção em trabalhar com o quadro cultural formado em ocasião dos eventos. O caso do suposto estupro que teria sido praticado por Paulo Paialakã e o tratamento dado pelos meios de comunicação representou um dos episódios mais significativos do período. Este fato poderia fornecer material para uma análise em torno de

percepção dos códigos e práticas sexuais indígenas e o posicionamento da imprensa e comunidade científica frente a tais condutas.

Uma investigação nesses moldes poderia corresponder à proposta indicada por Hansen (1991), em detectar as *cultural resonances* da apropriação da questão ambiental pelos meios de comunicação em forma semelhante à aplicada ao incidente de Bhopal, Índia, em 1984 (Ver seção 1.2.3). Uma tarefa interessante que contudo, pelo que já foi apontado anteriormente em termos de objetivos e instrumental de análise dessa dissertação, foge aos interesses estabelecidos.

Contrariando hipóteses acerca do tema da naturalização da questão ambiental na linguagem informativa dos meios de comunicação, contidas em determinados trabalhos (HANSEN, 1991; DALEY, 1991), a análise dos conteúdos trouxe um problema que não foi possível esgotar, mas sobre o qual dispõe as condições de oferecer caminhos para um futuro questionamento.

A pesquisa procurou adaptar abordagens tradicionalmente utilizadas, como é o caso da análise de conteúdo, de forma a situar a questão ambiental no interior de parâmetros distintos daqueles usuais. Esse constitui-se talvez no momento mais delicado da trajetória, aquele que teoricamente possibilitou as mais sérias problematizações.

A nível geral dos conteúdos estudados, não ocorreu uma tendência já verificada de naturalização do debate e consequente esvaziamento de responsabilidades definidas

socialmente. É temaeticamente analisado, a diversidade biológica ou biodiversidade, demonstrou uma politização extensiva e inclusive ênfase em aspectos antropocêntricos (técnicos e diplomáticos) apesar de que em muitas situações os agentes e as condições onde se encontram o problema da biodiversidade sejam escassamente definidos. A inserção da variável temporal pode trazer outras contribuições para a pesquisa da questão ambiental nos meios de comunicação. Dado que o período englobado por essa análise foi circunscrito e pouco dilatado, tornou-se inviável trabalhar com esse aspecto.

Enquanto hipótese a ser verificada por investigações futuras, os resultados advindos da análise sugerem que a não tendência de apropriação da questão ambiental por enfoques preservacionistas possibilita ao cientista social cogitar acerca de um movimento oposto, e ainda pouco discutido, de subordinação do problema ambiental, em sua apropriação pelos meios de comunicação, ao ritmo dos conflitos e transformações sociais determinadas sobretudo por ingerências e desigualdades nas relações humanas.

Para finalizar, vale remeter à forma com que Boockin (1990), ao elaborar sua proposta de filosofia da natureza, polemiza com o pensamento clássico. Segundo o autor, o problema fundamental reside exatamente na medida em que o pensamento clássico subjugou o mundo natural às dinâmicas próprias do tecido social negando a complementariedade subjacente a estas duas esferas.

"The Presocratic idea of *isonomia* has an analogue in a shared continuity of evolution that is essentially biologically egalitarian"...The *scala naturae* of the living and nonliving, in which each is scaled to "dominate" the other or obey it, is a fiction that projects human hierarchy onto the world around it. It stands at odds with a basic *isonomia* that renders the entire biotic world mutually heteronomous - an ecological *mosaic* based on complementarity rather than a social pyramid based on command and obedience. The fallacies of classical cosmology generally lie not in its ethical orientation but in its dualistic view of nature. For all its emphasis on speculation at the expense of experimentation, ancient cosmology erred most when it tried to join the self-organizing, fecund nature it inherited from the Ionians with a vitalizing force alien to the natural world itself (BOOCKIN, 1990 p.81).

A imprensa, ao impor ao debate ambiental o mesmo enfoque caso à realidade social cotidiana, contribui no sentido de retirar desse discussão um caráter restrito e expô-la para a conjunção com a esfera política. A negociação de suas possibilidades intrínsecas pode levar entretanto a um outro polo igualmente problemático, ou seja, delimitá-lo em aspectos políticos igualmente restritivos.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, A. Source strategies and the communication of environmental affairs, Media, Culture & Society, vol.13, SAGE, 1991.

ANTHONY, R. Trends on public opinion on the environment, Environment, vol.24, 1982.

ATWATER, T. Media agenda-setting with environmental issues, Journalism Quarterly, vol.62, 1985.

BEGOSSEI, A. Sobre a biodiversidade, in Sociedade Civil Planetária, Textos NEPAM n903, Ed.Unicamp, Campinas, 1992.

BOOCKIN, M. Ecology, society, and the myth of biological determinism, in Biology as a Social Weapon, Ann Arbor, Michigan, 1977.

----- The Philosophy of Social Ecology (Essays on Dialectical Naturalism), Black Rose Books, Montreal, 1990.

BOSQUET, M. Ecologia e Política, Editorial Notícias, Lisboa, 1976.

BROWN, J.D. ET ALII. Invisible Power: Newspaper news sources and the limits of diversity, Journalism Quarterly, vol.64, 1987.

BRUNDTLAND, G. AND WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT Our Common Future, Oxford University Press., Londres, 1987.

CAPARELLI, G. Comunicação de Massa sem Massa, Cortaz, São Paulo, 1982.

CAPELATO, M.H. & PRADO, M.L. O Bravo Matutino- Imprensa e Ideologia: O jornal O Estado de São Paulo, Alfa-Omega, São Paulo, 1980.

CAPELATO, M.H. Os Arautos do Liberalismo, Brasiliense, São Paulo, 1989.

COHN, G. (org.) Comunicação e Indústria Cultural, Ed. Nacional, Ed. USF, São Paulo, 1971.

----- Sociologia da Comunicação, Pioneira, São Paulo, 1973.

DALEY, F. 'Bad is too mild a word': Press coverage of the Exxon Valdez oil spill. Journal of Communication, v.41, 1991.

DIAS, M.A. Política de comunicação no Brasil. in Meios de Comunicação: Realidade e Mito, Wertheim, J. (org.). Ed.Nacional, São Paulo, 1979.

DIEGUES, A.C. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis - da crítica dos modelos aos novos paradigmas, São Paulo em Perspectiva, v.06, 1992.

DINIZ, N. Rio 92, 93, 94. ...A Eco continua. in Sociedade Civil Planetária, Textos NEPAM n203. Ed.Unicamp, Campinas, 1992.

DOWNS, A. Up and down with ecology: The issue-attention cycle. The Public Interest, vol.28, 1972.

DRYZEK, J. & LESTER, J. Alternative views of the environmental problematic, in LESTER, J. (org.), Environmental Politics and Policy, Duke Univ.Press., 1989.

DUNLAP, R. Public opinion and environmental policy, in LESTER, J. (org.) Environmental Politics and Policy, Duke Univ. Press., 1989.

DUPUY, J.P. Introdução à Crítica da Ecologia Política, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.

EINSIENDEL, E. From disaster reporting to in-depth coverage, Media Development, v.37, 1990.

ENZENBERGER, H.M. Para uma Crítica da Ecologia Política, Editorial Anagrama, Barcelona, 1973.

ERSKINE, H. The polls: pollution and its costs. Public Opinion Quarterly, vol.36, 1972.

FERREIRA, LEILA Os "Ecos" da Eco92, in Sociedade Civil Planetária, Textos NEPAM n203. Ed. Unicamp, Campinas, 1992 a.

----- Estado e Ecologia: novos dilemas e desafios (A política ambiental no estado de São Paulo), tese de doutorado, IFCH, Unicamp, Campinas, 1992 b.

FERREIRA, LUCIA Introdução: O papel do Brasil nas negociações da CNUMAD-92, in Sociedade Civil Planetária, Textos NEPAM n203. Ed. Unicamp, Campinas, 1992.

----- Os Fantasmões do Vale (Qualidade Ambiental e Cidadania), Ed.Unicamp, Campinas, 1993.

FESTA, F.D. Elementos para uma análise da comunicação na América Latina: perspectivas para os anos 90. Comunicação e Sociedade, n219, Edina, São Paulo, 1993.

FORUM DAS ONGs BRASILEIRAS. Uma Visão das ONGs e dos Movimentos Sociais Brasileiros. Fórum das ONGs Brasileiras, Rio de Janeiro, 1992.

FUNKHOUSER, G. The issues of the sixties: an exploratory study in the Dynamics of Public Opinion. Public Opinion Quarterly, vol.37, 1973.

GABEIRA, F. Novas concepções, ações e movimentos no Brasil de hoje. in Anais do Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente, Fenaj, Brasília, nov.1989.

GALLOPIN, G. Ecología y ambiente. in LEFF, E.(org.) Los Problemas del Conocimiento y la Perspectiva Ambiental del Desarrollo, Siglo o Veintiuno, Mexico, 1986.

GAMSON, W. & MODIGLIANI, A. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. American Journal of Sociology, vol.93, 1989.

GITLIN, T. Media sociology: the dominant paradigm. Theory and Society, vol.06, 1976.

GOLDENSTEIN, G.T. Folhas ao Vento: contribuição para o estudo da indústria cultural no Brasil, tese de doutorado, FFLCH, USP, São Paulo, 1986.

----- Do Jornalismo Político à Indústria Cultural, Summus, São Paulo, 1987.

GREENBERG, M. ET ALII. Network evening news coverage on environmental risk. Risk Analysis, vol.09, 1989.

GUIMARAES, P. A assimetria dos interesses compartilhados: América Latina e agenda global do meio ambiente. in Ecologia e Política Mundial. LEIS, H.(org.), Vozes, Rio de Janeiro, 1991.

HANSEN, A. Socio-political values underlying media coverage of the environment. Media Development, v.37, 1990.

----- The media and the social construction of the environment, Media, Culture & Society, vol.13, SAGE, 1991.

HANSEN, K. Information richness and newspaper pulitzer prizes. Journalism Quarterly, vol.67, n204, 1990.

----- Source diversity and newspaper enterprise journalism, Journalism Quarterly, vol.68, n23, 1991.

HOGAN, D. População e Meio Ambiente. Textos NEPD n°16, Unicamp, Campinas, 1989.

IANNI, O. A Sociedade Global, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1992.

JOHN, L. O samba do crioulo verde. Imprensa, maio/1989.

JOLY, C.A. A Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD-92) do ponto de vista de um observador privilegiado, in Sociedade Civil Planetária, Textos NEPAM n°03, Ed. Unicamp, Campinas, 1992.

KUNST, M. & WITLOX, N. Communication and the Environment, Communication Research Trends, v.13, n°01, 1993.

LEIS, E. Ecologia e Política Mundial, Vozes, Fase. AIRI/Fuer-Rio. Rio de Janeiro, 1991.

LIMA, E.P. Páginas Ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura, Ed.Unicamp, Campinas, 1990.

LINS DA SILVA, C.E. Mass media and Environmental Affairs: a case study in Santos, Brazil. East Lansing, Michigan State University, 1976.

LOWE, P. & MORRISON, D. Bad news or good news: environmental politics and mass media. The Sociological Review, v.32, 1984.

LOWE, P. & RUDIG, W. Review article: political ecology and the social sciences. British Journal of Political Science, vol.16, 1986.

MANSHOLT, S. ET ALI. Ecologia: caso de Vida ou Morte, Moraes Editores, Lisboa, 1973.

MARCONDES FILHO, C. (org.) Imprensa e Capitalismo, Kairós, São Paulo, 1984.

----- O Capital da Notícia, Atica, São Paulo, 1986.

MARQUES, R. Seminário - a imprensa e o planeta, São Paulo, agosto/1989.

MARTINE, G. , População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional. in MARTINE, G. (org.) População, Meio Ambiente e Desenvolvimento, Ed. Unicamp, Campinas, 1993.

McQUAIL, D. Sociologia de los Medios Masivos de Comunicación, Paidós, Buenos Aires, 1972.

MEDINA, C. Notícia: um Produto e Venda - Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial, Summus, São Paulo, 1988.

MELLO, J.N. Sociologia da Imprensa Brasileira, Vozes, Petropolis, 1973.

----- Televisão Brasileira: desenvolvimento e perspectivas, Comunicação e Sociedade, nº19, Edims, São Paulo, 1990.

MICELI, S. Entre no ar em Belindia (A indústria cultural hoje), Cadernos IFCH, nº15, Unicamp, 1984 a.

----- (org.) Estado e Cultura no Brasil, Difel, São Paulo, 1984 b.

MOLOTCH, H. & LESTER, M. Accidental news: The great oil spill as local occurrence and national event, American Journal of Sociology, v.81, 1975.

MUCCIPELLI, R. Définition et delimitation de l'analyse de contenu, in L'analyse de contenu - des documents et des communications, E.S.F., Paris, 1988.

MURCH, A. Public concern for environmental pollution, Public Opinion Quarterly, vol.35, 1971.

ORTIZ, R. Cultura Brasileira e Identidade Nacional, Brasiliense, São Paulo, 1985.

----- A Moderna Tradição Brasileira, Brasiliense, São Paulo, 1988.

POSTEL, S. & RYAN, J. Reformando a silvicultura, in Qualidade de vida - 1991, BROWN, L. (org.), Globo, São Paulo, 1991.

PROTESS ET ALII. The impact of investigative reporting on public opinion and policy-making: targeting toxic waste, Public Opinion Quarterly, vol.51, 1987.

ROCHA, J.C. Comunicação ambiental e participação, Unambiente, ano 2, fev/março 1991.

RUBIM, A.A. Comunicação e Capitalismo, Centro Editorial e Didático da UFBA, Salvador, 1988.

SACHS, J. Os resultados da Cúpula da Terra, in Estratégias de Transição para o Século XXI, Fundação, São Paulo, 1993.

SANTOS, V. A imprensa está falando mais em reciclagem e meio ambiente, in Projeto Reciclagem, 1992.

SCHÖNFELD, J. The press and NEPA: The case of the missing agenda. Journalism Quarterly, v.56, n203, 1979.

SCHÖNFELD, J. ET ALII. Constructing a social problem: The press and the environment. Social Problems, v.27, n201, 1979.

SCHWARZ, D. & SCHWARZ, W. Ecologia - Alternativa para o Futuro. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1990.

SELLERS, L. & JONES, D. Environment and the mass media. The Journal of Environmental Education, v.05, 1973.

SIGAL, L. Sources make the news, in MANOFF, K. & SCHUDSON, M. (orgs.) Reading the News. Pantheon Books, New York, 1986.

SIQUEIRA, P. Jornalismo e meio ambiente. São Paulo em Perspectiva, v.06, jan/jun 1992.

SODRE, N.W. A História da Imprensa no Brasil. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1960.

SOLOSHI, G. Sources and channels of local news. Journalism Quarterly, vol.66, 1989.

SOOD, R. ET ALII. How the news media operates in natural disasters. Journal of Communication, vol.37, 1987.

STOCKING, H. & LEONARD, J. The greening of the press. Columbia Journalism Review, vol.29, 1990.

VALA, J. A análise de conteúdo. in Metodologia das Ciências Sociais. SANTOS SILVA, A. & MADUREIRA PINHO, J. (orgs.) Edições Afrontamento, Porto, 1987.

VIA, S.C. Formação de recursos humanos: a comunicação nas questões ambientais - propostas de ensino e pesquisa. Comunicação e Sociedade, n919, Edims, São Paulo, 1992.

VIANNA, R.P. Informatização da Imprensa Brasileira. Loyola, São Paulo, 1992.

VIEIRA, P.F. A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990), in VIEIRA, P.F. & HOGAN, D.(orgs.) Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável. Ed.Unicamp, Campinas, 1992.

WOLF, M. Teorias da Comunicação. Editorial Presença, Lisboa, 1987.

ANEXO

Entrevistas

Carlos de Oliveira (24/08/93) - Agência Estado
Daniella Chiaratti (19/08/93) - Folha de S.Paulo
Fernando Rodrigues (20/09/93) - Folha de S.Paulo
Francisco Faga (20/09/93) - Gazeta Mercantil
Laerte Fernandes (26/08/93) - Agência Estado
Laura Capriglione (08/10/93) - Folha de S.Paulo
Liana John (16/08/93) - Agência Estado
Marcelo Leite (09/09/93) - Folha de S.Paulo
Martha San Juan (19/08/93) - Agência Estado
Moisés Rabinovitch (26/08/93) - Agência Estado
Patrícia Ferraz (19/08/93) - Agência Estado
Randau Marques (20/09/93) - Agência Estado
Regina Scharf (15/09/93) - Gazeta Mercantil
William Waack (24/08/93) - Agência Estado